

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Cristiane Correa Strieder

EDUCAÇÃO BENEDITINA E ESCOLAR: O LUGAR DO “PASSADO NO PRESENTE”.

Sorocaba/SP

2022

Cristiane Correa Strieder

EDUCAÇÃO BENEDITINA E ESCOLAR: O LUGAR DO “PASSADO NO PRESENTE”.

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti

Sorocaba/SP

2022

Ficha Catalográfica

S911e Strieder, Cristiane Correa
Educação beneditina e escolar: o lugar do "passado no presente"
/ Cristiane Correa Strieder. – 2022.
160f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2022.

1. Escolas católicas – História - Brasil. 2. Mosteiros beneditinos.
3. Edifícios escolares. 4. Monumentos. 5. Educação – Brasil –
História. I. Boschetti, Vânia Regina, orient. II. Universidade de
Sorocaba. III. Título.

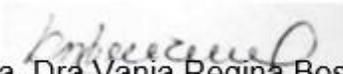
Elaborada por Regina Célia Ferreira Boaventura – CRB-8/6179.

Cristiane Correa Strieder

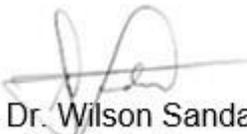
EDUCAÇÃO BENEDITINA E ESCOLAR: O LUGAR DO “PASSADO NO PRESENTE”.

Tese aprovada como requisito parcial para
Obtenção do grau Doutor no Programa de
Pós- Graduação em Educação da Universi-
dade de Sorocaba.

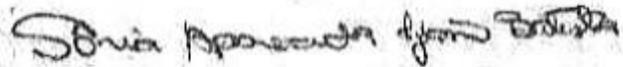
BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Vania Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba


Prof. Dr. Rafael Angelo Bunhi Pinto
Universidade de Sorocaba


Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba


Profa. Dra. Isabel Cristina Caetano Dessotti
Diretoria de Ensino - Região de Votorantim


Profa. Dra. Sônia Aparecida Ijano Batista
Centro Educacional Anhanguera

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a Eunice Correa Strieder que me ensinou que “as pedras contam histórias, mas é preciso saber entendê-las”, e a Alexandre Lee, para que tenha a oportunidade de saber interpretá-las.

AGRADECIMENTO

Desejo exprimir os meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, permitiram que esta tese se concretizasse.

Em primeiro lugar quero agradecer as minhas filhas Lyrian Lee e Luana, pelo apoio contínuo.

Agradeço à equipe gestora da E.E. Wilson Prestes Miramontes: Roseli Garcia, Wilson Joaquim Nunes, Thaís Birelli e colegas, assim como ao pessoal do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino de Votorantim pelo estímulo e organização da minha vida funcional, para que fosse possível participar do programa de pós-graduação, e de um modo especial à Edna Cristina Siqueira Malheiro pelo auxílio na pesquisa bibliográfica. Também sou grata ao Prof. Dr. Jefferson Carrielo do Carmo por me incentivar a escrever sobre o tema proposto, e aos docentes participantes da banca pelas contribuições significativas relativas à elaboração do texto.

Particularmente e com muito carinho agradeço minha professora orientadora Dra. Vania Regina Boschetti, por ter acreditado em mim e em minha capacidade, auxiliando para que eu conseguisse ultrapassar dificuldades e ainda pela forma amiga e generosa com que sempre me incentivou e ajudou, estimulando e ensinando em cada conversa, além da dedicação que dispensou a cada etapa da construção da tese.

Pedras

Cecília Meireles

Eu vi as pedras nascerem,
do fundo do chão descobertas.
Eram brancas, eram róseas,
- tênues, suaves pareciam,
mas não eram.
Eram pesadas e densas,
carregadas de destino,
para casas, para templos,
para escadas e colunas,
casas, plintos.
Dava a luz da aurora nelas,
inermes, caladas, claras,
- matéria de que prodígios? -
ali nascidas e ainda
solitárias.
E ali ficavam expostas
ao mundo e às horas volúveis
para submissas e dóceis,
terem outra densidade:
como nuvens.

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo entender os monumentos como recursos que apresentam e mantêm perenes os feitos humanos e especificamente a influência que exercem sobre a educação. Baseando-se em autores como Le Goff, Coelho Dias, Frago, Escolano e Buffa, na consulta a documentos, entrevistas com responsáveis do setor de comunicação de mosteiros beneditinos e análise da arquitetura, apresenta como hipótese a presença e participação da Ordem de São Bento que tem como finalidade a propagação e perpetuação dos dogmas católicos, valores morais e comportamentos específicos, simbolicamente apresentados por meio da arquitetura e monumentos não só religiosos, como os mosteiros, mas também como instituições de ensino evidenciadas por outros elementos que compõem a estrutura física do ambiente escolar. Tal análise responde à questão de como a pesquisa das características arquitetônicas de uma escola de ordem monástica beneditina – mosteiro e colégio de São Bento – assim como seus elementos monumentais podem contribuir para a compreensão da instituição escolar católica na atualidade. Uma vez que se atribui à educação a função de transformadora social e a sociedade sofre alterações através do tempo, a forma como os princípios da regra de São Bento é transmitida no cotidiano escolar, mesmo passando por modificações e adequações constantes, ainda perpetua os preceitos beneditinos nas ações sociais daqueles que deles se apropriaram enquanto alunos de suas escolas.

Palavras-Chave: Educação. Beneditinos. Monumentos. Instituição de Ensino.

ABSTRACT

This research aims to understand monuments as resources that present and maintain perennial the human deeds and specifically the influence they exert on education. Relying on authors like Le Goff, Coelho Dias, Frago, Escolano and Buffa, in consultation to documents, interviews with leaders of the communication sector of Benedictine monasteries and analysis of architecture, it presents as hypothesis the presence and participation of the Order of Saint Benedict whose purpose is the propagation and perpetuation of Catholic dogmas, moral values and specific behaviors, symbolically shown through architecture and monuments not only religious like monasteries, but also as educational institutions evidenced by a pedagogy of memory. This analysis responds to the question about how the research of the architectural characteristics of a Benedictine monastic school - monastery and college of Saint Benedict - and its monuments as well can contribute to the understanding of the Catholic school institution today. Once it is given to education the function of social transformation and society undergoes changes over time, the way in which the principles of the rule of St. Benedict are transmitted in daily school life, even though constant modifications and adaptations, still perpetuates the Benedictine precepts in its social actions of those who appropriates them as students of their schools.

Key words: Education. Benedictines. Monuments. Educational Institution.

SIGLAS

BDTD.....	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A.
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
n.p	não paginada
OCSO.....	Ordem Cistercienses da Estrita Observância
OSB.....	Ordem de São Bento
RB	Regras de São Bento

LISTA DE FIGURAS

	ILUSTRAÇÃO 1	13
	ILUSTRAÇÃO 2	30
FIG.1	Planta da Abadia de Cluny.....	43
FIG.2	Cozinha do Mosteiro de Tibães, Braga.....	44
FIG.3	Hospedaria. Mosteiro de Tibães.....	44
FIG.4	Mosteiro de Monte Cassino, Itália.....	47
FIG.5	Saguão de entrada de Tibães.....	48
FIG.6	Mosteiro e Instituto S. Bernardo. Casamari.....	49
FIG.7	Filho Pródigo. Mosteiro Santa Escolástica.....	51
FIG.8	História de S. Bento. Mosteiro de Subiaco.....	52
FIG.9	Capitel com ornamento fitomórfico.....	52
FIG.10	Pedra angular do cordeiro pascal.....	52
FIG.11	Cenas do cotidiano. Cavaleiros em treino.....	53
FIG.12	Painel historiado: feitos de São Bento. Mosteiro de Tibães.....	53
FIG.13	Tímpano sobre porta. Mosteiro de Casamari.....	54
FIG.14	Lâmina de porta com passagens da vida de S. Bento.....	54
FIG.15	Claustro da abadia de Santa Escolástica.....	55
FIG.16	Claustro da abadia de Casamari.....	55
FIG.17	Disposição das imagens dos apóstolos. Mosteiro de São Bento, SP.....	56
FIG.18	Imagem de Sant’Ana com Maria. Mosteiro da Luz.....	58
FIG.19	Santa Escolástica.....	59
	ILUSTRAÇÃO 2	60
FIG.20	Representação do gótico. Mosteiro cisterciense Casamari.....	65
FIG.21	Cluny, arquitetura românica.....	66
FIG.22	Modelo de colunas, Cluny.....	67
FIG.23	Nudez de imagens, luz indireta refletida em vitrais.....	67
FIG.24	Mosteiro de Tibães, estilo barroco.....	72
FIG.25	São Paulo em 1560	80
FIG.26	O mosteiro por volta de 1860.....	86
FIG.27	Mosteiro de São Bento, SP – reformado.....	86
Gráfico1	Expansão de dioceses, arquidioceses e prelaturas no Brasil 1551 a 1930..	92
	ILUSTRAÇÃO 3	94
FIG.28	Estatutos da Sociedade “Gymnásio de São Bento de São Paulo.....	97
FIG.29	Frente do ginásio e mosteiro de São Bento,SP.....	101
FIG.30	Antigo colégio Caetano de Campos.....	104

FIG.31	Interior do colégio Caetano de Campos, SP.....	105
FIG.32	Planta do colégio Caetano de Campos, SP.....	105
FIG.33	Planta da abadia de Cluny.....	105
FIG.34	Capela do colégio de São Bento, SP.....	106
FIG.35	Professor e alunos. Colégio de São Bento,SP.....	107
FIG.36	Prédio do Colégio (complexo monástico).....	115
FIG.37	Visão panorâmica do complexo monástico de São Bento.....	117
FIG.38	École Du Sacré-Coeur. Cluny, França.....	119
FIG.39	Instituto São Bernardo. Mosteiro de Casamari, Itália, 1898.....	119
FIG.40	Colégio de São Bento, São Paulo, Brasil, 1903.....	119
FIG.41	Acesso às classes – Colégio Padres Escolápios.....	120
FIG.42	Simetria exata como identificação do Neoclássico.....	120
FIG.43	Colégio Padres Escolápios.....	121
FIG.44	Corredor da Escola Infantil San Pelayo – Santiago de Compostela.....	121
FIG.45	Sala de aula do Colégio São Bento antes de 1920	123
FIG.46	Imagem de quadro exposto em classe.....	123
FIG.47	Colégio de São Bento, SP. Corredor entre classes.....	124
FIG.48	Sala de aula.....	125
FIG.49	Disposição de carteiras.....	127
FIG.50	Organização de sala de aula.....	127
FIG.51	Coroação de D. Pedro II.....	131
FIG.52	Fernão Dias junto ao quadro de ex-alunos.....	131
FIG.53	Nossa Sra. Das Graças e quadro de alunos. Colégio de São Bento, SP...	133
FIG.54	Mosteiro de Tibães.....	133
FIG.55	Refeitório do Colégio de São Bento, SP.....	134
FIG.56	Refeitório do mosteiro de Casamari, 5 cadeiras em cada mesa.....	135
FIG.57	Refeitório do mosteiro de Casamari, disposição de mesas.....	135
FIG.58	Colégio de São Bento – Admissão B 1958.....	138
FIG.59	Brasão beneditino português.....	139
FIG.60	Logotipo do Colégio de São Bento, SP.....	139
FIG.61	Lustre da recepção.....	140
FIG.62	Paredes da recepção do colégio com os signos do zodíaco.....	141
FIG.63	Fachada do Colégio de São Bento, SP	142
FIG.64	Imagem sobre fachada. “Causa da nossa alegria”	142
	ILUSTRAÇÃO	143

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2 MONUMENTOS E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS.....	30
2.1 A Regra de São Bento simbolizada em seus monumentos.....	37
2.2 Mosteiros, monumentos e educação.....	45
3 ORDEM DE SÃO BENTO, MONUMENTOS E SOCIEDADE.....	60
3.1 A Ordem de São Bento em Portugal.....	71
3.2 Os beneditinos no Brasil.....	74
3.3 A ordem beneditina em São Paulo.....	79
3.4 A educação beneditina e a sociedade paulistana.....	89
4 O COLÉGIO DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO.....	94
4.1 Ocupação urbana do prédio escolar.....	109
4.2 Entre muros.....	115
4.3 O espaço interno do colégio de São Bento e sua relação com os princípios educacionais beneditinos.....	124
4.4 O uniforme.....	137
4.5 Logotipo.....	139
4.6 Ícones medievais.....	140
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	150

1. INTRODUÇÃO



Fonte: Dom João Batista Barbosa Neto - Instagram

ESSA PESQUISA TEVE POR OBJETIVO ENTENDER OS MONUMENTOS COMO RECURSOS QUE APRESENTAM E MANTÊM PERENES OS FEITOS HUMANOS E ESPECIFICAMENTE A INFLUÊNCIA QUE EXERCEM SOBRE A EDUCAÇÃO.

1. INTRODUÇÃO

O estudo baseou-se na ideia de que a presença e manutenção dos beneditinos no Brasil tiveram como finalidade a propagação e o objetivo de perpetuar os dogmas católicos, valores morais e comportamentos específicos a partir da educação, simbolizados pela construção de “monumentos” não só religiosos como os mosteiros, mas também instituições de ensino evidenciadas por uma pedagogia de memória, uma vez que o primeiro modelo educacional brasileiro foi proveniente do jesuitismo¹.

Apesar de ter enfoque em um local específico, foi possível compreender através do resultado da pesquisa a diferença existente entre a educação oferecida pela igreja à elite e a que se destina ao povo, ilustrada pela estrutura física de suas escolas.

No Brasil tal prática manteve-se ativa desde a chegada dos primeiros jesuítas. Esses padres que acompanharam a colonização brasileira tinham a função de catequizar os nativos pagãos, assim como instruir filhos de colonos advindos de famílias portuguesas, como explica Saviani (2008, p.43)

A primeira fase jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa. (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia. Contudo, sua aplicação foi precária, tendo cedo encontrado oposição pela própria Ordem jesuítica, sendo finalmente suplantado pelo plano geral de estudos organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciado no Ratio Studiorum.

A Companhia de Jesus tinha, para isso, uma estrutura pedagógica organizada pelo Ratio Studiorum que transmitia seu conhecimento, sempre voltado à fé católica e seus princípios. Tratava-se de uma forma de fixar o catolicismo na colônia, apoiado pelos colonos vindos da Europa que já mantinham essa crença.

É certo que principalmente para a propagação de valores, princípios e do conhecimento “os cristãos legaram ao mundo um vastíssimo patrimônio cultural e uma extraordinária riqueza filosófica e pedagógica” (BORGES, 2002, p. 40), por

¹ Jesuitismo: Doutrina religiosa, sistema moral e modo de proceder dos jesuítas. Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis.

outro lado esse sistema educacional organizado tinha em si elementos que disseminaram distanciamento entre classes.

Os jesuítas, por exemplo, não atendiam de forma igualitária índios, colonos e os filhos da elite, ou seja

A tarefa educativa estava voltada para a catequese e instrução dos indígenas, mas para a elite colonial um outro tipo de educação era oferecido. Assim, os índios e negros foram catequizados e os descendentes dos colonizadores foram instruídos”. (VEIGA, 2000, p. 40).

Azevedo (1944, p.149) complementa

Mas, do seio da sociedade colonial, heterogênea, dispersa e inculta, não tardou a surgir, com a instrução ministrada pelos jesuítas, uma nova categoria social, - a dos intelectuais que, feitos os estudos e formados mestres nos colégios de padres, iam bacharelar-se em Coimbra, para adquirirem, com o título de licenciados e de doutores, o acesso fácil à classe nobre pelos cargos de governo.

No processo de colonização a ação educativa se dava pelo interesse dos monges, além da missão catequética, em formar padres que dessem sequência ao trabalho missionário de incitar pessoas dentro de seus dogmas sociais e religiosos.

Julia (2001, p.26) esclarece que “o colégio destina-se às futuras elites e os jesuítas sempre manifestaram a maior reticência em admitir em seus colégios as classes ditas de abecedários, julgando que tal ensino dos rudimentos não estava previsto por suas funções”.

Esses monges usaram uma metodologia de aproximação com os nativos, prática essa usada pela igreja que sempre buscou estratégias para ganhar a simpatia de uma população, evitando dissolver na integridade elementos culturais já aceitos por determinadas sociedades. Essa era uma forma de não se afastar definitivamente do povo o qual buscou dirigir. Conforme Franco Jr. (2001, p.68) “[...] ao reunir e harmonizar componentes de várias crenças da época, a religião cristã tornava-se mais facilmente assimilável [...]”.

Dessa forma os padres jesuítas conquistaram muitos índios que além de aprender a língua portuguesa, também eram orientados a produzir de acordo com os interesses dos padres. De acordo com Maciel e Shigunov Neto (2008, p.175) “Juntamente com suas atividades de catequização, os jesuítas tentaram desenvolver no indígena a preocupação burguesa com o trabalho, com o produtivo”.

No entanto, conforme Hilsdorf (2011, p14) a intenção dos jesuítas era muito diferente das outras ordens católicas

É importante considerar que os jesuítas são a ordem religiosa exemplar do século XVI, marcado por uma aguda consciência da dimensão social e ativa da Igreja. Diferentemente das ordens monásticas medievais que eram receptivas, acolhedoras, passivas em relação aos novos adeptos, e com suas unidades autônomas (os mosteiros e as abadias) representavam na Igreja a força dos poderes locais os jesuítas são ativos, missionários, vão ao encontro de novos fiéis, fazem catequese e se põem a serviço do Papado, para reforçar a centralização institucional e a unidade doutrinária da Igreja Católica, que estavam sendo definidas no Concílio de Trento.

Mas essa não foi a única ordem religiosa que veio ao Brasil, carmelitas, franciscanos e beneditinos, na segunda metade do século XVI, começaram a chegar à colônia.

As ordens que chegaram ao território brasileiro tinham basicamente dois objetivos principais, primeiro de expor as suas obras em novos territórios e segundo de responder às solicitações dos habitantes locais. [...] Os religiosos que chegavam ao Brasil eram imbuídos de autoridade moral que lhes garantia uma condição de respeito por parte da população local, que via neles, homens de oração, uma maneira de manter a estabilidade celeste maior, pois a tradição lusitana dizia que qualquer população não poderia ser defendida apenas pelo uso de armas e fortalezas, mas também através das Igrejas e templos, ou seja, pelo poder divino (GUMIEIRO, 2013, p.67-68).

No que diz respeito às missões jesuítas no Brasil, Maxwell (1996) explica que a Companhia de Jesus tinha monopólio não só da educação em Portugal, como em seus domínios, tal qual dirigia as reduções. Assim, essa ordem religiosa se expandiu muito, tanto em relação à educação, como ao poder econômico conquistado nas missões e autonomia em relação ao Estado, o que desagradava a Coroa Portuguesa.

Segundo o autor, Pombal então buscou devolver esse comando a Portugal. Para justificar a saída dos jesuítas, usou como argumento a necessidade de realizar uma reforma educacional na colônia brasileira, nos moldes do implantado em Portugal – o que não seria possível se os jesuítas, seus hábitos e instituições continuassem no Brasil.

Hilsdorf (2011, p.17) salienta que

[...] redefinindo o campo de ação do Estado e no sentido de assumir a

administração, a justiça, a assistência e a educação, o governo ilustrado de Pombal vai praticar um antijesuitismo violento, identificado como 'a luta em prol da afirmação de uma autoridade real, civil, laica, sobre uma autoridade eclesiástica que viera até então mantendo e ampliando sua influência e seu controle sobre a sociedade e o Estado.

Dessa forma, Pombal confiscou os bens adquiridos pelos padres, assumiu o controle das regiões as quais tais padres administravam, expulsando-os do Brasil e implantou uma reorganização educacional voltada ao cientificismo iluminista.

Para Hilsdorf (2011) os objetivos dos jesuítas também não condiziam com as reformas portuguesas, o que acarretou a dissolução entre a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa.

Azevedo (1944, p.311) acrescenta que

As novas concepções filosóficas e científicas que já se difundiam por quase toda a Europa e iam ganhando pouco a pouco os melhores espíritos portugueses, traduziram-se desde D. João V em diversas tentativas de reformas de estudos; e os novos ideais e tipos pedagógicos que se opunham aos da escola jesuítica, ameaçando destroná-la, tomaram expressão vigorosa nas 16 cartas do Verdadeiro método de estudar, de Luis Verney, que, publicado em 1746, teve a maior repercussão e passou a ser considerado, sob vários aspectos, "a maior obra de pensamento que se publicou em Portugal".

Mesmo assim, a escola se mantinha elitista e diferenciada. Segundo Saviani (2010, p.95) "aos empregados nos serviços rústicos e nas artes fabris, bastam às instruções dos padres". Isso significa o descaso que o novo regime de Pombal tinha para com o povo em geral.

A educação passou a enfrentar um "vácuo" no processo metodológico e curricular, com a proposta de aulas régias que se mostrou fragilizada se comparada ao modelo de educação deixado pela Companhia de Jesus. Azevedo (1944, p.312) explica que

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão.

Na prática a metodologia e conceitos ensinados pelos jesuítas mantiveram-se em vigor, pois com essa medida a educação passou a ser ministrada por ex-alunos

escolarizados por esses religiosos. Estes acabaram por continuar ensinando conforme haviam aprendido, mantendo o ensino das humanidades que lhes fora transmitido pelos padres, portanto sob dogmas católicos, distante da realidade da maioria. O mesmo autor (1944, p.314) complementa:

A Educação que era dada quase que exclusivamente em escolas confessionais, nos colégios de padres, passou a ser ministrada nas aulas e escolas régias por mestres nomeados, de acordo com os Bispos, e pelos padres – mestres e capelães de engenho (...).

Mas além dos leigos que conservavam a tradição do modelo educacional deixado pelos jesuítas, a ordem beneditina na colônia passou a investir na educação, principalmente da elite.

Nesses três séculos que abrangem o regime colonial, o ensino, abandonado inteiramente ao clero, esteve a cargo exclusivo dos jesuítas, no primeiro de nossa formação, e passou a ser dado, nos seguintes, sobretudo pelos religiosos da Companhia e pelos beneditinos, capuchinhos, carmelitas, e de um modo geral por sacerdotes, ou seculares, em seus colégios, conventos e seminários (AZEVEDO, 1944, P.131)

Na província de São Paulo, a Ordem de São Bento já vinha se envolvendo em questões políticas, como o apoio a Amador Bueno, quando este pediu auxílio aos monges para convencer o povo sobre a impossibilidade de ser rei das terras em favor da Espanha – tal episódio rendeu aos beneditinos prestígio e confiança. O apoio de Fernão Dias Paes Leme, que já havia conquistado prestígio como bandeirante, foi outra razão para a solidificação da ordem em terras paulistas, passando em 1635, pela força do Capítulo Geral, à condição de abadia.

O consentimento à escravidão e o investimento no trabalho em suas fazendas, principalmente na produção de tijolos, extração de pedras e madeira para construção de casas e o desenvolvimento agrícola que se expandiu até o século XIX, conforme Carvalho (2007), reforçaram a simpatia principalmente dos fazendeiros a esse segmento religioso.

Mas só no início do século XX, com a finalidade de educar jovens para dar continuidade à instituição católica, um colégio e a primeira faculdade de Filosofia foram fundados: o colégio de São Bento.

Nessa escola é possível encontrar marcas dos princípios católicos pertencentes ao período medieval, caracterizados pelas regras de São Bento

principalmente através de sua monumentalidade.

Entender os monumentos como recursos que apresentam e mantêm perenes os feitos humanos e especificamente na influência que exercem sobre a educação é o **objetivo** principal dessa pesquisa, portanto buscou-se investigar o mosteiro São Bento, na cidade de São Paulo, mediante sua contribuição e influência na educação paulista, não só de forma concreta, como simbólica, através de sua arquitetura e monumentos, que como esclarece Le Goff (2003) é essa uma maneira que o homem tem de apresentar e manter eternos seus feitos, sua organização política, social, econômica de diversas formas.

Considerando que a igreja católica buscou usar diversas estratégias para assegurar sua ideologia através da memória, seus monumentos contribuíram para que essa meta fosse alcançada. Conforme Almeida (2010, p.62)

A cristianização implica, portanto, numa transformação radical da memória do passado, trocada por uma memória histórica bastante precisa quanto ao passado, ao presente e ao futuro do homem. Essa memória histórica depende particularmente de sua capacidade, de sua difusão permanente já que nela está contida a explicação da sociedade e garantida uma memória que deverá ocupar o lugar daquela apagada pela conversão. (p.62)

Os detalhes e as imagens estimulam uma ótica enigmática, de forma que se permaneça no local por mais tempo e se absorva elementos de valor. Eco (1994, p.64-65) observa que “a escultura e arquitetura requerem – e impõem, pela complexidade de sua estrutura – um tempo mínimo para o observador vivenciá-las inteiramente”. E ainda complementa (p.65): “A rica decoração arquitetônica representa uma imposição da forma arquitetônica sobre os espectadores, pois quanto mais rico o detalhe, mais tempo exige para ser apreciado”.

Levando em conta as tantas reformas pelas quais passou a educação brasileira é possível vislumbrar que os elementos que compuseram a educação monástica medieval têm sua marca registrada até o momento, como apresentam as construções dos mosteiros. Dessa forma é possível que se reconheça aspectos da sociedade a qual pertença e suas modificações através do tempo. Como afirma Bloch (2001, p.79): “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”.

Luchini e Merlin (2014, p.162) somam ao pensamento de Bloch a afirmação:

Além da geologia e da geografia, a arquitetura dos edifícios, praças e

monumentos são reveladoras. Denotam e conotam sua época, na plenitude, através da forma, da tecnologia utilizada e pelo conjunto de suas funções. São linguagens que desvelam fatos, normalmente evidenciados por marcos e monumentos que agraciam heróis ou comemoram acontecimentos. Eixos, volumes, detalhes, estruturas, materiais, técnicas construtivas, cheios e vazios, percursos e outros inúmeros elementos permanentes da arquitetura revelam a sociedade que os criou e a inteligência dos seus cidadãos.

Há uma variedade de características da Idade Média na era contemporânea. Isso se dá principalmente pelos valores perpetuados em diversos monumentos e construções. Um exemplo está na edificação de escolas confessionais junto a monastérios, como forma de preservar os ideais católicos de um país que teve sua educação iniciada com base nesses princípios. Gomes (2016, p.115) observa que de um modo geral “rever a história dos colégios religiosos é pensar em modelos educativos que se constituíram e marcaram profundamente as épocas”.

Tal questão permeia a própria história da educação brasileira em sua complexidade já que no Brasil o catolicismo desde as suas origens tem se caracterizado como religião que envolve grande parte da população e, por meio de suas hierarquias e representações está presente de modo efetivo na vida nacional, em todos os seus segmentos. Manoel (2004, p.135) explica que

O católico é fiel de uma instituição que se consolidou ao longo de 2000 anos [...]. Não se desmantele uma instituição que tem essas características apenas com um decreto, seja de caráter filosófico, seja do poder do Estado, conforme o demonstra a própria história mundial em 100 anos, quando apesar dos decretos e mesmo da perseguição religiosa – notadamente nos países do Leste europeu – a religião católica, em particular a de rito ortodoxo, não só permaneceu, mas cresceu e se fortaleceu.

A isso não cabe somente imaginar que um povo priorize certa religião, mas muito além dos dogmas católicos, há uma forte relação política e econômica dominante, a qual a instituição católica não abre mão com facilidade. “A atuação da Igreja é marcada pela autopreservação, que conduz à adaptação diante das mudanças sem, contudo, alterar-se estruturalmente” (ROSA, 2011, p.31).

Entender a forma como se dava a escolarização nesse modelo de instituição, de modo particular a que ocorre no mosteiro beneditino, sugere o retorno ao período em que essas instituições religiosas tiveram início, ou seja, a Idade Média (século V ao XV) e as alterações que sofreram no decorrer do tempo, como observa Mainka (2010, p.147)

Todas as áreas da vida humana sofreram alterações e mudanças como mostram os seguintes exemplos: O pensamento pré-capitalista começou a caracterizar as atividades econômicas substituindo a aspiração medieval a sustentar toda a comunidade, pela ambição do lucro e maximizá-lo. A unidade cristã ocidental foi desfeita, produzindo uma variedade de confissões religiosas e igrejas, cada uma marcada por sua própria doutrina, organização e hierarquia.

Através da análise do **estado da arte** foram identificadas pesquisas que apresentam estudos relativos à arquitetura dos mosteiros beneditinos, sua relação com a ideologia medieval e alterações que ocorreram através do tempo. De 2015 até o momento a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD – apresenta dez estudos relacionados ao tema, uma vez que a pesquisa visou também uma análise monumental: Valdir Arruda (2007), “Tradição e renovação: a arquitetura dos mosteiros beneditinos contemporâneos no Brasil”, que como o próprio título menciona, trata da arquitetura.

O mesmo tema é abordado por José Marcelo Tonini Ximenez (2007): “Aplanta da arquitetura monástica e a regra dos beneditinos: séculos VI a XII”; Klency Kakazu de Brito Yang (2015) observa fatores relativos à estrutura em seu trabalho “A pintura beuronense na basílica do Mosteiro Beneditino de São Paulo: 1914-1922”. A dissertação de Del Negro (2000, p.12) também se fez importante para a compreensão da arquitetura dos mosteiros beneditinos e a representação de sua simbologia:

Por muito tempo, os complexos monásticos têm emprestado praticamente só suas igrejas para a história da arquitetura religiosa entre nós. A igreja é, sem dúvida, o edifício principal de um mosteiro ou de um convento, mas não justifica que a análise, e até mesmo o levantamento métrico se restrinja a ela e se faça desligado do conjunto que lhe é inerente. (...) A forma dos claustros, das salas do capítulo, dos refeitórios, dos dormitórios etc., está intimamente ligada ao uso e ao significado que lhe atribuíam na Idade Média. Os nossos mosteiros conservam a denominação que esses espaços adotaram desde sua origem e mantêm, em linhas gerais, a mesma conformação. O que muda é o seu uso e o seu significado. (DEL NEGRO, 2000, p.12).

Em muitos casos, a observação de monumentos induz à crença, ou aceitação de uma determinada ideologia social ou política, sem que se questione a intencionalidade do veículo que apresentou a informação. No entanto, de acordo com Orlandi (1999, p.42) “a imagem que temos das coisas se constitui no confronto

do simbólico com o político, em processos que ligam discurso e instituições.”

Febvre (1989, p.24), aponta que

A história se faz com documentos escritos, quando existem. Mas ela pode e deve ser feita com toda a engenhosidade do historiador... Com palavras e sinais. Paisagens e telhas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipses lunares e cordas de atrelagem. Análises de pedras pelos geólogos e de espadas de metal pelos químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Diante da consideração de que a análise dos monumentos é importante para a compreensão da História e Historiografia da Educação, concebeu-se o título desse trabalho **Educação beneditina e escolar: o lugar do “passado no presente”**.

Com a finalidade de atender à **problematização** de como a análise dos monumentos católicos medievais fazem-se presentes na educação contemporânea e podem contribuir para a história e historiografia da educação, houve necessidade de se investigar tal edificação sob a ótica da arquitetura e da arte, uma vez que, como já visto, princípios sociais, políticos, religiosos estão inseridos neste contexto, como constata Viñao Frago e Escolano (2001, p.75) “O espaço não é neutro. Sempre educa. Resulta daí o interesse pela análise conjunta de ambos os aspectos – o espaço e a educação –, a fim de se considerar suas implicações recíprocas”.

A ordem de São Bento tem como lema “Ora et labora!” Estaria este preceito presente na educação ministrada nos colégios beneditinos? Como o prédio escolar pode expressar tal princípio? Como a pesquisa das características arquitetônicas de uma escola de ordem monástica beneditina – mosteiro e colégio de São Bento – assim como seus monumentos podem contribuir para a compreensão da instituição escolar católica na atualidade?

Para responder essas questões foi feita análise do complexo monástico de São Bento em São Paulo, que engloba em seu prédio o colégio de São Bento, como referência e ilustração para a compreensão da influência da Ordem de São Bento na história e historiografia da educação, da construção da igreja e fundação do colégio São Bento até o período atual. Os monumentos que compõem o conjunto foram considerados para que houvesse exploração das múltiplas interpretações que pudessem contribuir no alargamento de reflexões referentes a um passado que alicerçou muitas situações vivenciadas no presente e não poderia ser observado de

forma unilateral.

No caso da compreensão de que toda essa simbologia está intimamente ligada a um processo informativo e pedagógico, não se pode excluir uma análise dos detalhes. Le Goff (2003) apresenta a importância da análise dessas fontes no momento em que investiga a influência dos mosteiros beneditinos, já que em seu trabalho explora a Idade Média, as relações contraditórias vividas pelo homem e a participação da religião divulgada nos mosteiros para a concretização dessa condição, em muitos casos ainda vigente. Desta forma, o estudo do prédio assim como seus pertences auxiliou na compreensão da educação.

De acordo com esta perspectiva, Saviani (2004, p.6) salienta a importância dessas materialidades quando usadas como fontes, pois auxiliam a evidenciar elementos que compõem a historicidade: “é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história”. A reflexão de Saviani pode ser complementada por Febvre (1989, p.24):

A história se faz com documentos escritos, quando existem. Mas ela pode e deve ser feita com toda a engenhosidade do historiador... Com palavras e sinais. Paisagens e telhas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipses lunares e cordas de atrelagem. Análises de pedras pelos geólogos e de espadas de metal pelos químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Dado que essa pesquisa propôs investigar a influência dos beneditinos na área educacional, seus monumentos e sua contribuição para a compreensão da história e historiografia da educação através do Colégio São Bento, supôs-se abalizar como categoria de análise o **monumento**, diante do conceito de Le Goff (2003), quando explica tal termo como tudo que pode perpetuar a memória histórica de uma sociedade, testemunhar através de símbolos que não só precisam ser documentos escritos.

Da mesma forma, abordando monumento, Kossoy (2001), Vidal e Abdala (2005) alertam quanto ao uso de fotografias como fonte, elemento esse que também foi dado como categoria de análise, assim como as categorias Sociedade Medieval e Educação Monástica em que se considerou a leitura de Duby (1997).

A metodologia foi centrada na análise bibliográfica, documental, monumental e iconográfica do colégio de São Bento, SP, capital, e a simbologia nele contida, que

pudesse ser relacionada aos aspectos pedagógicos, métodos de ensino e formas diversificadas de incorporar valores por intermédio do simbólico, uma vez que é possível pensar que os monumentos estão carregados de informações necessárias para reflexões de aspectos que envolvem a sociedade como um todo.

Sob esse viés, o **aporte bibliográfico** ancorou-se nos escritos de Saviani (2006, p.29) por esclarecer a importância do uso das fontes, principalmente aquelas relativas à educação.

Esta análise foi ao encontro também com o conceito de Febvre (1989), Bloch (2003) e Le Goff (1989, 2003), que elucidam o significado de “fonte” na nova história e os referenciais que auxiliam as evidências – monumentos, objetos, fotografia. Diante da magnitude dos monumentos como fontes para a compreensão da história da educação, entendeu-se o estudo dos documentos e monumentos como colaborador para a compreensão de estruturas que ocorrem no presente, uma vez que as fontes se movem de acordo com diferentes ideologias, sejam essas políticas, filosóficas, religiosas, entre outras, em um determinado tempo.

Neste contexto, a leitura desses autores gerou compreensão das fontes monumento, que conforme esclarecem, não devem ser consideradas como verdade absoluta, ou como um recorte aleatório de um acontecimento no tempo, mas sim, analisadas diante de um contexto histórico, político, social, ideológico em dado período.

Em se tratando da educação, Buffa e Pinto (2002) explicam a importância da relação do prédio escolar com a ação pedagógica, ao observar sua representação em determinado período e mostrar que toda construção arquitetônica tem uma intenção materializada. Sales (2002, p. 340) complementa: “os prédios escolares transmitem mensagens semióticas cujo conteúdo é resultante de um processo sócio-histórico de utilização de determinados elementos arquitetônicos ou signos semióticos por algumas instituições de ensino”.

A leitura de Vinão Frago e Escolano (2001) auxiliou a pesquisa, já que os autores apresentam a importância da simbologia da arquitetura escolar para a compreensão da educação nas escolas, exploram os aspectos arquitetônicos através do tempo, sua relação com a sociedade atual e o conceito de escola.

A metodologia considerou conjuntamente o estudo descritivo que foi incorporado à análise das características referentes ao mosteiro de São Bento na intenção de compreender sua função como instituição escolar, por isso foi

importante investigar a simbologia contida nas instituições religiosas medievais e sua influência para a sociedade, principalmente no processo educacional.

Uma vez que a pesquisa apresenta a complexidade dessa simbologia, a fotografia entrou de referente no texto não como ilustração, mas por apresentar subsídios para a compreensão de tal monumentalidade e dar sustentação às fontes bibliográficas e documentais.

De forma a evitar múltiplas interpretações, a maioria das imagens apresentadas no texto foram efetuadas através do olhar da autora, ainda que isso não isente a subjetividade fotográfica, mas estimule à reflexão e análise dos objetos fotografados de maneira contextualizada, uma vez que a imagem apresenta características de seu referente, mas nem sempre os fenômenos históricos, sociais os quais está inserido, ou seja, não pode ser compreendida como totalmente etnológica, o que justifica também o uso das legendas.

Situações que prejudicaram na composição fotográfica estão relacionadas ao equipamento e ao aproveitamento das oportunidades de registro muitas vezes feitos em movimento, ou em locais de rápida permanência, horários e condições climáticas que influenciaram no valor da imagem. Mesmo assim, as fotos foram mantidas como forma de apresentar em segundo plano tais dificuldades através de sua própria qualidade, sem, contudo, comprometer a transmissão de informação como foco principal. Isso também justifica o não tratamento das imagens desfocadas ou sem nitidez.

A pesquisa documental teve seu enfoque referente a dados que contribuíram para o reconhecimento das ações que alicerçaram tanto o mosteiro beneditino como o Colégio de São Bento, com análise de documentos institucionais, editais com fins de análise intertextual, em razão de estarem relacionados não só a uma informação singular, mas inseridos no cenário relativo ao objeto de pesquisa sem que sejam separados tais documentos de seu tempo, de seu contexto histórico.

Desta forma, o levantamento de documentos que pudessem contribuir com informações pertinentes à pesquisa, como artigos e reportagens em jornais, editais, legislação, assim como entrevistas com o produtor cultural do mosteiro Dom João Batista Barbosa Neto e ex-alunos do colégio foram necessárias, pois Minayo (1994, p.26) explica que essa fase da pesquisa

[...] consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no

momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantes de material documental, bibliográfico, instrucional, etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.

Em diálogos com os responsáveis dos mosteiros em Tibães, Portugal; em Subiaco, e Casamari Itália, em outubro de 2018, averiguou-se o significado da simbologia e sua relação com as ações pedagógicas. Essa ação ocorreu diante da escassez de recursos que pudessem fornecer maior número de dados sobre a iconografia monástica e sua relação com o processo ensino-aprendizagem, então optou-se pelas visitas e entrevistas em alguns dos principais mosteiros beneditinos europeus.

Para isso, foi necessário planejar um roteiro de viagem que auxiliasse na compreensão da simbologia e dos conceitos da educação beneditina no decorrer do tempo.

Em 2018, com a finalidade de conhecer a Ordem de São Bento, o mosteiro de Tibães, situado em Braga, Portugal foi o primeiro a ser visitado. Nesse monastério foi possível compreender a rotina dos monges beneditinos, e muitos dos elementos que compõem a Regra de São Bento, como disposição das “celas”, refeitório, cozinha, e um ambiente onde possivelmente eram ministradas aulas às crianças.

A assessora da coordenadora atual do monastério, Maria de Lurdes Rufino, informou sobre possíveis fatores relativos à educação medieval popular nas instituições monásticas.

A viagem seguiu para a Itália, com intenção de analisar a arquitetura e monumentos dos principais mosteiros beneditinos que fazem parte do “Caminho de São Bento”:

- Abadia de Monte Cassino, no Vale Latino, região que se estende de Roma a Cassino, onde São Bento escreveu as regras e permaneceu até o falecimento e Mosteiro de Santa Escolástica, o mais antigo Mosteiro Beneditino da Itália e do Mundo, fundado no século VI, perto das ruínas da Villa de Nerone em Subiaco. Ali, obteve-se informações sobre como a educação popular era efetuada do lado externo do monastério

Abadia cisterciense de Casamari, localizada no município de Veroli, Região do Lácio, Província de Frosinone, Itália, um dos mosteiros que

representa a arquitetura gótica. Por meio da análise desse mosteiro, foi possível compreender a diferença entre a arquitetura gótica e românica. A forma de vida dos monges colaborou para se entender como as regras de São Bento foram estão sujeitas às diversas interpretações.

Através de um dos monges² foi possível analisar a estrutura física do Instituto São Bernardo, que se encontra vinculado à abadia e os elementos simbólicos que compõe a construção gótica.

- Santuário do Sacro Speco, localizado em Subiaco, região do Lazio na Itália, onde Bento viveu em solidão e oração por quase três anos. A Igreja Inferior construída a partir do século XI apresenta afrescos representando cenas da vida de São Bento. O uso da imagem como forma de comunicação é evidente nesse local.

A viagem Cluny na Borgonha, França, ocorreu no mesmo ano, 2018, dando continuidade aos estudos feitos nos quatro mosteiros italianos. Teve como meta a observação da arquitetura românica e monumentos, uma vez que esse monastério foi a base do monaquismo no ocidente por três séculos e influenciou de forma significativa a ordem beneditina.

A suntuosidade e fortificação da construção contribuíram para compreender o motivo do mosteiro paulistano manter esse modelo arquitetônico.

Em 2019, foi programada a ida para A Espanha, na intenção de averiguar as escolas que mantém o padrão monástico. Foram considerados o Colégio dos Padres Escolápios, em Monforte de Lemos e a escola Sant Pelagio, em Santiago de Compostela, ambas na região da Galiza, Espanha. O objetivo foi identificar se essas instituições fazem uso da simbologia monástica para fins pedagógicos, comparar elementos simbólicos: imagens, brasões, arquitetura.

Como resultado da análise de tais informações, foi possível reconhecer a importância simbólica usada como meio pedagógico. Notou-se semelhanças entre as escolas beneditinas europeias com a estrutura do colégio de São Bento.

Voltando ao Brasil, através de visita e entrevista com o monge D. João Batista Barbosa Neto, escritor e responsável pelo setor de relações públicas do colégio de São Bento em São Paulo, foi possível esboçar um panorama sobre a importância

² Não foi citado o nome dos monges entrevistados por não ter termo autorização de imagem e voz.

dos beneditinos na educação paulistana, o significado da simbologia presente no mosteiro e no colégio e como a transmissão de valores católicos ocorre através desses ícones.

Devido ao difícil acesso ao colégio foi fundamental recorrer à memória de ex-alunos, através de depoimentos via canais eletrônicos que participaram diretamente dessa realidade educacional, esclarecendo quanto à importância dessa instituição para a formação pessoal, acadêmica e profissional.

No entanto, não se pode perder de vista a relação das fontes com o período determinado, nem mesmo considerar os fatores que envolvem passado e presente de maneira anacrônica, como se fosse possível responder de forma pragmática questões relativas ao objeto de pesquisa. Como observa Rodriguez (2010, p.36) essa ação deve ocorrer de forma a

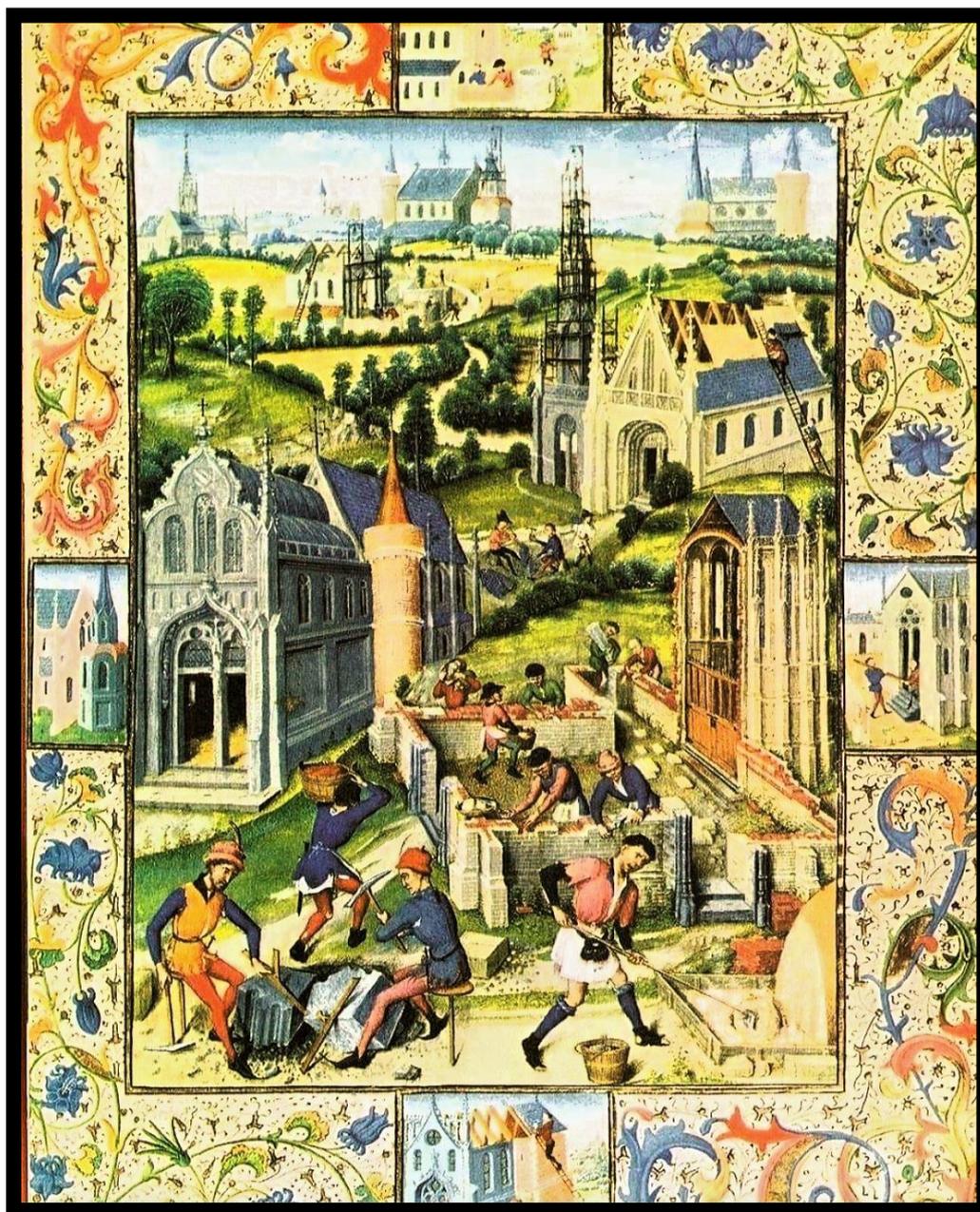
entender as contradições internas da estrutura social dos diferentes períodos históricos, com o intuito de estudar essas ondas em suas diversas oscilações, facilitando a reconstrução das relações entre estrutura e superestrutura e entre o desenvolvimento do movimento orgânico e do movimento da conjuntura. Dado que a história é um processo contínuo, constituído por rupturas e descontinuidades, e não uma mera somatória de fatos, o estudo histórico é entendido como uma construção social, e não uma sucessão linear de fatos.

Desta forma, o capítulo “Monumentos e representações simbólicas”, apresenta investigação de como a arquitetura e os monumentos representam os valores beneditinos e são utilizados para fins pedagógicos.

“A Ordem de São Bento e a simbologia contida em seus monumentos”, são exploradas no segundo capítulo, dado que estes são fundamentais como fonte a interpretação de fatos históricos, como representação do modelo de cidadão que nela se insere, como ilustração das relações políticas, religiosas e sociais de instituições nela resguardadas, que se estendem, de certa forma, do seu nascimento, na Alta Idade Média até o momento atual e se apresentam na instituição escolar beneditina. Conforme Vauchez (1989, p.212) “não seria possível a compreensão do Cristianismo após o ano mil sem que houvesse retorno aos primeiros séculos”.

O último capítulo apresenta a construção do Colégio de São Bento em São Paulo com a finalidade de analisar os interesses católicos representados no processo pedagógico diante da simbologia de seus monumentos.

2. MONUMENTOS E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS



<https://ensinarhistoria.com.br/iluminuras-medievais/>

OS BENEDITINOS USARAM A ARQUITETURA E OS MONUMENTOS PARA DISSEMINAR SEUS PRINCÍPIOS. NA EDUCAÇÃO, ESPECIFICAMENTE, APLICARAM UM SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO MULTISSEMIÓTICO COMO METODOLOGIA DE ENSINO, QUE DE FORMA SUBJETIVA TRANSFERE ELEMENTOS QUE TRANSMITEM CONCEITOS E REGRAS AOS QUE PARTICIPAM DE SUAS ESCOLAS.

2. MONUMENTOS E REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS

Falar de arquitetura em prédios educacionais não é novidade, com muitos estudos e pesquisas abordando o tema. No entanto, quando se trata de monumentos religiosos que abrigam instituições escolares, as dificuldades para pesquisar aumentam, já que pouco se tratou do assunto, apesar de sua relevância para o reconhecimento simbólico que abrange tanto questões ideológicas relativas à própria concepção religiosa, quanto aos aspectos históricos, sociais e culturais presentes na ação pedagógica.

Dos fatores que influenciam o processo ensinar/aprender, os que mais parecem chamar atenção são os recursos verbais que compõem o trabalho instrutivo, deixando para segundo plano a linguagem semiótica, que de acordo com Saussure (1988) não se limita ao campo verbal, mas amplia-se para qualquer sistema de signos, a considerar monumentos, pinturas, música, fotografia, teatro, gestos, religião, entre outros. Santaella (2006, p.10-11) expõe:

Cumprir notar que a ilusória exclusividade da língua, como forma de linguagem e meio de comunicação privilegiados, é muito intensamente devida a um condicionamento histórico que nos levou à crença de que as únicas formas de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo são aquelas veiculadas pela língua, na sua manifestação como linguagem verbal, oral ou escrita. O saber analítico, que essa linguagem permite, conduziu à legitimação consensual e institucional de que esse é o saber de primeira ordem, em detrimento e relegando para uma segunda ordem todos os outros saberes, mais sensíveis, que as outras linguagens, as não- verbais, possibilitam.

Para a autora, a análise do modo como qualquer linguagem é constituída, o significado dos fenômenos e como são percebidos são considerados objetos da ciência semiótica e têm como domínio o campo da comunicação. Ela observa que “(...) todos os sistemas e formas de linguagem tendem a se comportar como sistemas vivos, ou seja, eles se reproduzem, se adaptam, se transformam e se regeneram como as coisas vivas” (2006, p.14), estabelecendo conexões entre os campos do saber.

A prática de ensinar está vinculada a esse sistema de múltiplas linguagens, e se faz presente no meio em que o educando se encontra, ou seja, a sala de aula, o espaço usado para a aprendizagem acontecer, o prédio escolar, iluminação, as cores, os artefatos, enfim tudo que participa de tal ambiente.

O espaço escolar não é, pois, um "contenedor", nem um "cenário", mas sim "uma espécie de discurso que **institui** em sua materialidade um sistema de valores, (...), uns marcos para o aprendizado sensorial e motor e toda uma semântica que cobre diferentes símbolos estáticos, culturais e, ainda, ideológicos". É, em suma, como a cultura escolar, da qual forma parte, "uma forma silenciosa de ensino". Qualquer mudança em sua disposição, como lugar ou território, modifica sua natureza cultural e educativa (VIÑAO FRAGO, 1995, p.69).

Diante dessa perspectiva, há de se considerar esses elementos sob um aspecto científico que trate de tal tema, para não se correr risco de entender a subjetividade dos signos como apontamentos místicos, mas sim elementos que representam conceitos e regras. Portanto ainda que não haja intenção de abordar a semiótica com complexidade, há de se relevar certos conceitos explorados por essa ciência, na intenção de se compreender as representações simbólicas.

Um signo intenta representar, em parte, pelo menos, um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo que o signo represente o objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente de tal modo que, de certa maneira, determina, naquela mente, algo que é mediadamente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo e da qual a causa mediada é o objeto pode ser chamada de interpretante. (CP 6.347 [1909] apud SANTAELLA, 2006, p.58).

Conforme a exposição de Santaella, é possível afirmar que qualquer objeto pode representar uma ideia, um conceito, um princípio, desde que esteja vinculado aos aspectos históricos e culturais reconhecidos por seu intérprete. Assim sendo, o objeto não se reduz a um ser abstrato destituído de sentido, mas tem marcas típicas transmissoras de mensagens, ainda que essa comunicação ocorra de forma inconsciente e possa ser ressignificada por muito tempo e por muitas vezes.

De acordo com a autora (2006, p.68) "Esses caracteres, contudo, estão embutidos no símbolo, pois o que lhe dá o poder de funcionar como signo é o fato proeminente que ele é portador de uma lei de representação".

Um monumento histórico é um exemplo, uma vez que mantém comunicação através daquilo que representa. De acordo com Le Goff (1989), tudo pode remeter ao passado, eternizar a memória coletiva no que diz respeito às suas sociedades e história, desde uma escultura até uma edificação arquitetônica, por exemplo. Essa forma de memória pode ocorrer de maneira voluntária ou inconsciente. Cerri (1998, n.p.) esclarece que há uma identidade incutida nas estruturas concretas e esta diz

respeito aos dogmas da sociedade na qual se inserem:

(...) essa identidade é generalizada socialmente numa complexa interação entre interesses dominantes, elementos da cultura popular, ideologia, história e educação, donde nasce o nacionalismo enquanto sentimento e projeto político sob vários olhares possíveis.

Os monumentos são, portanto, uma forma simbólica de expressar seus conceitos, valores, ideologias materializadas em construções, objetos, imagens. O uso da simbologia para a expressão de dogmas está intimamente ligado aos níveis mais profundos de compreensão humana acerca de sua história e sociedade. Para Chartier (1988, p. 67) esta é uma forma de expressão cultural que

[...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento as atitudes perante a vida.

Qualquer artefato pode ter seu valor modificado, assim como a ideia que se faz dele carrega algum tipo de representação histórica, social, religiosa, entre outras. Eliade (2001, p.13) explica que “Manifestando o sagrado, um objeto qualquer se torna outra coisa e, contudo, continua a ser ele mesmo, porque continua a participar do meio cósmico envolvente”.

Logo há de se considerar a estrutura da edificação, assim como em seus artefatos, ícones que, incorporados aos símbolos, estimulam os sentidos de forma, muitas vezes, sutil. Ainda que geralmente pareçam passar despercebidos, nem por isso deixam de transmitir suas mensagens. Franco Jr. (2001, p.143) expõe:

O símbolo é inferior à realidade simbolizada, mas através daquele o homem se aproxima desta, restabelecendo a unidade primordial. Por isso ele está presente nas religiões, cujo sentido é exatamente esse: *religio* vem de *religare*, “unir, religar”. Entende-se, dessa forma, que a relação do símbolo com a coisa simbolizada seja profunda, de essencialidade. Em função disso o símbolo não é para ser compreendido: ele efetivamente, intuitivamente, estabelece uma relação secreta com a realidade transcendente.

Pesavento (2005, p.41) apresenta um conceito de “história cultural”. Ela entende que uma sociedade pode ser compreendida pelo significado materializado que o homem dá ao mundo. Diante da análise da autora, é possível entender-se o mecanismo de determinado grupo.

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.

Chartier (1988, p.16-17) complementa: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

A introjeção do simbólico torna-se parte integrante do processo cognitivo, uma vez que este não está desvinculado das áreas perceptoras dos fenômenos históricos e sociais. Por isso é comum em muitos casos a observação de monumentos históricos e religiosos induzir à crença ou aceitação de uma determinada ideologia social ou política, sem que se questione a intencionalidade do veículo que apresentou a informação.

De acordo com Chartier (1988, p. 17) “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”.

Pode acontecer a não percepção das discrepâncias que se apresentam inseridas em construções, que muitas vezes descaracterizam a doutrina a se seguir. Essas alterações podem ser compreendidas mediante vários fatores, como adequações exigidas pelas carências advindas de transformações sociais, da necessidade de se ampliar o espaço, do crescimento populacional, situação econômica, ou mesmo interesses de grupos específicos.

Faria Filho (1998, p.145) exemplifica com os prédios escolares que geralmente têm seus projetos arquitetônicos carregados de intenções: “São construídos para serem vistos, admirados, reverenciados. Devem ser tidos como modelares, para outros estabelecimentos, e modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades”.

No período republicano, a edificação dos primeiros prédios escolares propunha uma monumentalidade que deveria refletir para a sociedade a importância do que ali acontecia e de quem os frequentava.

A estrutura desses monumentos demonstra indicadores, índices ideológicos. “Contam” a que são destinados, algo muito além de sua utilidade material. Na visão de Santaella (2006, p.66)

Uma obra arquitetônica como produto de um fazer, por exemplo, é um índice dos meios materiais, técnicos, construtivos do seu espaço-tempo, ou melhor, da sua história e do tipo de força produtiva empregada na sua construção.

Porém, há casos em que intenções decorrentes de interesses principalmente políticos acontecem de forma a não serem captadas por muitos. Esse propósito ocorre talvez por se acreditar que, como aponta Orlandi (1999, p. 42): “a imagem que temos das coisas se constitui no confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discurso e instituições.” Já Bourdieu (1989, p.7-8) observa que

(...) num estado de campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que - sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver uma espécie de <círculo cujo centro está em toda parte, ou em parte alguma> - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível com o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Analisar o processo cognitivo sob esse prisma dentro de uma instituição religiosa, que também funciona como escola, torna-se interessante, uma vez que esse local está impregnado de ícones de valores religiosos determinantes. Para Sales (2002, p.334)

o prédio escolar exerce influência no julgamento que a sociedade faz sobre o nível de ensino das escolas, desempenhando as representações sociais um papel importante no processo de legitimação da instituição de ensino que o prédio escolar encerra.

Tratando dos beneditinos, seus edifícios e seus artefatos são frutos de uma ação que registra e, de certo modo, perpetua suas características sociais, assim como a própria religião. Eliade (2001, p.13) observa:

O homem das sociedades arcaicas tem a tendência para viver o mais possível no sagrado ou muito perto dos objetos consagrados. Essa tendência é compreensível, pois para os “primitivos”, como para o homem de todas as sociedades pré-modernas, o sagrado equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência. O sagrado está saturado de ser.

Essas representações estão presentes nos elementos peculiares,

determinados pela ordem religiosa que as institui, nos símbolos expostos pelo local onde as pessoas se encontram. Para Certeau (1982, p.142) “Os lugares sociais se tomam determinantes, mas a linguagem religiosa ainda serve para designá-los”. O autor complementa explicando que “[...] a imagem do passado mantém o seu valor primeiro de representar aquilo que falta [...] o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro” (p. 88).

Conforme Chartier (1988, p. 56) “[...] a cultura folclórica, que fornece a sua base à religião da maioria, foi profundamente “trabalhada” em cada época pelas normas ou pelas interdições da instituição eclesiástica”.

Sob essa ótica, torna-se evidente considerar o estudo do mosteiro como fonte monumento para a compreensão da ação pedagógica inserida na educação escolar beneditina. Por isso é possível inferir que essas estruturas estão carregadas de informações necessárias para reflexões sobre vertentes que envolvem a sociedade como um todo.

Uma vez que se atribui à educação a função de transformadora social e diante das alterações da sociedade, a forma como os princípios da regra de São Bento é transmitidos junto com o conhecimento também passaram por modificações constantes, identificadas em sua estrutura pedagógica e em seus próprios monumentos, como prédios escolares, relíquias e elementos artísticos. Essas adequações ocorreram, mas os preceitos beneditinos ainda perpetuam e se fazem presentes nas ações sociais daqueles que deles se apropriaram enquanto alunos de suas escolas.

2.1 A Regra de São Bento simbolizada em seus monumentos

A Idade Média é um período que abrange de 476 a 1453³. Foi uma época extensa, marcada pela influência da igreja católica e ordens monásticas. Esse período foi definido por inúmeras modificações sociais, culturais, políticas e econômicas, apresentando uma série de aspectos que não serão discutidos na presente pesquisa, cujo interesse diz respeito à ordem beneditina e sua contribuição para a educação.

³ Alta Idade Média: da queda do Império Romano, século V, ao declínio do feudalismo, século X.
Baixa Idade Média: Desagregação do sistema feudal, século X ao século XV.

Desde o início de sua organização estrutural na Idade Média a igreja católica procurou adotar uma postura que lhe desse melhores condições de atuação, aproximando-se dos poderes políticos, “afastando-se totalmente da sociedade laica” (FRANCO JR., 2001, p.67).

Para Almeida (2010, p.51)

Idade Média foi um período da história do Ocidente caracterizado pelo controle da aristocracia sobre o campesinato, por meio da força das armas com o apoio do clero que, manipulando medos de fundamentação religiosa, garantiam o controle ideológico e a submissão da sociedade.

O autor (2010, p. 58) acrescenta ainda que

A Igreja pressionada pelo aumento desenfreado da violência geral, frente ao vazio de poderes públicos, se apropria de uma função exclusivamente real e passa a agir em favor do controle da aristocracia através de sanções espirituais, ameaças materiais e fundamentando ideologicamente a promoção social daqueles guerreiros alinhados com seus ideais pacificadores.

Com o objetivo de assegurar soberania, a instituição católica buscou se espalhar por diversas regiões europeias, nomeando bispos, formando concílios que definiam normas para combater heresias e impedir contradições de seus valores, assim como tratar de assuntos relativos aos seus interesses como ocorreu no Concílio de Niceia em 325.

Para centralizar seus princípios foi criada uma monarquia eclesiástica que futuramente, próximo aos anos 400, passou a ser dirigida por um papa, autoridade máxima, considerado proveniente da linhagem do apóstolo Pedro, portanto um homem “santo”, cuja palavra deveria ser respeitada e apoiada. A crença de que o corpo do apóstolo estava enterrado em terras romanas auxiliou “para identificar a sé romana com a Igreja” (Franco Jr., 2001, p.69).

Dessa forma a igreja católica passou a ser a instituição mais forte e poderosa da sociedade medieval, dividida em clero, nobreza e servos. Esse último segmento trabalhava e em maioria se resignava a atender aos eclesiásticos, o que resultou em grandes riquezas para a instituição religiosa, além das ofertas dos nobres e os impostos pagos que geravam a construção de novos templos católicos. As doações

de terrenos fizeram da igreja a maior proprietária de terras. Franco Jr. (2001, p.71) explica que “no começo do século V ela tinha sido a segunda maior proprietária imobiliária do Ocidente, depois do Estado Romano, e tornou-se a maior desde fins daquele século, com o desaparecimento do Império”.

Diante dessa realidade, começaram a ocorrer discórdias internas dos que não concordavam com essa conduta que levava ao poder financeiro exagerado, o que resultou na divisão da igreja entre clero secular voltado à administração de bens, e clero regular, formado por monastérios onde os monges buscavam seguir os princípios cristãos através do trabalho e devoção.

A Ordem de São Bento surgiu sob a iniciativa de Bento da Núrsia, quando fundou uma abadia em Monte Cassino, Itália, por volta de 529 d.C. Ele elaborou um livro de regras – Regras de São Bento – no qual intensificou preceitos católicos, considerado até hoje como guia de organização para a evolução espiritual através da oração e materialidade por meio do trabalho.

Esse livro de regras deu margem à sentença “ora et labora”, difundida principalmente para a vida monacal, ainda que “O tão repetido lema beneditino, verdadeira divisa do espírito da Regra de S. Bento, o célebre – «Ora & Labora» – nunca aparece na regra nem em qualquer escrito monástico antigo, mas é criação bastante moderna” (DIAS, 2011, P.26).

Apesar de seu original nunca ter sido encontrado, a Regra de São Bento foi a base do monaquismo ocidental, elaborada na mesma época em que Justiniano inibiu as escolas platônicas. Como explica o autor (p.40)

(...) certo é que a Regra original de S. Bento não existe. O que existe é uma regra atribuída a S. Bento que se tornou, no Ocidente europeu, o principal código normativo monástico, e passou a ser apanágio dos beneditinos.

Foram os princípios apresentados na Regra de grande contribuição para a expansão da cultura cristã na Europa medieval, em meio à desorganização de constantes conflitos como as invasões bárbaras e o declínio do império romano, que repercutiam na insegurança do povo.

No século VI, S. Bento já dirigia uma cadeia de doze conventos no sul da Itália e insistia na pregação de um evangelho de fé, fraternidade, caridade que ele associava a um regime de árduos trabalhos. Os irmãos que não

saiam em missões para converter os pagãos – praticamente todos os povos vizinhos eram herdeiros dos últimos cultos romanos – eram obrigados a trabalhar dentro dos muros dos mosteiros. A perpetuação do ensino e a prática das artes e ofícios constituíram a maior parte das atividades dos enclausurados. (CHENEY, 1995, p.190)

Assim, a regra de S. Bento foi a base em que os mosteiros beneditinos buscaram seu fundamento, o que os diferenciava de outras ordens católicas que “têm um sistema de autoridade centralizado na figura de um chefe ou superior comum” (CONDE, 2008, p.6).

Pelos princípios da Regra os monges beneditinos dedicavam-se ao serviço espiritual e trabalhavam na lavoura e em outras atividades, respeitando as normas e os horários estabelecidos e principalmente dedicando-se à leitura.

[10] De 14 de setembro até o início da Quaresma, entreguem-se à leitura até o fim da hora segunda, [11] no fim da qual se celebre a Terça [...] [13] Depois da refeição, entreguem-se às suas leituras ou aos salmos. [14] Nos dias da Quaresma, porém, da manhã até o fim da hora terceira, entreguem-se às suas leituras [15] Nesses dias de Quaresma, recebam todos respectivamente livros da biblioteca e leiam-nos pela ordem e por inteiro; [16] esses livros são distribuídos no início da Quaresma. [17] Antes de tudo, porém, designem-se um ou dois dos mais velhos, os quais circulem no mosteiro nas horas em que os irmãos se entregam à leitura [18] e verão se não há, por acaso, algum irmão tomado de acédia, que se entrega ao ócio ou às conversas, e não está aplicado à leitura e não somente é inútil a si próprio como também distrai os outros. [22] Também no domingo, entreguem-se todos à leitura, menos aqueles que foram designados para os diversos ofícios. [23] Se, entretanto, alguém for tão negligente ou relaxado, que não queira ou não possa meditar ou ler, determine-se-lhe um trabalho que possa fazer, para que não fique à toa [...] (REGRA MONÁSTICA, Cap.48).

Trabalhar era uma ação digna em que todas as classes sociais deveriam se firmar, no entanto com funções bastante distintas, mesmo dentro dos mosteiros, o que já indicava certa divisão de classes. O trabalho garantia sustento e com a expansão da agricultura, também representou fartura e riqueza. Logo, havia necessidade de organização de mão de obra, o que gerou a aprendizagem posteriormente conhecida como “arte mecânica” dentro e fora dos mosteiros. Segundo Ruggi (1998), esta se destinava às funções técnicas na alta idade média.

Le Goff (1989, p.10) comenta que o homem da idade média “era definido pela religião”. Diante dos dogmas cristãos, o trabalho aparece como forma de servidão a Deus, penitência e castigo. De modo geral a sociedade medieval era dimensionada

principalmente pelo clero, sob uma visão teocêntrica de mundo em que relações dicotômicas como bem/mal; poder/escavidão, nobreza/plebe, clero/leigos conviviam formando um só corpo social. Gomes (2015, p. 54) complementa:

a Idade Média, período que costumeiramente é compreendido entre anos 472 até 1453, e em cuja época os líderes da Igreja Católica ensinavam que a terra ficava entre dois reinos misteriosos: o céu e o inferno, para onde, depois da morte, as almas das pessoas deveriam ir, também é o período em que os ricos viviam em castelos de pedras, altas casas cidadinas e os pobres, a maioria, em casas de madeira ou casebres toscos que não duravam muito além de uma década.

É interessante a forma paradoxal de como o mundo concreto complementava toda uma mística que envolvia o monastério. Bento interpretou versículos bíblicos de maneira a desenvolver na terra o que fora “estabelecido no céu”. Um exemplo está na própria ação do trabalho agrícola, uma vez que a terra, como diz Rugiu (1998, p. 96) “era testemunha contínua e natural do ato criador de Deus e, portanto, trabalhá-la era como inserir-se no sulco da sua graça”. Mas como trabalho também se considerava a leitura, o estudo, e como consequência, a valorização do saber.

É possível, sob a luz desse esclarecimento, perceber o esforço no sentido de integrar o trabalho com o estudo da palavra sagrada, ideia-âncora da Regra de São Bento, ao se lembrar de que defende a teoria da recompensa como mola mestra da igreja católica, dos homens “de bem”, ou seja, os que se comprometem com a ideologia cristã ensinada pelo evangelho, no caso, interpretada de forma prática por Bento no que se refere ao labor, o qual os homens deveriam se dedicar com afinho e temor: “Se ele optar por seguir os ensinamentos da Igreja e a doutrina de Cristo, ele estará salvo; caso contrário...” (MANOEL, 2007, p.112).

Tais religiosos buscavam nas regras monásticas suas ações, ainda que nem sempre houvesse uma orientação sólida quanto a algumas questões práticas, como um projeto arquitetônico específico para os mosteiros, apesar de se considerar a mística em que São Bento tenha aparecido em sonho para monges e indicado como deveria ser construído o monastério. Não é possível precisar quem arquitetava e como foram edificados os primeiros mosteiros. O que se encontra na literatura são informações de monges que eram construtores e que poderiam ter trabalhado nessas obras monumentais, ou em conjunto com leigos instruídos para essa função.

No capítulo 57 da Regra, São Bento menciona a respeito de os monges que exerciam essa tarefa com a instrução: “Se há artistas no mosteiro, que executem suas artes com toda a humildade, se o Abade o permitir”. Esses “artistas”, como explica Castelnuovo (1989, p.157), também exerciam outras funções, inclusive as referentes à arquitetura, fato que extrai a importância da profissão na época. Como explana o autor, não havia uma especialidade no que diz respeito a essa atividade nem à construção civil, eram os chamados “artistas” quem se dedicavam a essa atividade:

(...) há construtores que são hábeis lapidadores e que intervêm, pessoalmente, no corte das pedras (e a soberba construção da catedral de Foligno justifica o orgulho de Atto) e são também mestres pedreiros e carpinteiros; há artífices que são, acima de tudo, escultores e como tal se assinam, mas que também podem ter uma responsabilidade direta e pessoal na construção.

Mas a arquitetura das abadias medievais já existia antes de São Bento edificar seu monastério. Essas construções eram muito semelhantes, pois se buscava seguir a orientação do apóstolo João, na descrição da “Jerusalém Celeste”:

E a cidade estava situada em quadrado; e o seu comprimento era tanto como a sua largura. E mediu a cidade com a cana até doze mil estádios; eo seu comprimento, largura e altura eram iguais. E mediu o seu muro, de cento e quarenta e quatro côvados, conforme a medida de homem, que é a de um anjo. (APOCALIPSE Cap.21-V.16-17)

Isso exemplifica como a educação monástica estava relacionada à ideia do simbólico, que em muitos aspectos perpassa o tempo e apresenta-se no processo pedagógico como forma de perpetuar um sistema religioso, sem deixar de se adequar às transformações pelas quais tal sociedade ou localidade inserem-se.

A planta da abadia de Cluny local apresenta essa simbologia. As colunas que fecham as paredes em quatro pontos cardeais, as pedras que se transformam em elementos sagrados, o nártex, que é a zona de entrada de um templo, insere o homem profano ao universo divino.

A capela de Cluny II construída em forma de cruz, (fig.1), como acontece em muitas igrejas contemporâneas, como o santuário de Nossa Sra. Aparecida, na cidade de Aparecida, SP, ou mesmo a posição do claustro no monastério são exemplos.

Fig. 1 - Planta da Abadia de Cluny .

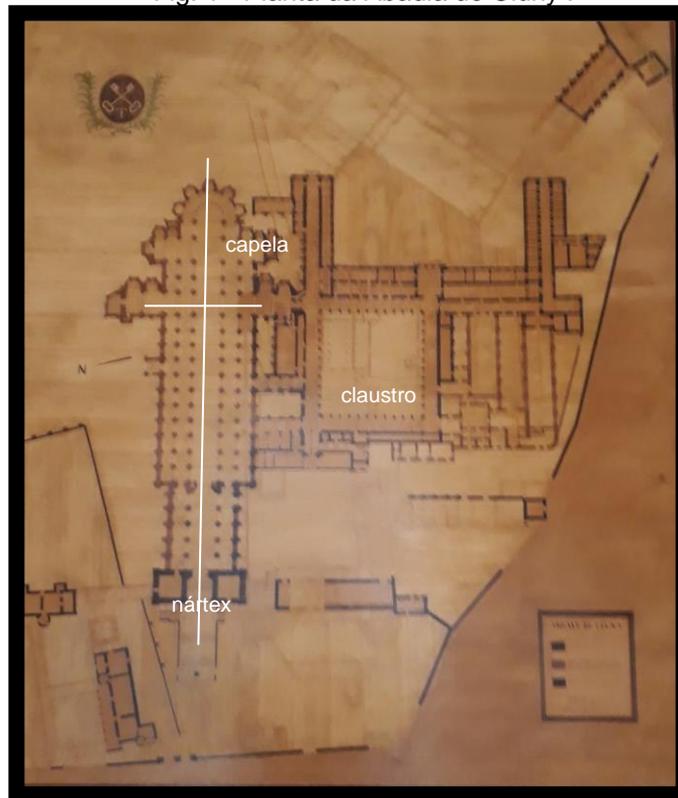


Foto da autora. 17 out.2018

Apesar de São Bento não ter deixado instruções exatas para a construção de um mosteiro beneditino, nas determinações da Regra é possível entender algumas necessidades que viriam a caracterizar a construção, cuja finalidade estava, de alguma forma, relacionada com a sociedade. Um exemplo é o armazém, onde seria guardado o produto colhido, fruto do trabalho diário, que tanto tinha seu excesso comercializado, apesar de ser o comércio um ato ilícito para a igreja, conforme considerava Tomás de Aquino, como era distribuído à comunidade carente.

O capítulo 38 da Regra de São Bento apresenta um trecho em que se entende que o mosteiro deveria possuir, também, cozinha: “faça, porém, depois, a refeição com os semanários da cozinha e os serventes” (L5C3) o que significa que os monges beneditinos, diferente das outras ordens, deveriam ter alimentação regular.

O trabalho deveria ser compensado com alimentação e descanso, uma vez que também é do pressuposto que haveria quartos divididos por vários monges: “Depois da sexta, levantando-se da mesa, repousem em seus leitos com todo o silêncio; se acaso alguém quiser ler, leia para si, de modo que não incomode o outro (Cap.48,L.5C.7).

O apoio aos peregrinos que se hospedavam nos mosteiros também estava disposto na Regra, razão pela qual fazia parte dos cenóbios beneditinos um espaço para receber tais andantes, melhor dizendo, uma hospedaria.

As fotos auxiliam na compreensão da organização desses cômodos nas edificações monásticas sob a ótica de São Bento.

Fig. 2 Cozinha do Mosteiro de Tibães, Braga.



Foto da autora. 9 out. 2018

Fig.3 Hospedaria. Mosteiro de Tibães, Braga

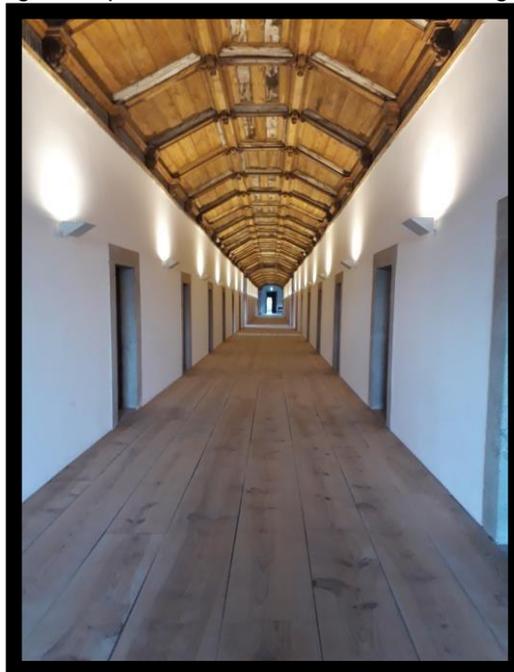


Foto da autora. 9 out. 2018.

A leitura, enfatizada nas regras, tornou necessária a formação de bibliotecas, um dos espaços mais importantes do monastério, onde alguns monges alfabetizados liam, estudavam e auxiliavam nas cópias de escrituras sagradas ou outros textos que julgassem pertinentes. Muito da filosofia católica está relacionada com a literatura clássica, como por exemplo a ótica pejorativa de Aristófanes e Platão em relação ao feminino.

O que se pode concluir é que as regras de São Bento estavam voltadas à vida dos cenobitas, mas não se desvincilhavam das questões sociais. Pela observação dos cômodos e espaços dos mosteiros é possível compreender como isso era posto em prática.

Os mosteiros abrigavam, assistiam e “empregavam” principalmente os que mais necessitavam de proteção. Diante dessa ação, os beneditinos evoluíram na expansão da religião, ampliando seus territórios e princípios por toda Europa.

2.1 Mosteiros, monumentos e educação

Percebe-se que na Idade Média, com o avanço da agricultura, os mosteiros beneditinos foram se transformando em pequenas vilas, e o comércio incentivado, pois os monges comercializavam os produtos que excediam e, como consequência, expandiam-se, fato notório ao se considerar uma sociedade em que a maioria da população por muitos anos passou por complicada situação de sobrevivência. Eco (2010, p.6-7) narra que

A população, cada vez mais numerosa e mais débil, era ceifada por doenças endêmicas (tuberculose, lepra, úlceras, eczemas, tumores) e por tremendas epidemias como a peste. É sempre difícil fazer cálculos demográficos 40 milhões de habitantes, estava reduzida no século VII a 14 ou 16 milhões. Pouca gente a cultivar pouca terra e pouca terra a alimentar pouca gente. Mas no século X começa difundir-se o cultivo intenso dos legumes para satisfazer as necessidades energéticas de quem trabalha: Com o aumento da ingestão de proteínas, as pessoas tornam-se maisfortes, não morrem tão cedo, criam mais filhos e a Europa repovoa-se.

Os beneditinos em seus monastérios não foram os únicos responsáveis por esse crescimento agrícola nem pela educação, mas é certo que contribuíram de forma relevante para que seu avanço ocorresse. Essa situação de carência

alimentar impulsionou diversos leigos a buscarem nos mosteiros seu meio de sustento. Talvez muitos tenham optado pelo cenóbio por esse motivo, haja vista a expansão das abadias beneditinas por todo continente europeu e a ampliação dos prédios para atender maior número de pessoas.

Nos mosteiros estudavam os jovens cujas famílias definiam que se dedicariam à vida religiosa, em maioria crianças entre 5 e 7 anos, mas Diel (2017) explica que além dessas crianças, outras, como aquelas órfãs de famílias nobres, viúvas com filhos deficientes, ou mesmo meninos que por promessa dos pais deveriam seguir o sacerdócio, eram entregues à vida monástica. Moças que não se casavam também eram recolhidas e deveriam oferecer um dote ao monastério que as recebesse.

A Regra de São Bento, capítulo 59 “Dos filhos dos nobres ou dos pobres que são oferecidos”, define como deveria ser a entrada de um leigo ao mosteiro:

[1] Se porventura, algum nobre oferece o seu filho a Deus no mosteiro, se o jovem é de menor idade façam os seus pais a petição de que falamos acima; [2] e envolvam na toalha do altar essa petição e a mão do menino junto com a oblação, e assim o ofereçam. [3] Prometam na presente petição, sob juramento, que nunca, por si, nem por pessoa interposta, lhe dão coisa alguma, em qualquer tempo, nem lhe proporcionam ocasião de possuir; [4] ou então, se não quiserem fazer isso e, como esmola, desejam oferecer ao mosteiro alguma coisa para a própria recompensa, [5] façam a doação das coisas que querem dar ao mosteiro, reservando o usufruto para si, se assim o desejarem. [6] E dessa forma, todos os caminhos estarão impedidos, de modo que no menino nenhuma esperança permaneça, pela qual - que isso não aconteça - venha a ser enganado e possa perecer; eis o que aprendemos por experiência. [7] Da mesma forma procedam os mais pobres. [8] Aqueles porém, que absolutamente nada possuem, façam simplesmente a petição e ofereçam seu filho, com a sua oblação, diante de testemunhas.

No entanto, na prática, nem todos eram tratados da mesma forma, havia distinção entre classes, ainda que fizessem parte do mesmo espaço, da mesma Ordem. Diel (2017, p.410) esclarece que

Teoricamente os mosteiros estavam abertos a todos, mas não era tão comum um filho de camponês adentrá-lo. Quando isso acontecia, recebia apenas as ordens menores ou professava apenas os votos de pobreza, obediência e caridade e, raras vezes, eram ordenados sacerdotes.

Os cenóbios construídos na Alta Idade Média (476 – 1000) apresentavam

estrutura física sólida e ofereciam proteção. Primeiramente foram construídos com madeira, e depois com pedra, que perduraria através dos tempos e suportaria as constantes invasões bárbaras sem ser abalada. O mosteiro de Monte Cassino (fig.4), conforme se pode ver na imagem, procurou manter a estrutura do monaquismo primitivo, apesar das várias reformas.

Fig.4 Mosteiro de Monte Cassino, Itália.



Foto da autora. 14 out.2018.

Segundo Cheney (1995, p.200) “os monges beneditinos são uma espécie de congregação internacional, determinando as mesmas formas de construção românica através da Europa”.

Nesses locais, como já visto, os monges, seguiam a Regra de São Bento e tinham como missão a oração, o aperfeiçoamento da espiritualidade e a “orientação” de leigos, uma vez que além dos tratos religiosos, alguns desses cenobitas também eram letrados, fator esse que firmava seu caráter elitista, como afirma Le Goff (1989, p. 16) ao citar que tal cenobita

[...] é um conselheiro, um mediador, sobretudo dos grandes. E também é um homem de cultura, um conservador da cultura clássica, um perito na leitura e escrita graças ao *scriptorium* dos mosteiros, à biblioteca e oficina de cópia e decoração dos manuscritos.

Na verdade, não havia escolas no mosteiro, estas só foram implantadas a partir do século IX, com intervenção de Carlos Magno, importante rei dos francos, cristão, famoso pela expansão de seu império e incentivo que deu à educação.

Até então os beneditinos, de um modo geral, não estavam preocupados especificamente com a educação do povo, chegavam a reclamar das crianças que

frequentavam os mosteiros, conforme esclarece Diel (2017). O autor, (p. 410), observa que no século XI havia freis que elogiavam mosteiros que não tinham crianças e, portanto, estavam isentos de problemas: “O desconforto dos monges vinha não do sacrifício de ensinar, mas sim do barulho que as crianças de uma escola causavam à meditação e à contemplação dos monges”.

Saviani (2008, p.41) esclarece:

Os beneditinos não tinham a instrução como sua meta principal. Ao escrever as regras da ordem, São Bento não manifestou nenhuma preocupação direta com a educação, nada tendo registrado com a questão pedagógica.

Em visita aos mosteiros de Tibães, em Portugal, Santa Escolástica, Casamari e Subiaco na Itália, monges, guias e administradores de tais cenóbios afirmaram não haver uma localização interna destinada à educação de leigos.

A foto do mosteiro de Tibães apresenta um ambiente que, segundo a assessora administrativa Carla Cruz e funcionários do mosteiro, poderia ter funcionado como local de aula para filhos e parentes de personalidades ilustres. Esse local, conforme apresenta a imagem da entrada no mosteiro de Tibães, era isolado do interior do mosteiro e do claustro por grades, o que garantia que os meninos não entrassem em locais considerados sagrados, nem atrapalhassem o cotidiano dos monges.

Fig. 5 Saguão de entrada do mosteiro de Tibães

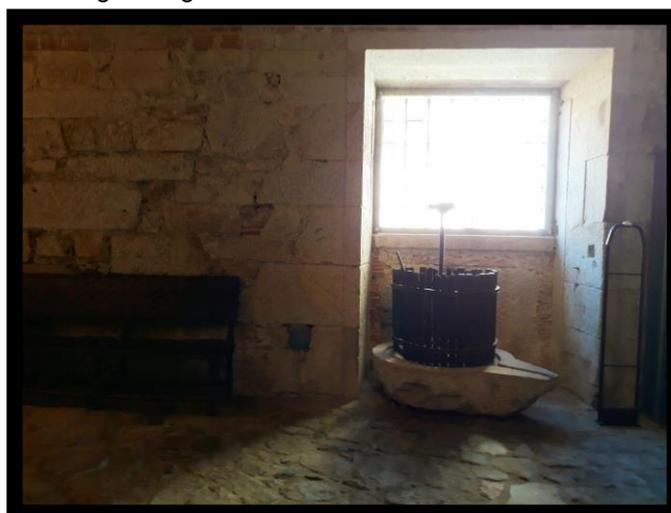


Foto da autora. 9 out. 2018.

Nos dois mosteiros italianos, os monges de Casamari e Subiaco

respectivamente, informaram que realmente não havia salas de aula nos mosteiros destinadas ao povo. Em Cassino, a guia do mosteiro de Santa Escolástica também informou que se havia instrução para a comunidade, esta ocorria durante a prática de atividades, ou acontecia em um espaço em frente ao mosteiro, do outrolado da rua, provavelmente, o que explicita a função assistencialista da igreja, sem obrigatoriamente incluir a comunidade em seus templos.

O processo educacional professado pela igreja na Idade Média apresenta em seu contexto segregação entre religiosos e leigos, ricos e pobres, no mesmo ato de distanciar a população da educação monacal.

Diel (2017) afirma que realmente havia um local separado para as aulas acontecerem. Essa afirmação está de acordo com o que mencionou monge Félix da abadia de Casamari, onde um ambiente fora do prédio, hoje quadra para educação física do Instituto São Bernardo, que pertence ao conjunto monástico, poderia ter servido como ambiente para a aprendizagem da escrita e cálculos, ainda que não se possa dar certeza. Mas ali seria o lugar mais propício, uma vez que era uma área limpa e organizada que ficava junto ao mosteiro, como se pode observar na figura:

Fig. 6 Mosteiro e Instituto S. Bernardo, Casamari



Foto da autora. 15 out. 2018.

Por outro lado, se sabe que um espaço para a organização de livros existia, dado que transcrever textos e organizá-los também era função dos monges. Há registros, na biblioteca atual do mosteiro de São Bento, SP, de volumes existentes

no local referentes ao século XVI, pois nessa época conforme Araújo (2008, p.164) “havia poucos livros, de modo que o número de proprietários de livros era pequeno e, ainda, cada um deles tinha uma quantia reduzida de volumes, em grande parte referentes à religião”.

Na verdade, os monges sempre apresentaram grande preocupação com a leitura, ainda que nem todos apresentassem essa competência, nem mesmo tivessem acesso a ela. A própria Regra de São Bento estipula, como já visto, a atividade de ler como rotina. É certo que a biblioteca sempre foi um espaço importante nos mosteiros, mesmos nos menores e mais simples, dado que dos livros, que não eram só relativos à religião, os monges alfabetizados extraíam conhecimento e cultura, o que os alimentava a intelectualidade e representatividade em meios sociais e políticos.

Diel (2017) observa que nos mosteiros beneditinos medievais a educação, de um modo geral, destinava-se prioritariamente à formação de monges, pessoas essas em maioria proveniente de famílias influentes. Sua preparação espiritual, assim como a leitura e a escrita, fazia parte constante do cotidiano, uma vez que ainda não existia uma educação formalizada. No entanto não é possível negar que foram nos mosteiros que os princípios educacionais ocorreram de forma sistemática, expandindo-se para o mundo ocidental, ainda que não atingisse a todas as camadas sociais da mesma forma.

Na escola de canto aprendiam-se textos e melodias de canções usadas na liturgia da Igreja. Esta escola era frequentada dos 7 aos 10 anos, ou até 12 anos. Até o século XII a língua predominante na escola elementar era o latim, porém, desse período em diante as línguas populares nacionais passaram a ser predominantes e o latim passou a ser a segunda língua estudada e se destinava especialmente àqueles que se tornariam padres. A partir de então, a escola elementar ensinava ler, escrever, calcular e conhecimentos rudimentares de latim adquiridos por meio do ensino de orações, canções e do credo cristão. (p.411).

Manacorda (1992) explica que as crianças educadas em mosteiros usavam tabuinhas com estiletes para registro. Também não começavam a escrever através do alfabeto, era comum que decorassem as informações que lhes eram transmitidas.

Lia-se, isto é, reconheciam-se as letras do alfabeto como sinais e instrumentos de memorização e da comunicação da linguagem, mas sem fazer referência a alguma mensagem linguística geral. Aqui o ensino aparece como sendo mais do tipo “global”: não o calcular e o silabar, mas

logo a cópia na tabuinha, usando o *productalis*, e o livro para ler (p.135).

Dada a importância da leitura, o estudo da gramática era essencial, sendo o instrumento que possibilitava a interpretação da escrita; observa-se assim que os monges precisavam que os mosteiros fossem um local equipado para o estudo não só de questões evangélicas, mas de outras disciplinas relativas às letras, às ciências exatas e à arte. Tais religiosos eram aqueles que decifravam a simbologia contida nos livros sagrados e que também se apresentava exposta na arquitetura de seus templos, nos números, nas imagens tão usadas pela igreja, uma vez que os homens medievais, em maioria, não eram letrados. Portanto, estes ícones tinham caráter totalmente instrucional, num sistema dialético entre o divino e a materialidade.

No entanto, o processo de leitura e escrita, bem como os cálculos, não ocorreu de uma vez. O estudo do quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), como lembra Rugiu (1998, p.99) demorou para ser incorporado à aprendizagem: “(...) só no século XVII se atinge a elaboração completa das regras do cálculo com números inteiros, com as frações e com os decimais”. A leitura e escrita também não atingiram a maioria do povo repentinamente “(...) até o século XIV os próprios eclesiásticos permanecerão em boa parte semianalfabetos (...)” (p.77). Isso explica o valor das imagens: geralmente narravam fatos religiosos, ou mesmo representavam valores e ensinamentos que a maioria não podia ler, mesmo porque o objetivo não era educar o povo, mas doutriná-lo.

Fig.7. Filho Pródigo - Mosteiro Santa Escolástica, Cassino.



Foto da autora. 15 out.2018.

Ao se observar essas imagens é possível perceber, como exemplifica a figura 7, narrativas bíblicas através das ilustrações que aparecem em todos os locais dos mosteiros, expressas de diversas formas, seja na pintura, na escultura, nos

ornamentos. A própria arquitetura transmite informações, as paredes, geralmente, expressam mensagens em suas imagens e afrescos:

Fig.8 – História de S. Bento. Mosteiro de Subiaco



Foto da autora. 15 out.2018.

Conforme apresentam as ilustrações da abadia de Cluny (fig. 9, 10, 11) é muito comum ver nos capitéis de cada coluna representações religiosas, ou de feitos heroicos, o que evidencia a importância da simbologia como forma de transmissão de valores, que ainda é utilizada em templos, mosteiros, escolas, praças, entre outros locais de acesso social.

Fig.9 Capitel com ornamento fitomórfico



Foto da autora. 17 out. 2018.

Fig. 10 Pedra angular do cordeiro pascal.



Foto da autora. 17 out. 2018.

Fig.11 Cenas do cotidiano. Cavaleiros em treino.



Foto da autora 17 out. 2018

As imagens monstruosas nas gárgulas, principalmente em igrejas góticas, têm intenção de moralizar ao mostrarem a materialidade e imperfeições terrenas, lembrando que o “demônio não dorme”, o que leva o homem às tentações. Por isso a importância de se entrar em um templo em que esse mal pode ser dissipado.

Nas paredes e teto, ou mesmo em azulejos e monumentos, como se pode ver nas imagens, a história permanece gravada:

Fig.12 Painel historiado: feitos de São Bento. Mosteiro de Tibães



Foto da autora. 9 out. 2018.

Fig.13 Tímpano sobre porta.
Mosteiro de Casamari

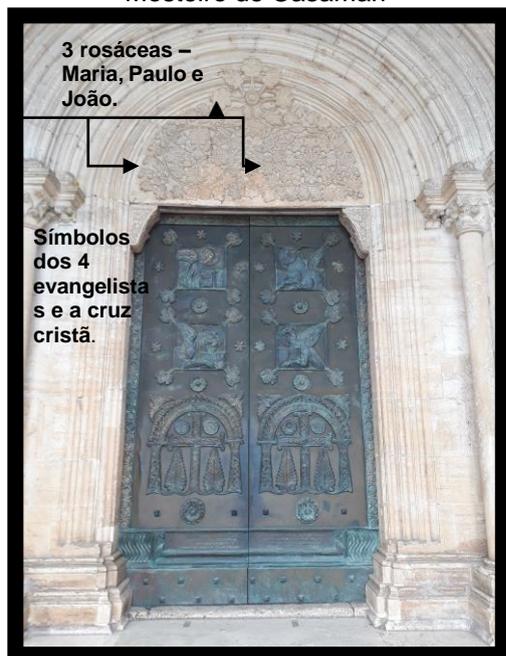


Foto da autora. 17 out.2018.

Fig.14 Lâmina de porta com passagens
da vida de S. Bento



Foto da autora. 17 out.2018.

Del Negro (2000) esclarece que essas representações estão intrínsecas na própria construção dos monumentos de ordens religiosas, isto é, a arquitetura segue padrões simbólicos na disposição de seus aposentos. Essa linguagem semiótica sugere ensinamento. O homem dialoga constantemente com símbolos e os mosteiros apresentam esses signos com fins didáticos, como explica Eco (2010, p.26) “E eis porque depois de Agostinho a Idade Média começa a elaborar as suas enciclopédias, para definir com base na tradição as regras de atribuição de um significado figural a qualquer elemento do mobiliário do mundo físico”.

Nos mosteiros essa simbologia, segundo Del Negro (2000, p.27, 28), está relacionada ao processo de aprender e exemplifica ao apresentar como essa didática acontece na representação não só de imagens, mas de números em figuras geométricas: “[...] a unidade estava relacionada ao ser supremo, Deus, e o número três, relacionado, entre outros, ao mistério da Trindade”. Franco Jr. (2001) associa o dois à divisão, ao conflito. Com o tempo, o três também passou a sugerir o conjunto de três matérias ensinadas nas universidades no início do percurso educativo – o trivium: gramática, dialética e retórica, enquanto o quatro, o quadrivium, ou seja, as disciplinas aritmética, geometria, música e astronomia.

O quatro, segundo o autor, também estava relacionado à materialidade, aos quatro elementos, assim como aos pontos cardeais. Multiplicado por 3 resulta no

número de 12, 12 apóstolos, 12 tribos de Israel; se somado, resulta em 7, 7 dias, 7 artes liberais.

Del Negro (2000, p.27-28) observa que esse número está ligado ao valor moral, e, portanto, à forma quadrada os quais são construídos os quartos e a disposição do claustro, onde cada lado simboliza uma virtude “representada e especificada, posteriormente, por cada uma das quatro fileiras de capitéis das colunas que o compõe”, os evangelistas. O claustro é, dessa forma, um dos setores mais importantes de um mosteiro, local para meditação e estudo, oração, reflexão, apreensão do conhecimento filosófico e princípios da igreja.

O principal objetivo de uma escola beneditina, com esta força comunicadora, é formar integralmente seus estudantes. E não foram poucos que foram educados nos mosteiros. Assim, o claustro revela-se como um oásis proporcionando uma experiência humana sem a desvincular da profunda experiência religiosa do encontro com Deus. Eis o ponto chave (BARBOSA NETO, 2013).

Fig.15 Claustro - Abadia de Santa Escolástica, Itália Fig.16 Claustro - Abadia de Casamari, Itália



Foto da autora. 15 out. 2018.

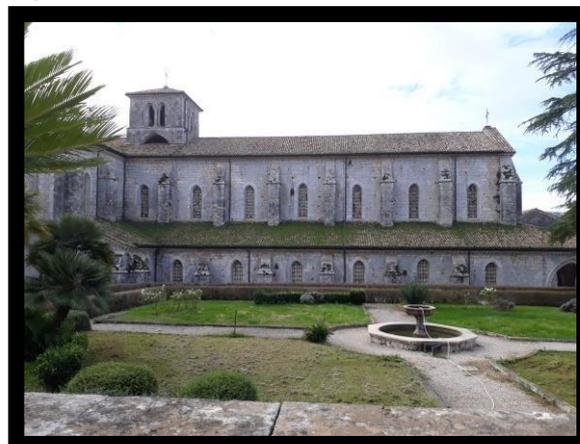


Foto da autora. 15 out. 2018.

“[...] o 6, número da criação, tendia por isso à perfeição, mas podia se tornar a manifestação do mal (o Anticristo é o 666); o 7, ao unir o espiritual e o material (3+4), indicava o homem plenamente realizado, completo”. (FRANCO JR.2001, p.145). O número sete, que é soma do três e do quatro, continua Del Negro (2000, p. 27-28)

[...] estava relacionado, por exemplo, ao sábado, dia em que o Senhor descansou do trabalho da semana, e das sete artes liberais do trívio e o quadrívio, e finalmente o número doze, produto da multiplicação do três e do quatro, aos doze apóstolos, aos doze patriarcas, e às doze portas da cidade de Jerusalém Celestial.

Ao se observar o claustro da abadia de Santa Escolástica (fig.15) é possível perceber os sete arcos e sete janelas em cada lado do quadrado que forma o claustro. A abadia de Casamari (fig.16) também apresenta as sete janelas de frente para as quatro divisões do claustro, em forma de cruz.

Toda essa mística envolvia os saberes científicos e por mais contraditório que possa parecer, concretizava o saber através do imaginário.

Essas representações que disponibilizavam conhecimento, ao mesmo tempo disciplinavam conforme indicações estabelecidas na Regra. Ao se observar, por exemplo, as imagens de santos ainda existentes nos templos, como os apóstolos na igreja do mosteiro de São Bento, SP, percebe-se ser muito comum que estejam em frente e nas laterais onde permanecem os fiéis, com suas faces voltadas para essas pessoas, como se as observassem. Costumam ser mantidas acima do nível do chão, a uma altura que muitas vezes as torna intocáveis.

Imagens dispostas no piso, acessíveis ao contato físico, habitualmente ultrapassam a altura mediana. Mesmo as de tamanho menor são firmadas em pedestais. Entre as divindades materializadas e o homem, há uma distância hierárquica e só a “elevação espiritual” teria o poder de fazê-lo alcançá-las.

A igreja, portanto, representa o local em que se busca orientação para tal ascensão e as imagens auxiliam esse estímulo.

Fig. 17 Interior da basílica. Mosteiro de São Bento, SP.

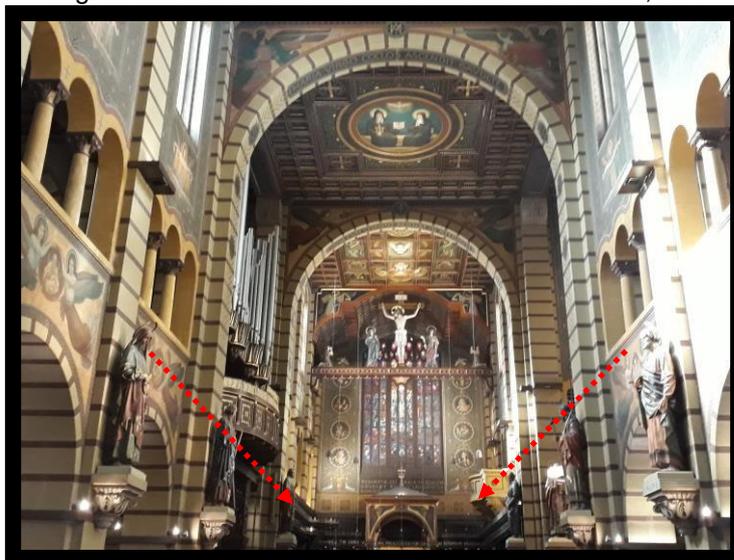


Foto da autora julho, 2019.

Na visão de Foucault (1983) o objetivo dessa disposição da representação de

santos seria uma forma de “vigiar” a conduta da comunidade ali presente, ou, no caso da educação, uma estratégia para que o aprendiz se sentisse “controlado” pela entidade representada por tal imagem. Por outro lado, pode representar uma maneira de as pessoas perceberem-se protegidas pelos ícones da igreja. Tommaso, (2013, p. 8-9) esclarece o significado dos ícones, principalmente os relativos ao catolicismo romano:

O ícone não representa o Real, ele tem em si o seu significado e o simboliza, é por isso que conserva também o carácter inacessível e invisível, é o que se chama de Teologia da Presença. [...] O ícone é algo maior que uma simples imagem sacra. Segundo a tradição ortodoxa, o ícone é um lugar onde Cristo está presente em Graça. Pode-se dizer que é um lugar de aparição do Cristo (da Virgem, dos santos, de todos aqueles que o ícone representa).

A maioria das imagens de Maria tem o poder de chamar a atenção com suas expressões ao mesmo tempo afetivas e observadoras. Essas imagens estão apresentadas na entrada principal de muitas escolas católicas, templos, igrejas, mosteiros, ou mesmo o Colégio de São Bento, em São Paulo, que tem a imagem tanto na fachada, como entre as salas de aula. Leloup (2006, p.112) observa:

Esse olhar nos segue onde quer que estejamos: mesmo se o ícone estiver no “contrário”, continuamos a ser “olhados”. Qualquer que seja o número de pessoas reunidas, em lugares diferentes, em torno do ícone, cada uma se sente pessoal e intimamente olhada, como se o ícone só existisse para ela.

Em grande parte dos mosteiros beneditinos de disciplina rigorosa, a imagem de São Bento costumava aparecer fixada na fachada, ou em locais de oração, como no centro do claustro. Os leigos podiam observá-las, mesmo porque como não recebiam os ensinamentos destinados aos monges, era uma forma de compreender a importância de São Bento e as orientações determinadas na Regra.

Também não era comum que o povo participasse das atividades monásticas no interior do mosteiro, principalmente as relativas ao desenvolvimento intelectual, ainda que recebessem alguma instrução, mas sua participação era mais restrita à lavoura.

Diel (2017, p. 411) esclarece que havia rigor e disciplina quanto ao estudo dos monges e aos meninos que eram entregues ao mosteiro:

O tempo disponível aos estudos na escola era entre a terceira e à sexta hora pela manhã e na parte da tarde entre a nona hora e o entardecer. Isso

dava em média de três a cinco horas de estudos por dia. Esta variação existia devido às alterações meteorológicas de acordo com as estações do ano. Aos domingos e feriados não havia aula.

A severidade disciplinar e a imposição da obediência resultavam na subordinação, que tanto ocorria de forma concreta, pela observância da Regra de São Bento e da orientação de um superior, como de maneira implícita, através de representações semióticas. Bourdieu (1989) explica que o ato de dominar está enquadrado em uma dimensão simbólica e que a resignação é uma ação que estimula a cognição de forma a abranger toda estrutura social.

Kaplan (2007, p.42) ilustra esse pensamento ao analisar uma imagem em que Sant'Ana está com Maria. Esta mantém seu olhar fixo a um livro, o que aponta a necessidade de ler, aprender e no caso, aceitar: "Maria olha fixamente para o livro, que contém o texto sagrado em que a Paixão de Cristo é narrada, e estende as mãos em um gesto de aceitação"

Fig.18 Imagem de Sant'Ana com Maria.
Mosteiro da Luz, SP



Foto da autora. 22 mar. 2020

Esses ícones fazem parte da doutrina beneditina exposta na Regra de São

Bento, que não se desvincula dos princípios católicos. Pelas palavras de Barbosa Neto (2013, n. p.), disponíveis no site do colégio, entende-se a respeito desses princípios:

Todas as horas que não são dedicadas às atividades de oração ou trabalho manual, o monge deve se dedicar à leitura e ao estudo. Deste modo, a regra define seu papel preponderante na organização de estudos introduzida no Ocidente. Os mosteiros se tornaram fontes de saber, casas de cultura onde eram conservados os clássicos da literatura de então – cristãos ou não.

A representação da importância da leitura também pode ser vista na imagem de Santa Escolástica, no mosteiro de Santa escolástica, Itália, que tem em uma das mãos o livro com as regras de São Bento, prescrevendo o que se deve seguir: “Ora et labora”.

Fig. 19 Santa Escolástica. Monastério de Sta. Escolástica, Cassino.



Foto da autora. 14 out.2018.

Todos esses ícones, esses ensinamentos, esse universo de valores concretizados sobreviveram ao tempo. Isso porque exprimem uma infinidade de princípios que constituíram uma sociedade que deles não se desassociou, embora

tenha sido modificada pelo homem.

Após muitas transformações sociais terem ocorrido, apesar dos processos de modernização e da racionalidade pela qual o homem contemporâneo encara a realidade pertencente ao seu tempo e seu espaço, uma certa mística ainda o envolve quando se depara com um sagrado inexplicado.

[...] a função das representações é tornar familiar o não familiar numa dinâmica em que objetos e eventos não reconhecidos, compreendidos como base em encontros anteriores, em modelos. No caso, a memória predomina sobre a lógica, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo. O ato de representação transfere o que é estranho, perturbador do universo exterior para o interior, coloca-se em uma categoria e contexto conhecidos. (LEME, 1995, p. 48).

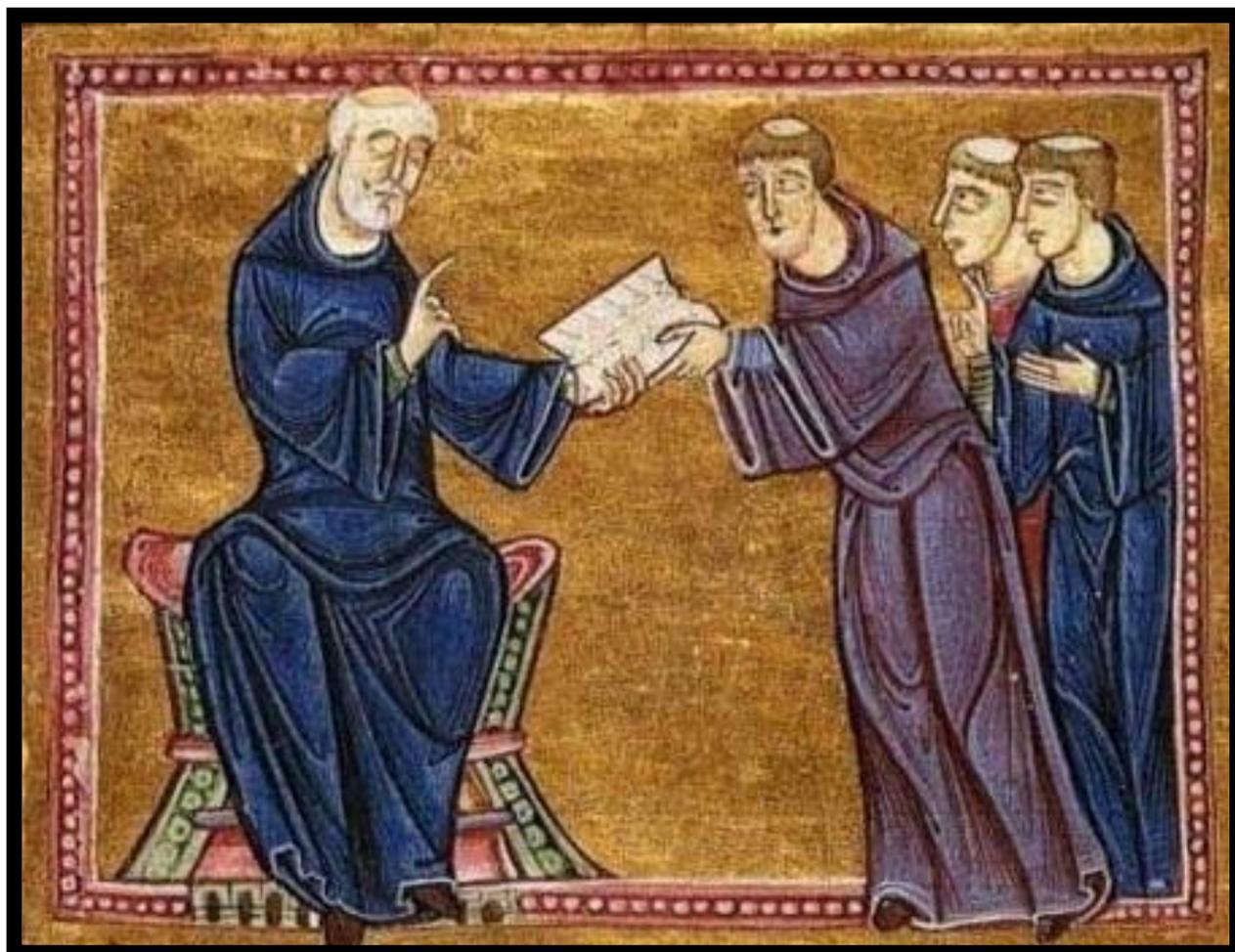
A simbologia que ativa memórias, sentimentos, como experiências já compartilhadas e herdadas pela humanidade, transmitidas por ancestrais é que o torna um ser histórico. Franco Jr. (2001, p.180) observa entretanto que “o homem atual se reconhece mais nas coisas superficiais, de origem recente, do que nas essenciais, que vêm daquela época”.

Todavia Moscovici (2003, p.37) aponta que

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagem, uma estratificação na memória coletiva uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente.

Tal herança, que parece fazer parte dos seus níveis mais profundos de consciência, torna-se perceptível ou ao menos tenta emergir quando ele se depara com sua representação materializada nos monumentos. Isso sugere compreender a relação ideológica que está vinculada a esses elementos materializados.

3. ORDEM DE SÃO BENTO, MONUMENTOS E SOCIEDADE



<http://trabalhodeprofessor.blogspot.com/2013/09/a-educacao-no-trezentos-e-no.html>

A ORDEM DE SÃO BENTO NÃO SÓ SE CONFIGUROU EM UM CONTEXTO RELIGIOSO, MAS SOCIAL, POLÍTICO E EDUCACIONAL. OS BENEDITINOS CONTRIBUÍRAM PARA A EDUCAÇÃO, ORGANIZANDO PRIMEIRAMENTE EM SEUS MOSTEIROS UMA FORMA DE EDUCAÇÃO PARA OS MONGES E DEPOIS, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES, QUE PROPAGARAM SEUS ENSINAMENTOS DESDE A ALTA IDADE MÉDIA ATÉ O MOMENTO ATUAL.

3. ORDEM DE SÃO BENTO, MONUMENTOS E SOCIEDADE

Na Idade Média a Ordem de São Bento apresentava certa rigidez quanto a organização e disciplina, no entanto foi diante dessa política que os mosteiros prosperaram, o que resultou grandes benefícios à Europa.

A abadia de Cluny, construída em 932, foi um dos mais notáveis mosteiros, a “Jerusalém celeste encarnada”, como menciona Duby (1988, p.3), devido ao grande progresso que alcançou com a agricultura e a educação. Segundo Barbosa Neto (2013, não paginada):

Com tal aporte, foram surgindo nos mosteiros, escolas. Famílias abastadas encaminhavam seus filhos a tais edificações, a fim de que adquirissem conhecimento e base para administrar seus bens e dar continuidade ao clã, ganhando destaque a fascinante Abadia de Cluny com sua grande influência no desenvolvimento intelectual, assim como também, a renascença carolíngia com empreendimentos de reformas e restaurações de escolas episcopais e monásticas.

O mosteiro recebeu o privilégio de gerenciar reformas, concedido pelo Papa João XI, o que resultou na construção de muitos outros mosteiros. Costa, R. (2002) explica que em 931 o então Papa João XI concedeu ao abade de Cluny o direito de reforma monástica, ou seja, os mosteiros que assim desejassem seriam integrados à abadia cluniacense.

Sabe-se como os monges cluniacenses foram patrocinados por reis e nobres na construção dos seus mosteiros. De facto, a nobreza do tempo via naquelas obras um meio de exercer a devoção pessoal, ganhar o perdão dos seus pecados (*pro remedio animae*) e mesmo garantir sepultura religiosa para os seus corpos e de seus familiares. A arte românica ficará na história como um *ex-libris* dos beneditinos cluniacenses (DIAS, 2011, p.128).

Logo, os monges já não se dedicavam tanto à agricultura, mas às atividades de canto, arte e leitura. Era a comunidade quem trabalhava na lavoura e construía. Os templos carregados de monumentos valiosos, com muitos detalhes ou mesmo talhados em ouro, evidenciam essa mudança.

Essa nova forma de agir e interpretar as regras monásticas gerou incomodo aos outros religiosos que criticaram tal ação, principalmente Bernardo, monge da abadia de Cister, quando no século XII alegou que os monges não se enquadravam mais nos preceitos de São Bento, esclarecendo ser esta uma alteração na estrutura

da Ordem e da própria Regra de São Bento e instaurou uma grande reforma retomando as ideias de Bento:

Especialmente este vício deve ser cortado do mosteiro pela raiz; ninguém ouse dar ou receber alguma coisa sem ordem do Abade, nem ter nada de próprio, nada absolutamente, nem livro, nem tabuinhas, nem estilete, absolutamente nada, já que não lhes é lícito ter a seu arbítrio nem o corpo nem a vontade (REGRA DE SÃO BENTO,CAP. 33).

A Regra foi interpretada de formas diferentes, com a justificativa de que assim poderia ser, uma vez que o capítulo 40 estabelece certa pluralidade circunstancial nas atitudes dos monges, sempre a acordar com a ideologia e interesses dos clérigos, políticos e sociedade a qual pertencesse o monastério.

Quando, no século XII, os Cistercienses e S. Bernardo pretendiam apelar para a reforma do monaquismo, que viam mal interpretado pelos Cluniacenses, valendo-se eles do princípio da letra da regra ("*literalitas regulae*") como sinónimo da sua rectidão ("*rectitudo*"), estavam de facto a cometer um abuso hermenêutico à Regra de S. Bento, que, bastas vezes, permite e manda o abade mudar aquilo que julgar conveniente. Quer isto dizer que, para S. Bento, a rectidão da Regra não está na sua observância materialmente literal, como se ela fosse um intocável meteorito divino caído do céu. (DIAS, 2011, p.38).

Mas há de se convir que no século XII alterações sociais ocorreram de forma significativa no continente europeu, tendo abalado de certa forma a igreja. Houve um aumento populacional considerável, que segundo Macedo (1993) chegou a 230%. Conforme o autor, isso está relacionado com as condições do trabalho incrementado por novas técnicas de fabricação de ferramentas, como o arado, por exemplo, que tornou as atividades agrícolas mais eficientes.

Nesse tempo, Macedo (1993, p. 24) comenta terem sido constantes as revoltas e manifestações de camponeses insatisfeitos com as condições de exploração de trabalho e impostos que pagavam às abadias.

[...] o ceticismo começa a conquistar gradualmente a consciência e o espírito europeus; o povo recalitra em pagar seus impostos aos representantes de Roma. Mas o espírito de independência que sucessivamente ia desacreditando, enfraquecendo e fragmentando a Igreja, agora é acrescido da vontade e do impulso gótico. A arte gótica, pois, é uma arte cristã, porém, não uma arte monástica (CHENEY, 1995, p.224).

É possível que diante de tal situação Bernardo tenha se preocupado com o

rumo que o monaquismo estivesse tomando. Desta forma, sob sua influência, muitos mosteiros passam outra vez a aderir ao caráter simplista, segundo os cistercienses, idealizado por São Bento.

Os cistercienses levavam vida simples, tinham igrejas despojadas de decoração escultórica e pictórica, cultivavam diariamente suas terras, localizadas em regiões isoladas e agrestes. Seus membros eram todos de origem nobre (menos os conversos, espécie de monges de segunda categoria), mas seu estilo de vida ganhava conotação popular em abandonar a ociosidade daquela camada social e ao se dedicar ao trabalho manual (FRANCO Jr. 2001, p. 77).

Essa representação de simplicidade apropriou-se da arquitetura gótica, que buscava com as construções de catedrais elevação espiritual através da altura das colunas, assim como a alteração da luz e uso de vitrais como forma de auxiliar à prática de meditação, conforme explica Dias (2011, p. 130-131).

Do ponto de vista artístico, de facto, a Cister se deve a promoção da arte gótica, não porque a tenha descoberto, pois tal estilo de arte e construção começou com os cluniacenses em Saint Denis por obra e engenho do abade Sugério. Todavia, os cistercienses serviram-se do novo estilo artístico que, na sua nudez e elevação para as alturas, favorecia a elevação da alma para Deus e, nesse aspecto, com o auxílio de monges artistas e irmãos conversos, porque inicialmente não aceitavam dádivas da nobreza, deixaram expressivas obras de arte gótica, a que, não raro, alguns chamam estilo Bernardino, por relação às opções estéticas de S. Bernardo ou estilo cisterciense.

Fig. 20 Representação do gótico Mosteiro cisterciense Casamari



Foto da autora. 15 out.2018.

Mais uma vez a arte era usada como representação de questões políticas, religiosas e econômicas que nunca se desvencilhavam. Era o apelo para a reconsideração ou mesmo o não abandono espiritual configurado pela igreja católica, como aponta Cheney (1995, p.234) “[...] a arte gótica floresceu onde a corte e os elementos leigos se fortaleceram na vida pública. O poder eclesiástico diminuía, embora a arte servisse primariamente à religião”.

As imagens apresentam características dos mosteiros medievais e a forte carga simbólica. Pelas altas colunas cilíndricas da abadia de Cluny, vê-se a perfeição geométrica românica na elevação espiritual. Conforme Franco Jr. (2001), a planta em forma de cruz representa o do corpo de Cristo. O autor (p.145) esclarece que

A entrada ficava quase sempre ao lado ocidental, de forma que ao caminhar em direção à cabeceira o fiel dirigia-se para o Oriente, local onde nasce o sol (isto é, Cristo) e se encontra o Paraíso terreno. A área resultante do cruzeiro (resultante dos dois braços da cruz) representava o mundo humano, encimada pela abóbada, cuja forma lembra o céu, e cuja circularidade é a imagem da perfeição celeste.

Fig. 21 Cluny, arquitetura românica



Foto da autora. 17 out.2018

Nos mosteiros cistercienses, a luz indireta nas janelas estreitas gera um ambiente com baixa claridade, propício à oração e meditação, pois segundo Franco Jr. (2001, p.111) “ No gótico, arte urbana sem deixar de ser religiosa – as referências medievais sempre permaneceram ligadas ao sagrado –, o espaço da cultura vulgar era maior”. Nas ogivas de Casamari, por exemplo, os nervos rumam a Deus; através dos vitrais, a luz dissipa a escuridão.

Fig.22 Modelo de colunas, Cluny



Foto da autora. 17 out.2018

Fig.23 Nudez de imagens, luz indireta refletida em vitrais. Casa



Foto da autora. 15 out.2018

Primeiro, o cuidado com a medida, com o equilíbrio, esta posição mediana em que a observância de Cister entende colocar-se, por referência ao excessivo, mas que é também memorial do acordo profundo com a ordem

harmónica sobre a qual se edifica toda a criação, ou seja, com o próprio Deus (DUBY,1997, p.17).

Franco Jr. (2001, p. 111) explica que

o gótico estava ligado à cultura que se desenvolvia nas escolas urbanas, ao pensamento que procurava harmonizar Fé e Razão. Concebia-se Deus como luz (daí os vitrais) e valorizava-se o seu lado humano (daí o culto à Virgem). A natureza passava a ser vista como parte essencial da Criação, por isso se procurava retratá-la com realismo.

Le Goff (1989, p.28) acrescenta explicando que mesmo as cores tinham representação significativa para a época, pois

A primazia do vermelho, cor imperial, cede lugar ao azul, cor da Virgem e do rei da França; o sistema branco/preto é quase imediatamente ideológico. O homem medieval habitua-se a hesitar perante o verde, cor ambígua, imagem da juventude sedutora, perigosa, a reconhecer o mal nas personagens e nas superfícies amarelas, cor da falsidade. O listrado, o pintalgado designa, sobretudo, um perigo mortal. O ouro, valor supremo, que é e não é uma cor dominante.

Eco (2010, p.10) enfatiza a importância das cores em uma época em que não havia luz artificial, mosteiros e castelos eram ambientes escuros, as casas entre matas clareadas com o uso de fogueiras e lamparinas:

Além de identificar a beleza com a proporção, a Idade Média identificava-a com a luz e a cor, e esta cor era sempre elementar: uma sinfonia de vermelho, azul, ouro, prata, branco e verde, sem esbatidos nem claros-escuros, e que o esplendor é gerado pelo acordo geral em vez de se fazer determinar por uma luz que envolve as coisas por fora ou de fazer escorrer cor para fora dos limites da figura.

No caso dos mosteiros beneditinos cistercienses, buscava-se na cor clara das paredes, no branco predominante a ideologia de São Bernardo voltada à reflexão espiritual e ao trabalho, de forma simples, humilde, portanto, sem as paixões tão bem definidas nas cores quentes, como o vermelho, ou mesmo em arabescos dourados, símbolos da riqueza material.

Por que decoras o que logo sujas? Por que pintas o que se deve calçar? Que valem aí essas bonitas imagens, onde tão frequentemente se enchem de pó? Por último, que vale isso para os pobres, para os monges, para a gente espiritual? (XII.28 in DIAS,1997, p. 63).

A representação da cor branca, nesse caso, também era utilizada para evitar a distração, dar a impressão de ampliação ao local, se este fosse pequeno. Tal técnica, ao afastar possibilidades de dispersão, poderia também contribuir para o desenvolvimento da concentração ao que era transmitido, apesar de inúmeras mensagens e ensinamentos serem propagados através da composição arquitetônica.

O gótico apareceu em um momento em que a cidade começou a se expandir, o que gerou necessidade de ampliação das igrejas. Conforme Panofski (1991, p.15):

a educação espiritual deslocou-se das escolas monásticas para instituições mais urbanas que rurais, de caráter antes cosmopolita que regionalista, e por assim dizer, apenas semieclesiásticas, a saber: as escolas de catedrais, as universidades, e as *studia* das novas ordens mendicantes que surgiram quase todas no século XIII e cujos membros desempenharam papel de crescente importância mesmo nas universidades.

A filosofia escolástica originou novas possibilidades de construções estabelecidas entre materialidade e o divino, o racional e a fé. Tomás de Aquino, significativo representante da escolástica, desenvolveu um conceito de integração entre fé e razão. Na filosofia de Aquino, a curiosidade a respeito dos fenômenos do mundo é o que leva o homem a estudá-lo. A amplidão do universo fundamenta a crença em algo superior, que não descarta o que a ciência não é capaz de explicar. A fé é que estimula o homem a buscar respostas e perceber o quanto é finito diante de sua amplidão, e isso o levaria a se aproximar de Deus.

Esse pensamento foi resumido pelo filósofo em suas sumas com a sentença: “crer para poder entender, entender para poder crer”. O ato de transformar só é então possível se houver conhecimento.

Uma forma do homem transcender do mundo concreto à harmonia divina poderia também ser caracterizada pela arquitetura, ciência e arte, o que pode ter influenciado o estilo gótico.

Esse estilo de construção propôs que a base espiritual fosse expressa na leveza das paredes, que não ultrapassavam a espessura de 40 centímetros. As colunas que chegavam a mais de 30 metros representaram os santos e os evangelistas, uma visão vertical do homem rumo a um deus celeste, cósmico.

Nos vitrais as imagens eram extraídas da Sagrada Escritura, geralmente com a predominância de vermelho e azul, que com a claridade produziam reflexo lilás,

causando a impressão de transformação. A materialização do sol representava a luz de Cristo. Esta perpassava as rosáceas – símbolo mariano – com as cores do arco-íris e envolvia o homem, tirando-o de sua treva.

Nos monumentos góticos, todas as estátuas e símbolos foram matematicamente interligados, o que facilitava a assimilação rápida mediante uma sequência lógica de informações sagradas.

De acordo com Panofsky (1991, p.18), o arquiteto contratava e supervisionava seus projetos aos quais transmitia a programação iconográfica, que “por sua vez, se bem recordamos, só poderia ser desenvolvida em estreita cooperação com um conselheiro escolástico”. O autor relata que aquilo que o arquiteto projetava deveria ser imediatamente assimilado por um leigo “assim que ele entrasse em contato com escolásticos” (p.18).

Os conflitos ideológicos das ordens desfizeram muito do prestígio que a ordem beneditina alcançara na época, mas ainda assim a experiência desses cenobitas difundiu-se em vastas regiões da Europa, mesmo mediante reformas e a Arte foi uma estratégia para perpetuar esse conhecimento.

Trazendo essas considerações para a atualidade, convém destacar que João Rossi, restaurador recente do mosteiro beneditino paulistano, explicou que os beneditinos passaram por todos os períodos da história da arte, portanto essas estruturas são ícones importantes para o reconhecimento da visão de mundo medieval e sua estratégia para registrar seus valores, que ainda podem ser identificados em muitas igrejas e mosteiros preservados na atualidade, especificamente no complexo monástico paulistano, que buscou na arquitetura românica, como explica Cheney (1995, p. 180) o impulso clássico racional e realista sobrevivente da arte greco-romana, e a corrente de arte decoratista persa, não realista.

O mosteiro de São Bento em São Paulo encontrou no românico a base de seus princípios pedagógicos como a firmeza da fé católica medieval. Conforme Franco Jr. (2001, p.111) “A arquitetura sólida, de largas paredes, grossos pilares e poucas janelas não era apenas resultado das limitações técnicas da época, mas da necessidade de fazer das igrejas “fortalezas de Deus”.

Toda essa simbologia está intimamente ligada a um processo informativo e pedagógico, o que sugere um exame dos ditos detalhes. Le Goff (1989) apresenta a importância da análise dessas fontes no momento em que investiga a influência dos

presbitérios beneditinos, ao explorar a Idade Média, as relações contraditórias vividas pelo homem e a participação da religião divulgada nos mosteiros para a concretização dessa condição, que em muitos casos ainda é vigente, como recorda Eco (2010, p.22)

É na Idade Média que pela primeira vez se esboça uma espécie de lutas de classes dos humildes contra os poderosos, mais ou menos apoiadas em ideais religiosos de renovação do mundo, e por isso julgadas heréticas. As nossas paisagens ainda estão consteladas de abadias românicas e as nossas cidades conservam catedrais góticas onde os devotos ainda hoje vão assistir às cerimônias religiosas.

Le Goff (1989) ainda explica que as abadias medievais estavam vinculadas às características da sociedade como um todo. Especificamente, no que diz respeito à educação dos monges ou na absorção de valores pelo povo, sua influência pedagógica e didática na ação doutrinária parte da simbologia inserida tanto na arquitetura quanto nos objetos, imagens, cores, disposição do mobiliário, evidenciando assim a relevância de se considerar os monumentos como fontes que apresentam uma forma de ensinar.

A simbologia, a arte e, em especial, a arquitetura, para qual a igreja é, acima de tudo, uma estrutura simbólica. Impõe-se na política, onde o peso das cerimônias simbólicas, como a sagração dos reis, é considerável e onde as bandeiras, os brasões e as insígnias desempenham um papel fundamental. Reina na Literatura, onde assume frequentemente a forma de alegoria (p.27).

Integrado a toda essa simbologia ideológica estava o homem medieval. Sua leitura de mundo foi proveniente de valores reforçados por uma iconografia abstrata que o induziu a seguir um sistema religioso consolidado pelo poder da fé advinda de constante dialética entre bem/mal, certo/errado, céu/inferno, mandar/obedecer. Sob esse prisma a ordem de São Bento se espalhou pela Europa Ocidental.

3.1 A Ordem de São Bento em Portugal

Em Portugal, segundo Dias (2011), por volta de 1080-1200 aparecem congregações, tanto cluniacenses quanto cirtercienses, que acabaram por se transformar em ícones nacionais. Nesse período foram edificados mosteiros de arquitetura românico-gótica que posteriormente, nos séculos XVI-XVII, como

representação da contrarreforma luterana, foram substituídos, de um modo geral, pelo movimento barroco, que buscava fundir basicamente fé e razão, tão bemdefinidas nos contrastes.

Esse estilo passa a deixar suas marcas registradas na arte e arquitetura, justificando desta forma as edificações portuguesas, principalmente religiosas como mosteiros e igrejas, apresentarem formas díspares e assimétricas. Essa tendência foi também seguida por construções erguidas em suas colônias. Dentre os vários mostérios que surgiram em Portugal estão Lorvão, Arouca, Vacariça, Santo Tirso, Tibães, que apesar de ter sido edificado antes do Barroco, ainda é um modelo de representação da arte barroca, tanto em seu interior, como nos detalhes curvilíneos da fachada.

Fig.24 Mosteiro de Tibães - Estilo barroco



Foto da autora, 9 out.2018.

Essas construções foram possíveis porque os monges eram, conforme comenta o autor, aqueles que mediavam entre homens e Deus. Por esta razão, recebiam grandes ofertas da comunidade, que não poderia deixar de contar com eles para garantir vida eterna, representada por bens terrenos. Assim se dava “a acumulação de privilégios e dádivas, doações, testamentos, mandas, fundações de capelas de missas e aniversários, que enriqueciam os mosteiros e os faziam latifundiários de largas terras em redor” (DIAS, 2011, p.159-160).

Mas mesmo diante dos fortes contrastes conceituais, os mosteiros beneditinos acumularam bens, enriqueceram e alcançaram poder político econômico. Foram eles que auxiliaram no povoamento luso que ainda não era independente.

O número de mosteiros cresceu conjuntamente aos privilégios recebidos pelas ordens católicas como reconhecimento de D. Afonso Henrique, no momento em que precisou de proteção e apoio do papa para tornar Portugal independente.

Conforme Almeida e Boschetti (2018, p.156)

A religião católica foi em Portugal o elemento formativo da alma da nação lusitana. As estreitas ligações entre a Igreja e o Estado se manifestaram de diversas formas: nos ritos convencionais da prática religiosa como missas procissões, celebração dos sacramentos, presentes no cotidiano da população, nos acordos entre as instituições, nos compromissos assumidos durante a formação do império ultramarino português.

Dias (2011) observa que os beneditinos ensinaram técnicas agrícolas, difundiram a cultura católica, auxiliaram nas questões educacionais. Além de questões culturais, os monges de São Bento também estavam envolvidos com a unificação política e manutenção do império. Logo, “as Ordens Militares sob a conduta de Cister também seguiam a *RB* como norma de vida, pelo menos espiritual(...)” (p.66).

Na metade do século XVI o Papa Leão X firmou a organização de um padroado, política essa que dava ao rei poder para organizar e financiar qualquer questão relativa à igreja, tanto no país como em suas colônias. Apesar de todas as contribuições, em 1563 a Ordem de São Bento perdeu autonomia e naquele país, com D. Manuel, passou a ser unificada à Coroa. Essa medida teve como principal justificativa a indisciplina dos monges e o relaxamento da vida monástica, o que justificaria uma organização centralizada, com a qual os mosteiros pudessem ser

melhor controlados (DIAS, 2011).

Na verdade, economicamente, essa decisão favorecia o governo, pois como observa Dias (2011), os mosteiros detinham grandes patrimônios, ou seja, viviam em uma situação financeira abastada. Um exemplo desse poder capital foi a fundação do Colégio de São Bento de Coimbra, em 1551, proveniente das rendas monásticas, cujo instaurador, também reitor da Universidade de Coimbra, tinha intenção de estimular os monges do interior a assumir uma cultura universitária.

Outra reforma no país ocorreu em 1566-67, quando o Cardeal D. Henrique instituiu a Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal, cujo monastério de Tibães passou a ser responsável por todos os mosteiros portugueses e tinha em seu segundo capítulo a ordem de enviar seus monges para todos os locais colonizados por portugueses.

Item por todo o Capitulo Geral foi dito e determinado que quando El Rey Nosso / Senhor tivesse por bem que asi na India como no Brasil e partes outras da lem/ mar ouvese Mosteiros de nossa Ordem cometião o mandar Relligiosos ao nosso Reverendo/ Padre Geral e lhe davao poder pera que pudesse elleger os que bem lhe parecese/ e mandalos não os forçando a isso senão querendo elles por sua vontade hir/ [...] (BEZERRO I, AMS 1570-1611, f.32 apud LINS, 2003, p.2).

A política de expansão “Real Padroado”⁴, que garantia também ao monarca a nomeação dos cargos eclesiásticos, tinha o objetivo de expandir o catolicismo, esclarece Medeiros (2014). O autor complementa explicando que política e fé eram duas vertentes que quase não se distinguiam, evangelizar e colonizar eram ações comuns; economia, política e fé eram partes da mesma meta. Naturalmente essa regra também se estendeu ao Brasil, uma vez que se tratava de colônia portuguesa. Assim chegaram os beneditinos.

3.2 Os beneditinos no Brasil

Dias (2011, p.235) esclarece que “a ideia de fundar mosteiros no Brasil foi

⁴ PADROADO: É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos).

Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm.

assumida quase logo no começo da reforma beneditina portuguesa, após o Concílio de Trento (1545-1563)”.

Sob financiamento do Padroado e doações de lotes, ato comum desde a Idade Média, em que grandes extensões de terra eram legadas à Igreja em troca de prestígio e favores, principalmente de ordem espiritual, o Brasil recebeu os beneditinos e, como consequência, o assentamento de seus mosteiros em algumas cidades litorâneas, dando início à evangelização, que simbolicamente, no contexto religioso, poder-se-ia compreender na expressão de Dias (2011) como “conquista espiritual”.

O primeiro mosteiro brasileiro foi levantado em São Sebastião, Bahia, (1581). Em seguida, construiu-se o mosteiro de Nossa Senhora de Montserrat, Rio de Janeiro (1589), São Bento, Olinda (1640). Em São Paulo, a Assunção (1640), Nossa Senhora, na Paraíba (1641), Nossa Senhora, Brotas (1650), Nossa Senhora, perto de Bahia (1658) e quatro Priorados dependentes de São Paulo, entre eles o de São Bento, em Sorocaba, no ano de 1661, quando foram doadas terras à Ordem de São Bento.

Previatelli (2005, p.1-2) complementa, explicando que além do Padroado

Outro argumento também foi apresentado quando da indicação de missão beneditina em terras brasileiras. Naquele ano, haviam feito profissão religiosa na Ordem três jovens nascidos no Brasil, eram eles: Pedro de S. Bento Ferraz, natural da capitania de Ilhéus, João Porcalho, também da capitania de Ilhéus e Manuel Mesquita, da Capitania da Bahia. Os pais haviam enviado os filhos nascidos na colônia para se formarem em Portugal, quando decidiram pela Ordem, optaram pelo ideal monástico beneditino. Entenderam então os monges capitulares, que nada mais natural que ardesse nesses jovens o desejo de verem a Ordem a que pertenciam transplantada para sua terra natal.

Conta o autor (2005) que Frei Pedro tinha a intenção de estudar a possibilidade e a conveniência de se fundar mosteiros nestas terras. Porém, ao lançar a ideia, Sr. Francisco Afonso Condestável e sua esposa D. Maria Carneiro, animados com a possibilidade da construção de um monastério na Bahia, ofereceram à Ordem de São Bento, mediante escritura de “doação inter vivos”, todo o terreno que hoje está circunscrito pelas ruas: São Pedro, 21 de abril, Lapa, Mouraria, Castanheda, Dr. Seabra e Ladeira de S. Roque, onde foi construído o primeiro mosteiro beneditino brasileiro, que em meados do século XVII, gerou a primeira escola de ensino superior baiana.

Diferentemente dos jesuítas, ordem de São Bento no Brasil não tinha função de catequizar. Se isso ocorreu, foi por influência dos participantes da Companhia de Jesus e compromisso com o Capítulo Geral, assim como por determinação de D. Pedro II, que dividiu as tribos indígenas, deixando cada uma sob responsabilidade de uma ordem católica, de acordo com Carvalho (2007). A autora explica que a aldeia de Pinheiros ficou sob responsabilidade dos monges beneditinos por 60 anos.

Ainda que a literatura não faça referência a evangelização dos índios pelos beneditinos, é extensa a bibliografia que aborda a relação desses religiosos com o trabalho, uma vez que esta atividade estava no alicerce da Regra de São Bento. Logo, os Monges Negros, assim também denominados, apresentaram progresso e espalharam-se para outras regiões do país.

Por depender do padroado, estes tinham que aceitar as imposições do governo português, uma vez que a igreja era subordinada à Santa Sé, que dava privilégios aos monarcas, mesmo em suas questões econômicas, como expõe Carvalho (2007). Esse fato gerava a necessidade de os beneditinos obterem recursos com a agricultura desenvolvida em fazendas – não receberem o suficiente de Portugal –, devendo-se a isso a tendência das terras próximas aos mosteiros a prosperar.

Percebe-se, então, que a maior missão dos beneditinos no Brasil foi o desenvolvimento do trabalho. Essa proposição torna-se evidente pela observação da evolução tanto na Bahia, Rio de Janeiro, Olinda, do núcleo paulistano, como outras cidades como Parnaíba, Sorocaba, Santos e Jundiaí, que se solidificaram nas proximidades desses mosteiros (DIAS, 2011).

Entretanto, a crise europeia sucedida no século XVIII e a expulsão dos jesuítas por Pombal, que tanto interferiu em questões religiosas quanto educacionais brasileiras, foi uma situação que marcou a estadia dos beneditinos no país. Posto que não havia outra proposta de organização educacional para suprir o “vácuo” deixado pela Companhia de Jesus, outras ordens religiosas como a de São Bento passaram a se destacar no que diz respeito à educação católica, mas isso não significa que seguissem os mesmos ideais pedagógicos da Companhia de Jesus. Dias (2011, p.183) esclarece que em Portugal já havia bom distanciamento entre jesuítas e beneditinos

O que se sabe sobre esse processo é que monges professores da

Universidade de Coimbra foram paladinos na luta contra o método jesuítico no ensino, e o Capítulo Geral de Tibães, em 1755, determinou até que os mestres de teologia seguissem a doutrina de Santo Anselmo.

Santo Anselmo, precursor da escolástica, teve como princípio o uso da razão para o entendimento dos mistérios divinos, o que poderia ter justificado o interesse de uma determinada categoria de monges às ideias pombalinas, que vinham alterando de forma significativa a Ordem de São Bento em Portugal. Esse grupo, segundo Dias (2011), inclusive, chegou a levar “tais princípios pras suas escolas, equiparando o estatuto de seus colégios às reformas da Universidade de Coimbra, em 1772, o que originou em 1776 o ‘Plano de Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal’ fato esse que impulsionou para que esses monges se sobressaíssem no mundo das ciências” “Os conventos transformaram-se em núcleos da cultura e do catolicismo iluminista que, na sua visão reducionista do sagrado e do sobrenatural e transcendente, não valorizou a vida monacal e contemplativa” (WERNET, 1997p.130).

É possível que os beneditinos brasileiros tenham tentado compreender essa fase, investido nos estudos das ideias iluministas, que mesmo antes de Pombal já eram foco de interesse nos mosteiros portugueses, conforme Araújo (2008, p.6 apud VILLALTA, 2002): “no Séc. XVIII assistiu-se uma mudança tanto na posse de livros como na constituição de bibliotecas”.

Essa medida talvez justifique o grande número de volumes de temas científicos encontrados nas bibliotecas dos mosteiros registrados nesse período, principalmente no Brasil, no monastério paulistano. Araújo (2008, p.11) explica que

O fato de na Biblioteca-Livraria ter ocorrido, a partir do Séc. XVIII, a ampliação de obras em latim para obras em línguas nacionais e de obras de Teologia para obras de ciências em geral é um sinal deste movimento de dessacralização.

Depois desse episódio que tanto influenciou na educação católica brasileira, outra crise veio abalar a instituição monástica. No século XIX, houve, conforme Wernet (1997, p.118), um enfraquecimento significativo nos monastérios brasileiros, devido à política antimonástica determinada pelo império. Segundo o autor, outros fatores que debilitaram o monastério, além da assimilação do espírito das luzes, foram

a total identificação com a ordem “escravista”, e mais especificamente, a legislação luso-brasileira e brasileira sobre bens e mão-morta; o comportamento do clero regular do processo de emancipação política; a legislação do período regencial, e finalmente, o “Aviso Circular” do Ministro da Justiça, Joaquim Nabuco, do dia 19 de maio de 1855, proibindo a admissão de noviços.

A situação piorou quando no final do século XIX houve a secularização em Portugal e os monges portugueses, em acordo com a Lei de 10 de fevereiro de 1870, foram praticamente extintos, já que a admissão de noviços não mais seria aceitável, comprometendo então mais uma vez a Igreja Católica. Conforme cita Dias (2011, p.216), isso foi “desastroso e fatal para a sobrevivência das casas religiosas”. Esse fato desestruturou os mosteiros brasileiros, dado que não teriam nenhum apoio financeiro português, e justificou o retorno de muitos monges beneditinos à Europa.

Contudo, por mais que Portugal tenha assistido à degradação do monaquismo, este ainda manteve sua influência através da Ordem, que mesmo fragilizada se mantinha no Brasil, bem como da cultura materializada nos mosteiros, o que auxiliou a consistência da fé católica no país. “Com a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, seria a Congregação Beneditina Brasileira a herdeira dos privilégios da antiga Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal” (DIAS, 2011, p.242).

Diante dessa situação, somente depois da Independência do Brasil e a separação dos beneditinos brasileiros da Congregação de São Bento em Portugal é que se conseguiu formar a Congregação Beneditina do Brasil, fato que levou a Ordem a se firmar novamente. No entanto, a congregação alemã de Beuron foi de grande importância para a restauração e fortificação da Ordem de São Bento brasileira, uma vez que o monaquismo luso sucumbira

É que, expulsas as Ordens Religiosas em Portugal no ano de 1834, o monaquismo brasileiro, amputado da sua matriz geradora, após a crise do Império e proclamação da República, deve a sua revitalização aos monges alemães da Congregação de Beuron, que, desde 1895, socorreram aqueles mosteiros quase a extinguir-se. Valeu muito a acção intrépida do monge belga Dom Gerardo van Caloen e do mosteiro de Santo André de Zevenkerken, por ele fundado na Bélgica com a intenção de fornecer vocações e ajuda para a restauração beneditina no Brasil (DIAS, 2011, p.242)

Esse episódio justifica a influência da ordem beneditina germânica nas questões religiosas, sociais e educacionais, fatores esses que também expressos

pelas artes e pela arquitetura

No Brasil moderno, os mosteiros principais dos beneditinos são autêntico e notável património de arte vincadamente portuguesa, marcantes presenças do monaquismo católico e beneditino, mas os usos e costumes dos monges, passaram a seguir o costumeiro da Congregação alemã de Beuron(DIAS, 2011, p.243).

Essas características aparecem principalmente no mosteiro de São Paulo, decorado pela arte beuronense alemã após ser reformado no início do século XX, o que o fez diferente da maioria dos mosteiros beneditinos dos outros estados, como o do Rio de Janeiro, em que o estilo barroco predomina.

3.3 A ordem beneditina em São Paulo

A Ordem de São Bento em São Paulo não teve, no início, a relevância dos beneditinos da Bahia e do Rio de Janeiro. Dias (2011, p.246) comenta que nos registros portugueses, quase nada se encontra a respeito de sua fundação domosteiro paulistano

Na realidade, a história da fundação do mosteiro de S. Paulo é complicada e brumosa e sofreu grandes delongas. A edição oficial latina das *Constitutiones* de 1629, ao enumerar os mosteiros do Brasil, não fala do de S. Paulo, de tal modo que só teremos notícias documentais da elevação do mosteiro a abadia no Capítulo Geral de 14/V/1635, sendo eleito primeiro abade Fr. Álvaro do Carvajal, sevilhano de origem, que, em 1627, fora enviado ao Brasil como Visitador da Província.

Mas se o mosteiro foi elevado à condição de abadia, é possível concluir que um trabalho significativo foi feito pelos beneditinos na região. De acordo com a literatura e as informações da Ordem dos Beneditinos no Brasil, que afirmam não só estarem inseridos na história paulista, como também terem se mantido relacionados a personalidades significativas. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O mosteiro teve como fundador um paulista de nome Simão Luís, nascido em São Vicente, o qual mais tarde passou para a história, com o nome de Frei Mauro Teixeira. Discípulo do Padre José de Anchieta, conheceu o Cacique Tibiriçá e anos depois, construiu, no mesmo local onde existira a Taba do glorioso índio, uma igreja em homenagem a São Bento. Aí levantou

um pequeno santuário, que conservou, durante algum tempo, sob seus cuidados (IBGE, 2017).

Conforme informações da Ordem de São Bento de São Paulo, a primeira manifestação beneditina paulista a ser concretizada foi criada no local onde se situava a taba do cacique Tibiriçá, cujo terreno fora doado aos monges em 1600, e acarta de Sesmaria, que determinava ser a localidade destinada a construção de uma igreja ou mosteiro beneditino, livre de pagamento de imposto, validada pela Câmara Municipal. Dessa forma o governo português autorizou utilização do local, onde quatro “celas”⁵ foram construídas junto à igreja.

Ali, local em que havia até então a capela, era um terreno privilegiado, “o mais importante e melhor, depois do colégio”, de acordo com a Ordem de São Bento – OSB. O mapa de ruas de São Paulo datado de 1560 apresenta o lugar onde seria construído o mosteiro de São Bento.

Fig.25. São Paulo em 1560

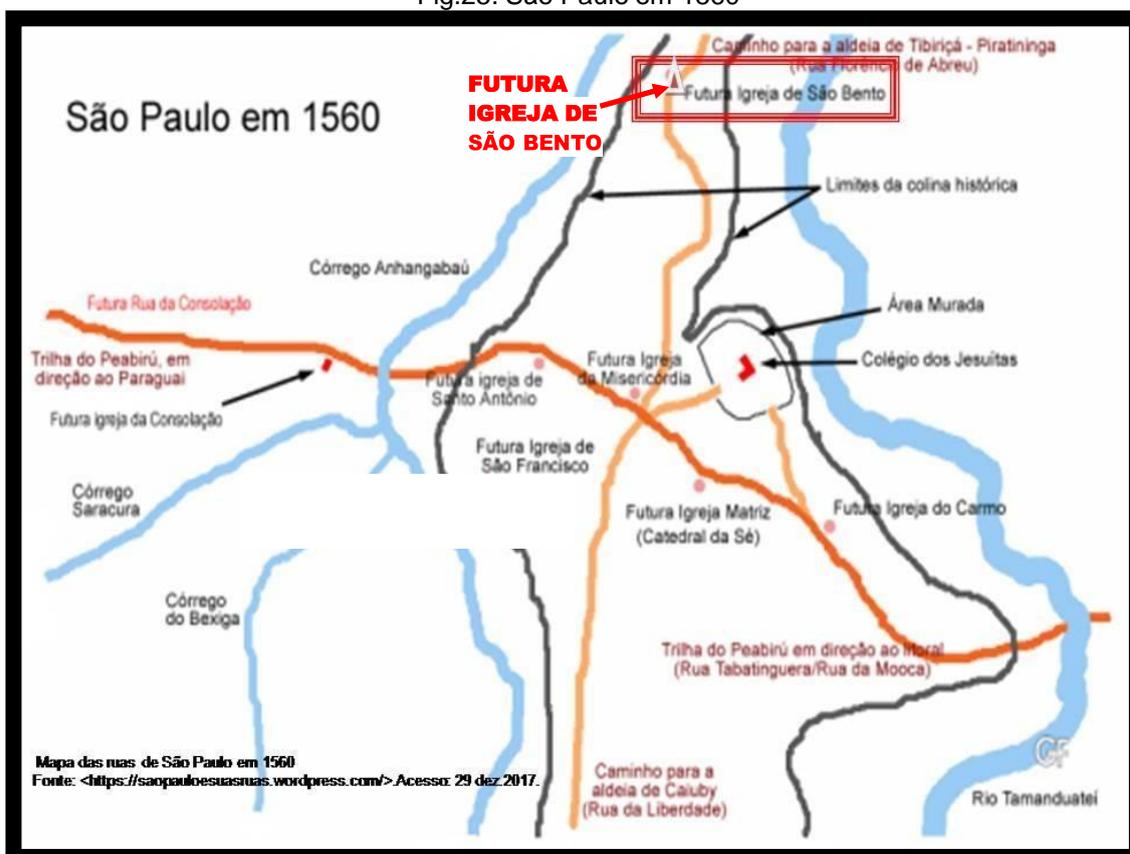


Imagem: Revista Paulista

⁵ Pequeno recinto onde monges se agrupavam ao redor de uma igreja.

Efetivamente os mosteiros beneditinos medievais, assim como a maioria dos monastérios, situavam-se em locais isolados, justamente para que os monges pudessem exercer suas atividades espirituais em silêncio e clausura, mas no que diz respeito aos cenóbios edificadas no Brasil, conforme cita Arruda (2007, p.152) “todos, sem exceção, foram instalados à margem de núcleos urbanos, em locais altos e privilegiados, áreas enormes com terrenos rodeados de vegetação, levando-os a se transformarem em marcos da paisagem local”.

As igrejas eram edificadas em locais mais altos para que fossem avistadas ao longe e servissem como referência. Elas não só marcavam a influência católica, mas serviam de segurança, pois desses locais era possível avistar os arredores da vila e avisar a comunidade, pelo uso dos sinos, que alguém se aproximava.

Apesar de São Paulo ainda não possuir uma configuração de grande cidade, percebe-se, ao se observar o mapa na página anterior, que o local em que seria edificado o Mosteiro de São Bento era – e ainda é – uma região centralizada e privilegiada pelo início do processo de urbanização. Taunay (2004, p.35) esclarece:

Assim mesmo vemos, desde os primeiros anos, surgirem as demonstrações do senso da organização urbana por meio de providências sobre arruamentos e conservação das vias públicas simples e estreitas veredas onde os veículos muito raros rodavam.

Rolnik (1997, p.12) diz que a localização de uma igreja favorecia a organização populacional de um grupo, pois a cidade é como “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens”. Assim, a mesma autora acrescenta que “o templo era o ímã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança celebrada no cerimonial periódico ali realizado” (p.14).

Com a igreja de Frei Mauro Teixeira não aconteceu diferente: foi transformada, ainda segundo a OSB, em mosteiro no ano de 1650 por Fernão Dias Paes Leme, que, assim como muitos colaboradores da Ordem Beneditina, exigiam em troca de seus favores materiais, a memória de seu nome, assim como a eternidade celestial simbolizada pelo sepulcro na igreja. Assim, os restos mortais de Fernão Dias encontram-se no local até os dias de hoje.

Conforme a exposição de Arruda (2007, p.60), o mosteiro deveria ser acoplado prédio da igreja “[...] a igreja possuía três altares, púlpito e coro. As obras previam ainda um novo dormitório anexo à nova igreja; a ele somaram-se outros

dois blocos, o que possibilitou configurar os claustros internos do conjunto”.

O autor ainda explica que além da capela, existiam no mosteiro dormitórios, cozinha, refeitório, oficina, adega e sala destinada à sacristia e relíquias como as imagens de São Bento e Santa Escolástica ícones estes que auxiliaram e ainda são os representantes que caracterizam a Ordem.

Além da arquitetura original, eram o espaço monástico brasileiro acrescentou cárcere de escravos, casa para pajens, cozinha e enfermaria para escravos, depósito de lenha, oficinas diversas (alfaiataria, carpintaria, ferraria, olaria, sapataria), senzala, além de coqueira, estrebaria e pequenos criatórios. A maioria dos serviços concentrava-se num único lugar. Esse tipo de desenho tinha a finalidade de facilitar o controle e, ao mesmo tempo, setorizar as atividades desenvolvidas e ordenar o espaço, como verificado no Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação (1759 - 1769), em Sorocaba. (ARRUDA, 2007, p. 61).

No entanto, nenhum ambiente específico para funcionar como escola foi mencionado na literatura, nem nos projetos arquitetônicos do mosteiro, assim como havia acontecido na Europa.

São Paulo não possuía as mesmas condições econômicas que Pernambuco e Bahia, que se ampararam na produção do açúcar, ou Minas Gerais com o ouro, razão pela qual o monastério era uma construção simples, embora com grande significado para os paulistas.

Entre os fatos que enfatizaram a participação dos beneditinos paulistanos, principalmente no que se refere às questões políticas, um dos mais significativos, de acordo com a OSB, ocorreu quando Amador Bueno refugiou-se nesse local, no momento em que queriam fazê-lo rei. Amador Bueno pediu que os monges acalmassem o povo, o que aconteceu de forma bem-sucedida. Esse episódio aumentou ainda mais o respeito conquistado pela Ordem, pois conforme Holanda (1996), o fato de Amador Bueno ter sido amparado pelos beneditinos e se refugiar no mosteiro consolidou ainda mais o prestígio da Ordem em São Paulo.

O mosteiro de São Paulo, assim como os outros monastérios beneditinos brasileiros expandiram-se de tal forma que, como narra Tavares (2004, p.19):

Na Junta do mosteiro de Pombeiro, tendo por assunto principal os mosteiros do Brasil, estes foram incorporados como Província dependente da Congregação de Portugal. Consta-se, neste momento, a Província com as seguintes casas: as três abadias, Salvador, Olinda e Rio de Janeiro e dois priorados, Ilhéus e Espírito Santo, “e q. havendo-se de fazer casa em Paraíba será priorado do most. de S. João de Pernambuco enquanto não tiver de cinco religis. para cima”⁴⁷. Somente em 1607 foi o mosteiro da

Paraíba elevado à abadia. Depois destas fundações outras foram feitas, Santos (1650), Sorocaba (1660), Jundiá (1668) e Brotas (1670).

Tal progresso ocorreu mesmo com os monges inseridos em realidades muito diferentes da europeia: conviviam tanto com índios como com africanos escravizados, vivenciavam as ações do tropeirismo, assim como se dedicavam à lavoura canavieira, base econômica da época. Junto a esses fatores, estava a simpatia da Câmara, que não se afinava com os jesuítas, por estes defenderem a liberdade dos índios, que na época eram propriedades de donos de muitas terras (SOUZA, J.,2010). Nas palavras do autor (p.11)

A Câmara foi muitas vezes um importante veículo para que os proprietários de terras e índios se opusessem aos jesuítas em São Paulo. Esta mesma instituição iniciou importantes doações aos beneditinos. Nesta ocasião, a composição da Câmara era de sertanistas apesadores de índios.

Esses fazendeiros alegavam que os jesuítas comprometiam o desenvolvimento, visto estes protegerem os nativos, apoiando então os beneditinos com doações de terra para o cultivo, o que evitava conflito com a igreja católica. Havia, também, os donativos dos menos abastados, que passavam suas terras aos monges. Isso ocorria, provavelmente, para a obtenção de segurança e desenvolvimento de seu pequeno lote, conforme esclarece o autor (2010).

O grau de parentesco entre os monges com personalidades importantes foi outro fator que favoreceu os beneditinos, como Fernão Dias, “(...) que tinha, na figura do abade frei Jerônimo do Rosário, ligação de parentes com o cenóbio” (p.10).O autor complementa:

Gaspar da Madre de Deus, que foi importante abade dos mosteiros de São Paulo e do Rio de Janeiro, era descendente dos Paes Leme. Alguns monges possuíam ascendência ligada a doadores, como frei Plácido Godoy, filho de Baltasar Godoy e Antônia Preta. Seu avô materno era Manuel Preto, o “calção de ouro”, que como assinalamos foi procurador do mosteiro paulista. Parentes de grande doador eram frei Manuel de Santa Maria e frei Francisco da Purificação, filhos do Capitão português Manuel Mendes de Almeida. (SOUZA, J.2010, p.10)

A ordem beneditina instalada no centro de São Paulo ganhou prestígio por ter contribuído de forma significativa para que a cidade se desenvolvesse, característica marcante desse segmento religioso. É de se imaginar que mais uma vez o preceito “Ora et Labora” estaria implícito no processo de ampliação tanto da capital, como de

municípios paulistas.

Em São Caetano, segundo Carvalho (2007), os monges montaram duas olarias que prosperaram de tal forma que o então governador chegou a considerar a possibilidade de montar uma indústria de tijolos e blocos em São Paulo, mas não obteve respaldo de Portugal, que se preocupava, na época, com a exploração mineral. Mesmo assim, a fazenda fornecia tijolos, blocos, azulejos e telhas para a capital paulista que, de acordo com a autora, eram transportados em embarcações que seguiam pelo rio Tamanduateí.

Os beneditinos contavam, portanto, com o trabalho escravo para o carregamento e descarregamento desse material, assim como para outros serviços, como a agricultura e a extração de matéria prima para a fábrica, atividades estas também desenvolvidas na fazenda Tijucuçu, em São Caetano.

A Ordem de São Bento também possuía terras em São Bernardo, Santo André, Santana do Parnaíba, Mogi das Cruzes e Sorocaba até o momento em que ocorreu a desapropriação que deu lugar aos núcleos habitacionais.

Os beneditinos eram proprietários de terras em: São Caetano (Fazenda de São Caetano) onde fabricavam telhas e tijolos para o Mosteiro, igreja e suas casa; Mogi das Cruzes (Fazenda do Parati) na qual produziam açúcar, aguardente, arroz, feijão, milho e criavam gado; São Bernardo do Campo (Fazenda de São Bernardo) na qual produziam mandioca, feijão, arroz e amendoim para azeite, além de criação de gado; dentre outras. Estas fazendas garantiam um sustento confortável aos religiosos, mas não eram as únicas propriedades. Os beneditinos possuíam em diversos pontos da cidade um número significativo de casas térreas que eram alugadas. (ROSSI; ASSUNÇÃO, 2020, p.208).

As crises pelas quais passou o monaquismo afetaram diretamente o desenvolvimento dos mosteiros brasileiros e São Paulo não foi exceção. A situação gerada por Marquês de Pombal trouxe um período de estagnação à igreja católica em geral.

Essa fragilidade que assolou também a ordem beneditina pode ser representada pelos próprios monumentos monásticos, pois em 1756, a capela do mosteiro paulistano foi demolida para que uma nova edificação acontecesse, mas apenas 18 anos mais tarde um projeto para a construção e restauração foi efetuado, ou seja, levou mais 23 anos para a igreja e o mosteiro serem reerguidos.

[...] a igreja foi demolida e reedificada em 1756. O bloco do mosteiro foi

reconstruído entre 1797 e 1800. O novo conjunto foi projetado pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria por volta de 1774, e somente edificado anos depois. De tudo isso, nada mais resta. (ARRUDA, 2005, p.61).

O mosteiro de São Bento em São Paulo, no final do século XIX, transformou-se num marco da presença da ordem dos beneditinos no Brasil, como narra Wernet (1997, p.124)

Depois da proclamação da República, foi eleito em 3 de maio de 1890 como abade de São Paulo, Frei Domingos Machado. Este, juntamente com outros abades brasileiros e em contato e colaboração com a Santa Sé, e outros conventos da Europa, começou a obra de restauração do Convento de São Bento de São Paulo e da Congregação Beneditina Brasileira.

Liderados por Dom Miguel Kruse, os beneditinos de São Paulo decidiram atender a sociedade: além de refazerem o conjunto monástico, passaram a contribuir para a educação, o que levou ao início da edificação do colégio em 1902 e uma escola secundária em 1908, a primeira faculdade brasileira de filosofia, agregada à Universidade Pontifícia de Louvain (França), ensejando, entre outras causas, a necessidade de uma nova construção.

Em Julho de 1900 D. Miguel Kruse assume a direção do mosteiro e inicia um novo período na história de São Paulo. Seus primeiros esforços são no sentido de dotar o mosteiro de um bom colégio secundário. Surge assim, em 1903, o Colégio de São Bento. Logo após, em 1908, funda a Faculdade de Filosofia, que seria a primeira do Brasil (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, [201...])⁶.

Arruda (2007, p.64) narra que “essa obra monumental, que compreende a igreja, a abadia, o colégio e a faculdade de Filosofia durou onze anos. Foi projetado pelo alemão Richard Berndt, que buscou marcar a presença do que havia de mais moderno na época, somando com a influência da ordem beneditina alemã, o que o levou a buscar uma arquitetura com estilo eclético germânico. Georg Przyrembel foi o arquiteto que supervisionou a obra, segundo dados obtidos no mosteiro.

Esse estilo eclético é constituído por características que apresentam uma nova perspectiva nas construções. No caso do mosteiro de São Bento, este acompanhou um momento político e social fomentado pela substituição do império pela república. Mas mesmo com as inovações, a construção apresenta traços

⁶ Disponível: <http://mosteiro.org.br/o-mosteiro/>. Acesso: 26 maio 2019.

bizantinos e românicos que remetem ao período medieval.

Fig. 26 O mosteiro por volta de 1860



Foto de Militão de Azevedo

Fig. 27 Mosteiro de São Bento, SP - reconstrução



Fonte: Biblioteca do Mosteiro de São Bento, SP

Conforme Frade, (2012, p.74-75), considera-se o monastério beneditino paulistano pertencente à vertente do Ecletismo Historicista, uma vez que retome “os modelos de construções antigas não inspiradas ao mundo clássico, como por

exemplo, o neo-gótico, o neo-bizantino, o neo-românico (mas também especialmente para o caso da arquitetura civil, o neo-egípcio, o neo-assírio etc)”.⁷

Para a decoração da igreja veio do Mosteiro de Meredsous na Bélgica, Dom Adelbert Gresnicht, formado em pintura pela Escola de Beuron.

[...] a ele é confiada, na cripta uma parte importante do trabalho que consistia em uma frisa de mármore com cerca de trinta metros de comprimento e 1,30m de altura na qual deveriam ser esculpidas personagens ilustres da Ordem Beneditina que se dispunham em procissão ao túmulo de São Bento. Dom Adelbert se ocupou também da ornamentação geral da cripta que foi inaugurada solenemente no final do ano de 1913 (COSTA JR., 2017, n. p.).

É importante lembrar que o mosteiro, assim como o colégio, servia à elite paulistana e os beneditinos aceitavam muitas ideias provenientes da modernização europeia, mas foi a influência alemã na reconstrução da ordem monástica brasileira que se apresentou através da arquitetura na restauração do mosteiro, o que também justifica este não apresentar características barrocas marcantes como as igrejas e mosteiros edificados sob influência portuguesa.

Observa-se que a escola beuronense propõe, como cita Arruda (2007, p. 64), “o monumental na simplicidade, a medida e a construção severas e harmoniosas”, agregando arquitetura e arte, apresentando características da arte egípcia, bizantina e românica, assim como ornamentos que simbolizam a vida nos mosteiros, o que faz do conjunto monástico de São Bento um verdadeiro espaço alegórico, transmissor de mensagens instrutivas.

Esse estilo artístico teve início na Escola Beneditina de Arte de Beuron, com o padre Desiderius Lenz e Gabriel Wüger na cidade de Beuron, Alemanha, no início do século XIX. “(...) eles eram antigos membros da Academia de Viena e formavam uma irmandade que acreditava que arte deveria servir a religião e não ao homem” (YANG, 2015, não paginada).

Conforme Chilvers (2007 apud YANG, 2015, p.296), os artistas beuronenses “acreditavam que a arte deveria servir a propósitos religiosos ou morais”. Essa forma de expressão estava totalmente relacionada com a visão do catolicismo ultramontano⁷ que buscava se firmar no Brasil. Por isso, a estética buscada por Dom

⁷ Para Manoel (2004, p.11) entende-se por catolicismo ultramontano “Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna. Na esfera doutrinária, a retomada das decisões tridentinas e da filosofia e teologia tomista. Na política externa, a condenação da liberal-democracia

Kruse não foi somente uma questão de preferência artística, mas carregava intenção de transmitir a religião por intermédio da arte.

(...) suas escolhas artísticas refletem uma política de dar a cidade de São Paulo e a Ordem Beneditina paulistana um lugar de destaque como modelo de religiosidade ligada a austeridade, seriedade, tradição monástica que refletem nas suas escolhas artísticas, sendo que estas escolhas tornaram a Basílica de Nossa Senhora de Assunção um ícone da arte sacra na cidade de São Paulo (YANG, 2015, p.299).

Frago e Escolano (2001, p.38) observam que

A arquitetura influencia, desse modo, a sociedade, favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade mais rica. Ao transcender o funcionalismo banal que só daria cobertura às necessidades físicas, dá origem a uma nova forma de comunicação cultural, que é também pedagógica no sentido mais amplo e generoso. A função pragmática da arquitetura adquire, assim, uma dimensão semântica.

Alguns ornamentos e artefatos relativos à arte barroca, maneirista, as expressões de cunho religioso – a imagem de São Bento, personalidade que deu origem à Ordem Beneditina, em que aparece junto com Santa Escolástica, sua irmã, os adornos e pinturas narrativas na capela do colégio, elementos que remetem à história da cidade de São Paulo, como a cripta de Fernão Dias e sua esposa, uma efígie em respeito ao bandeirante, e a placa em homenagem a Amador Bueno são ícones que sintetizam a mística religiosa e a materialidade.

Diante das diversas reformas e influências da arquitetura e arte europeia o mosteiro tornou-se exemplo do ecletismo brasileiro, demonstrando as condições econômicas, políticas e sociais enfrentadas pela ordem beneditina, pois esta apresentou o acompanhamento e aceitação dos beneditinos quanto ao processo de modernização, o que os levou a refletir sobre adequações da nova época ao seu universo de valor, como observa Arruda (2007,p. 69)

A ornamentação dos interiores e exteriores, sempre bem posterior, adquire um importante papel na caracterização dessa modalidade de arquitetura [...]. Os elementos decorativos e os revestimentos – a cantaria, os trabalhos em madeira, a pintura, os azulejos, o estuque –, entre outras partes da composição espacial, são frequentemente aplicados muito tempo depois da finalização das obras de construção. O demorado processo construtivo dos

burguesa e o concomitante reforço da ideia monárquica. Na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado. Na esfera socioeconômica, a condenação do capitalismo e do comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média.

mosteiros propiciou, por isso, a ocorrência de diferentes estilos em um mesmo conjunto, onde os próprios elementos decorativos passaram a seguir padrões distintos daqueles imaginados originalmente quando da concepção de seus traçados.

O monastério também teve grande representatividade para a cidade de São Paulo não só como casa religiosa, mas como instituição de ensino, uma vez que a ele foi acoplada uma das escolas mais antigas e tradicionais da cidade, o Colégio de São Bento.

3.4 A educação beneditina e a sociedade paulistana

A reorganização política que ocorreu no período republicano exigiu nova estrutura, principalmente no processo de produção. No final do século XIX o país passou por nova configuração, ganhou prestígio pela exportação, aumentou o contato com outros países. Como consequência, houve alterações na educação, com uma obrigatória busca por inovações pedagógicas que preparassem seus cidadãos às novas práticas de trabalho. Reproduzindo a exposição de Souza, J. (1998, p. 91), vemos que nessa época o Partido Republicano Paulista

Defendia princípios democráticos como a soberania popular, a liberdade religiosa, a liberdade política e de consciência. O partido cria críticas à política geral do estado monárquico e no nível provincial trazia à tona assuntos que interessavam de perto aos fazendeiros: mão-de-obra, transporte, ensino, orçamento e administração provincial.

No entanto, a preocupação em democratizar e modernizar a educação brasileira causou insatisfação à Igreja. Manoel, (apud ROSA, 2011, p.14) cita que

Na segunda metade do século XIX, a Igreja Católica enfrentou ataques advindos de correntes ideológicas que a Igreja compreendia originarem-se de um mesmo útero: o liberal. O racionalismo, o positivismo e o materialismo ameaçavam não somente as crenças religiosas, mas também o poder temporal da instituição católica. Essa fase foi marcada pela laicização de vários serviços públicos como a educação e a administração de cemitérios.

Diante dessa situação a instituição católica procurou se apoiar em todas as possibilidades para manter seu monopólio, pois o catolicismo chegou a ser a religião oficial do império, sendo a igreja católica mais ligada ao estado que à Santa Sé, algo

muito possível e desejável

Leão XIII e a Secretaria de Estado da Santa Sé, a partir das experiências vividas em outros países e em outras trocas de regime político, temiam a radicalização do movimento depois da publicação da Carta Constitucional Republicana. Sua ação, naquele momento, buscava garantir a integridade da Igreja, em curto prazo, e da religião católica, a médio e longo prazo, de maneira que se mantivessem as condições necessárias para a realização da sua missão evangelizadora (ROSA, 2011, p.63).

Uma vez que para a igreja católica suas concepções de sociedade, poder político e relações familiares eram as mais adequadas à vida da oligarquia, pela educação esses valores seriam melhor inculcados e expandidos. Essa era, certamente, uma forma de se defender principalmente de ideologias políticas que defendiam o pensar e a conscientização da classe desfavorecida.

A Ordem de São Bento, que já se firmara no país, foi um dos mais importantes segmentos do catolicismo e se manteve fiel na transmissão de seus dogmas através de um sistema fundamentado na Regra de São Bento.

Com as inovações e propostas de uma nova estrutura educacional no período republicano, a escola pública passou a se estender, diminuiu a porcentagem de analfabetismo no país, mas ainda sem atingir todas as camadas de crianças na idade escolar.

Saviani (2000) observa que esse sistema não estava destinado à classe mais pobre, mas a um critério de seleção que facilitava a oportunidade de formação das elites. Assim começaram as construções de prédios monumentais para representar seu avanço social no processo de escolarização. Souza, R.F. (1998, p.127) cita

A política de construções escolares promovidas pelos governos republicanos no Estado de São Paulo elevou os edifícios escolares à altura da importância atribuída à educação naquele momento histórico. A monumentalidade que revestiu as construções das escolas normais revelou o desejo do Estado em propagar e divulgar a ação do governo. [...] Em muitas cidades, ao lado da igreja, da Câmara Municipal, da cadeia e dos palacetes dos senhores e coronéis, os portentosos do lugar, o grupo escolarreluzia como um dos mais bonitos prédios públicos. Quando especialmente construídos, os edifícios escolares aparentavam ser construções sóbrias, sólidas, projetados para durar.

O período republicano sustentou a ideia de uma educação voltada aos princípios liberais e positivistas. Segundo Manoel (2012, n.p.): “No Brasil dos meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, ser ateu, republicano

e anticlerical era, para muitos, sinônimo de modernidade”, mas ainda assim, mesmo buscando rupturas com os ideais católicos, a nova proposta para a educação manteve sua política pedagógica muito próxima às práticas dos colégios confessionais.

Se por um lado os conceitos iluministas distanciavam-se da passividade do homem e aceitação das condições que a vida lhe impunha, por outro, o cotidiano escolar e sua própria organização mantinha-se fiel à ideologia de obediência. Souza, R. F. (1998, p.281-282) comenta

A construção de uma nova ordem escolar insere-se nesse contexto de necessidade da manutenção da ordem num espaço de encontro e convivência de uma “pequena multidão” e se ancorou nas representações sobre a moralidade social. A relação entre professores e alunos assentou-se sobre uma rigorosa e austera disciplina revestida de respeito, silêncio, submissão e medo. Modernos dispositivos disciplinares estabeleceram normas adequadas de comportamento no espaço escolar, envolvendo prêmios e castigos e outros mecanismos de persuasão e punição. Os controles do tempo e do espaço inscreveram-se na lógica institucional e pedagógica em função da distribuição dos saberes, da ordenação das atividades, na indicação dos exercícios, das lições, das tarefas, dos intervalos. A gramática espacial encarregou-se de separar classes, séries, sexos e indivíduos pela disposição arquitetônica e pela distribuição dos móveis e materiais escolares. Dessa forma, a escola primária graduada tornou-se o espaço constricto da ordem, da moral, da formação do caráter e da transmissão de elementos básicos da cultura.

Apesar das características de moralização oferecidas por essa nova educação, a igreja sentiu-se ameaçada em sua soberania, cuja doutrina deveria ser base de orientação para a vida, e passou então a se movimentar, reagindo contra as reformas, principalmente no que se referia à educação. Manoel (2004) afirma que devido a essas circunstâncias, a partir de 1903 começaram a surgir os programas da Ação Católica.

Naqueles prenúncios da modernidade, a aceleração da ciência e a liberalização, ainda que relativa, da filosofia em relação à teologia significaram, sem dúvida, um abalo, uma ameaça ao domínio político, social e cultural exercido pela Igreja Católica Romana, ameaça que se tornou ainda mais pungente no século XIX.

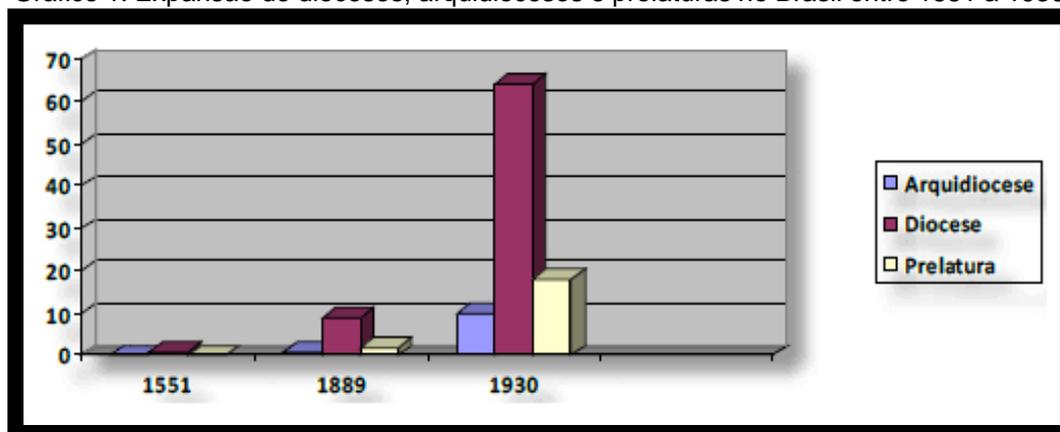
Posto assim, tudo indica que o maior problema da Igreja Católica naquele momento, bem como em todo desenvolvimento subsequente da filosofia, da ciência e, finalmente, das teorias e práticas políticas, era a manutenção de sua condição de centro de referência para o mundo ocidental (MANOEL, 2007, p.120)

Considerando esse quadro, um número significativo de escolas confessionais,

assim como dioceses, conventos, igrejas, templos foram edificadas, e reformas significativas executadas em monastérios, com a intenção de ampliar o domínio católico.

O gráfico apresentado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social apresenta o número das arquidioceses e dioceses entre 1551 a 1930. Vê-se um crescimento significativo dessas instituições em 1930 em comparação a 1889.

Gráfico 1. Expansão de dioceses, arquidioceses e prelaturas no Brasil entre 1551 a 1930



CERIS. Anuários Católicos 1965 -2000.

Micelli (apud ROSA, 2011, p.83) esclarece que “entre 1890 e 1930, foram criadas 56 novas dioceses no Brasil, sendo que mais de 40% delas, num total de 24, são do período compreendido entre 1904 e 1914, no pontificado de Pio X”.

O levantamento efetuado a partir do número de instituições católicas edificadas no período da República Velha apresentou mais de 30 escolas confessionais tradicionais brasileiras cujo início de funcionamento se deu entre 1889-1930 e ainda permanecem ativas.

Dom Matias Fonseca de Medeiros, atualmente sacerdote da Ordem de São Bento (OSB) do Rio de Janeiro, comenta que para os beneditinos, com a implantação da República, foi possível restabelecer a Ordem, que sofrera com a determinação de Benjamin Constant que impediu o noviciato no país. No estado de São Paulo, em 1903, Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing, com apoio de Dom Miguel Kruse, abade de São Paulo, abriram escolas, fundaram hospitais, dispensários para os pobres, centros sociais em Sorocaba, inclusive o Colégio Santa Escolástica, até hoje em funcionamento.

Em 1904-1905 os Cistercienses da Estrita Observância (OCSO), fundaram a

Trapa de Maristela, nas proximidades de Tremembé, SP, onde desenvolveram intensa atividade agrícola que muito marcou o desenvolvimento econômico da região. Em 1911, foi fundado o primeiro mosteiro de monjas beneditinas, a abadia de Santa Maria, por um grupo de jovens brasileiras, formadas na Abadia Nossa Senhora da Consolação, de Stanbrook, Inglaterra, de onde se originou. Segundo o monge,

a quase totalidade dos mosteiros beneditinos femininos do Brasil, Argentina e Uruguai. Nos anos 30-40, os cistercienses da Comum Observância (OCist), vindos da Alemanha, Áustria e Itália, fundaram cinco mosteiros comum estilo de vida mais orientado para as atividades pastorais (ALIANÇA INTER MONASTÈRES, 2015, n.p.).

Micelli (2009 apud YANG, 2015, p.298-299) explica a maneira como a igreja romana agiu para inovar, manter e conquistar o prestígio que vinha perdendo:

Neste grande contexto de uma “nova igreja”, Roma desenvolveu um grande programa de construção institucional, onde se pode apontar (1) estabilização das fontes de renda e recuperação do patrimônio imobiliário, (2) reconstrução e modernização de casas de formação e seminários, (3) moralização, profissionalização e ampliação do quadro de pessoal (mesmo com mão de obra religiosa importada), (4) diversificação da rede de serviços escolares, (5) celebração de alianças com as oligarquias estaduais, (6) viabilização da instituição como empreendimento religioso e como organização burocrática. Houve o uso metodológico das artes visuais para determinar “suportes simbólicos do grupo” por meio da escrita, da arte visual, da iconografia, da organização sensível do texto e das imagens que serviram como marcadores das elites e da “dinâmica das relações de classe”, um grande programa de institucionalização, que utilizou o discurso visual para dialogar com os interesses da igreja e os da elite local.

Essa era uma forma de a Igreja organizar-se diante das frentes liberais que lutavam contra seus princípios, voltados à defesa das ideias conservadoras do catolicismo ultramontano, que influenciavam em questões do estado e passaram por enfraquecimento com a autonomia política conquistada no Brasil. Para Manoel (2004, p.11) esse conflito da igreja com o estado liberal foi “um indisfarçável saudosismo da Idade Média”.

A estrutura forte e compacta do complexo monástico de São Bento em São Paulo é um ícone dessa ideologia materializada na arquitetura, solidificada na educação.

4. O COLÉGIO DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO



<https://revistaquestaodeciencia.com.br/editorial/2019/02/17/o-escandalo-da-pseudociencia-na-universidade-publica>

A IGREJA CATÓLICA POR SÉCULOS BUSCOU MANTER-SE SOBERANA, BUSCANDO SOLIDIFICAR CADA VEZ MAIS SUA DOCTRINA. NO BRASIL, ESPECIFICAMENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PROCUROU MANTER A HEGEMONIA, REAGINDO AOS IDEAIS REPUBLICANOS QUE DETERMINAVAM UMA EDUCAÇÃO LAICA, GRATUITA E QUE ABRANGESSE TODA A SOCIEDADE EM IDADE ESCOLAR.

4. O COLÉGIO DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO

Na capital de São Paulo, nos idos de 1900, Dom Miguel Kruse, abade do mosteiro, mostrou-se grande defensor dos ideais católicos. Ele tinha influência política e social, conforme Barbosa Neto (2013, n.p.)

Dom Miguel possuiu grande influência não só religiosa, mas também política. Escreveu importantes artigos em jornais da cidade, como 'O Estadode São Paulo'. Fundou ainda, o jornal 'O Estandarte Católico', que funcionava no próprio Mosteiro. Nos jornais Dom Miguel travou debate histórico com o Dr. Luiz Pereira Barreto. O debate girava em torno de acusações contra a Igreja e sua doutrina.

O monge mostrava-se animado com a ideia da fundação de um colégio dando início a tal edificação, com a intenção de firmar ainda mais o posicionamento católico nas questões educacionais. Como apresenta o autor, Dom Miguel ao trocar correspondência com Dom Gerardo van Caloen, o abade responsável pela restauração dos mosteiros brasileiros, esclarece:

A obra caminha depressa. Esperamos que esteja pronta até fevereiro (de 1903) a fim de que possamos começar com algumas classes. A impressão que esse empreendimento está causando, não apenas em São Paulo, mas também no Rio (de Janeiro), é muito favorável. Mostra às pessoas que estamos em casa e nos preparando para um futuro grande, grandioso. Os católicos se alegram e os demais ficam perplexos (BARBOSA NETO, 2013, n. p.).

Assim em 1902, a pedra fundamental do que viria a ser Gymnásio de São Bento foi assentada por Dom Antônio Cândido de Alvarenga na presença do presidente do governo de São Paulo Bernardino de Campos, conforme menciona o monge.

Não foram achados registros do ato de criação dessa instituição nessa época, nem na diretoria de ensino responsável, nem mesmo em seu regimento escolar atual, a se entender que o colégio foi fundado em um período de modificações e reformas na estrutura educacional como um todo.⁸

⁸ Até a Proclamação da República a educação paulista era organizada pela Secretaria do Interior através de um setor denominado Diretoria da Instrução Pública. Segundo Secretaria da Educação de São Paulo, em 1930 a Secretaria do Interior foi reformulada e através do Decreto nº 4.917, de 3 de março de 1931 surgiu a Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, que só em 1947 passou a se desmembrar e tornar-se somente Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Os documentos relativos ao surgimento de colégios particulares são difíceis de ser encontrados, ou até mesmo inexistentes a se considerar que talvez, porqueno ano de 1903 em que o colégio de São Bento foi criado, não houvesse necessidade detal documentação.

Segundo o Decreto nº. 7.247 de 19/4/1879, da denominada Reforma Leôncio de Carvalho, artigo 1 somente a inspeção sanitária era exigida: “É completamente livre o ensino primário e o secundário no município da corte e o superior em todo o Império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene”.

Em 1901 o Decreto n. 3.890 ainda regulamentou no artigo 361 que “Aos estabelecimentos de ensino superior ou secundário fundado pelos Estados, pelo Districto Federal ou por qualquer associação ou indivíduo, poderá o Governo conceder os privilégios dos estabelecimentos federaes congêneres”.

Para se comprovar o início do funcionamento do colégio em 1903, outros documentos foram considerados:

Fig. 28 Estatutos da Sociedade
“Gymnásio de São Bento de São Paulo” (página 3)

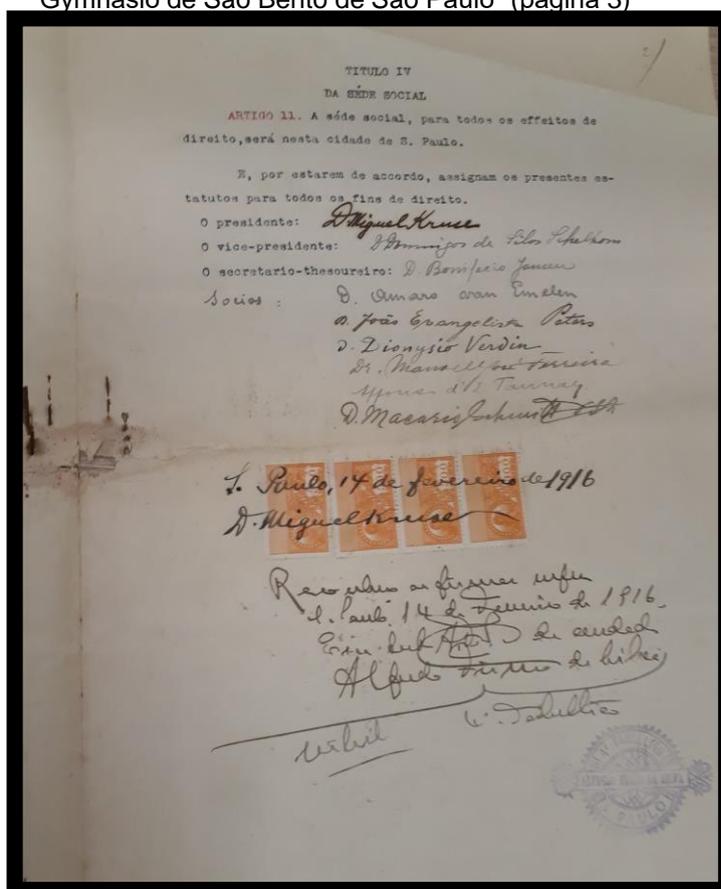


Foto da autora. Julho, 2019.

No Arquivo do Estado há registro de 'Estatutos da Sociedade Gymnásio de São Bento de São Paulo' com inscrição nº 478' no 1º Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, que cita a data do início do funcionamento do colégio

Tal documento foi assinado por Dom Miguel Kruse como presidente da sociedade, assim como outros associados:

ARTIGO 1. Fica constituída uma sociedade sob denominação "Gymnasio de São Bento de São Paulo".

ARTIGO 2. O fim desta sociedade é continuar a desenvolver a obra de ensino existente no estabelecimento intitulado GYMNASIO DE SÃO BENTO, fundado em 1903, pelo mosteiro da mesma denominação, na cidade de São Paulo, e ainda promover oportunamente a fundação de estabelecimentos de ensino filiaes.

Há publicações apresentadas na Imprensa Oficial do Estado que também comprovam a existência da instituição em datas próximas à sua inauguração, como sua localização e informativo de imposto predial, da qual a instituição escolar era isenta por ter o mosteiro como mantenedor, mas para as escolas particulares não era necessário um registro formal para a abertura desses estabelecimentos⁹.

Imposto predial: Para conhecimento dos interessados, faço público que foram lançados os prédios abaixo mencionados, devendo os impostos à margem declarados vigorar para o exercício de 1905 e 1906.

Recebedoria de Rendas da Capital, 7 de Novembro de 1904. – O administrador A. Pereira de Queiroz. Largo de S. Bento (...) Gymnasio de São Bento – (...). (IMPrensa OFICIAL, 30/03/1905, p.815).

⁹ Através do Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947 é que houve necessidade de registro formal dos estabelecimentos de educação particulares:

Art. 105 - O registro de estabelecimentos de ensino particular é feito, gratuitamente, mediante requerimento do responsável ao Diretor Geral do Departamento de Educação entre, nas sedes regionais, nas delegacias e, nos outros municípios, ao auxiliar de inspeção escolar. **Art.**

106 - O requerimento conterà seguintes declarações:

- 1 - denominação do estabelecimento, que só poderá ser em português;
- 2 - localização do prédio escolar;
- 3 - natureza dos cursos;
- 4 - regime interno; si internato ou externato (1);
- 5 - número máximo de alunos para cada classe;
- 6 - hora de funcionamento, com discriminação dos períodos;
- 7 - periodo de férias, que não poderá ser inferior a trinta (30) dias por ano;
- 8 - dias da semana em que a escola não funciona;
- 9 - relação nominal dos professores e empregos, com indicação do professor que dirigirá o estabelecimento;
- 10 - declaração do diretor ou responsável de que se obriga a cumprir todas as disposições sobre o ensino particular.

A construção do mosteiro passara por várias reformas, acompanhando a própria história da cidade. Dessa vez, aderiu ao processo de modernização, principalmente quando foi decidido que ali também funcionaria uma instituição de ensino e em questão de estrutura referente à modernização educacional, nada deveria aos monumentais grupos escolares, onde a educação pública deveria ser laica.

Em 1903, quando o colégio iniciou suas atividades, foram matriculados 163 alunos do gênero masculino, descendentes da “nata” da sociedade paulistana, lembrando o costume medieval que priorizava a educação para os nobres, fazendo com que seus descendentes fossem maioria nos mosteiros, uma vez que “havia o risco de um camponês ao entrar num mosteiro e fazer carreira acabar exercendo poder sobre quem, fora do mosteiro, era seu senhor. Isso era inadmissível no mundo medieval” (DIAL, 2017, p.410).

Dessa forma, a instrução oferecida em escolas confessionais objetivava não só manter seguidores, mas apostar na formação de uma aristocracia que viesse apoiar seus projetos sociais.

Em São Paulo, Gofredo Teixeira da Silva Teles, que seria posteriormente prefeito da capital, foi o primeiro aluno a se matricular no colégio beneditino, que em 1905, através do Decreto Nº 5.668, de 4 de setembro do mesmo ano, passou a ter privilégios e garantias do Ginásio Nacional¹⁰, conforme consta no Diário Oficial de 6 de setembro de 1905, p. 4395:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo delegado fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e o modo por que são executadas no Gymnasio do São Bento, na capital do Estado de S. Paulo, resolve, de accordo com o art. 369 do Codigo dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundário, approvado pelo decreto n. 3.890, de 1 de janeiro de 1901, conceder ao dito estabelecimento de instrucção, na conformidade do art. 361 do citado codigo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1905, FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. 17º da Republica. J. J. Seabra.

Devido a sua qualidade, o Colégio Pedro II assegurava que seus alunos não necessitassem de exames para iniciar curso superior. Azevedo explica que o colégio

¹⁰ O Ginásio Nacional era, conforme Azevedo (1944), um modelo de escola seriada, em que alunos deveriam fazer exames para a promoção, assim como para o curso superior. Tinha no currículo as ciências exatas, humanas e naturais além de princípios religiosos.

tinha no currículo as ciências exatas, humanas e naturais além de princípios religiosos.

Ora, no plano de ensino organizado em 1891, já figuram, nas escolas do 1.º grau (para alunos de 7 a 13 anos) as ciências físicas e naturais, e nas do 2.º grau (para os de 13 a 15 anos), a aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, das ciências físicas e naturais. (AZEVEDO, 1944, p.363)

O colégio São Bento, seguiu essa proposta pedagógica. Seus alunos passaram a fazer exames e receber certificado de conclusão de curso no próprio colégio e se prepararam para o ensino superior, destinado, de um modo geral, à elite.

Nessa época, as aulas eram ministradas por professores. Como observa Barbosa Neto, ainda não se aceitavam mulheres na instituição, mas isso não significou que moças não pudessem estudar em outras instituições católicas beneditinas.

Tornou-se necessário, para balizar a educação em São Paulo, a construção de um colégio para moças, uma vez que já existia o *gymnásio* masculino com internato de São Bento. Foi quando em 1907, Dom Miguel colaborou com as Cónegas de Santo Agostinho para criar o Colégio Des Oiseaux, que se tornou de excelência feminino (BARBOSA NETO, 2013, n. p.).

Almeida e Boschetti (2018, p.163) esclarecem que “A insistência da Igreja Católica ao se opor ao sistema, e o conservadorismo das elites, impuseram a separação dos sexos nas escolas privadas de orientação católica e nas públicas, sempre que isso fosse possível”.

Não apenas essa instituição, outras também vieram a fortificar o catolicismo por meio da educação feminina. Em 1912, foi fundado o Colégio Santa Marcelina, nobairro das Perdizes destinado a esse público, assim como muitos outros que se situavam não só na capital, mas em outras cidades paulistas.

Com o aumento do número de alunos provenientes de outras regiões, o colégio de São Bento passou a oferecer, em 1906, o regime de internato, gerando então a necessidade de um local de lazer, conforme esclareceu em entrevista o monge atual responsável pelo setor de relações públicas do mosteiro, João Batista Barbosa Neto – até europeus chegaram a se matricular. A instituição oferecia aos internos, academia, sala de jogos (tênis de mesa, sinuca), piscina, teatro, biblioteca.

Além dos espaços de lazer no colégio, os alunos ainda frequentavam uma

chácara, onde também foi edificado um observatório, que mais tarde tornou-se uma escola mista para atender filhos de operários da região, contou João Batista.

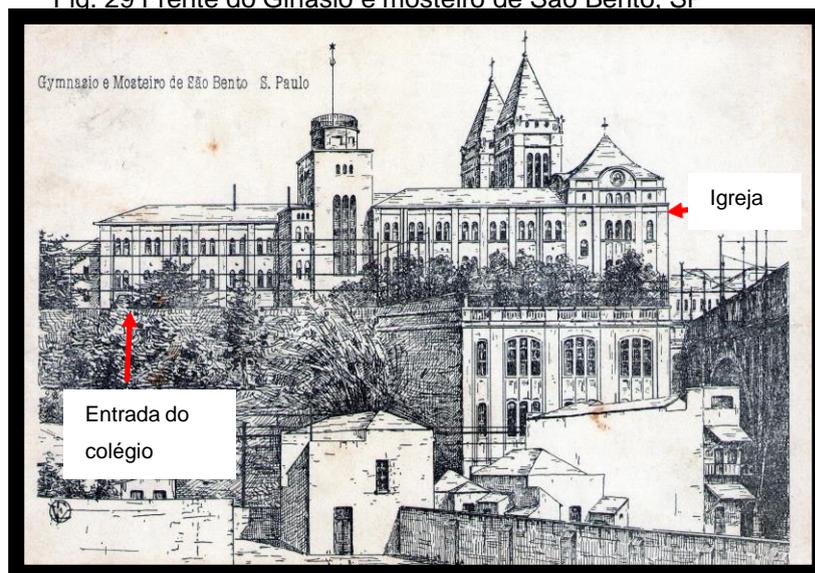
Uma vez que o colégio se destinava somente à alta classe paulistana, os beneditinos, com auxílio de alguns professores do mosteiro inauguraram, em 1908, a Fundação Eduardo Prado para crianças pobres e trabalhadoras.

O Instituto Eduardo Prado, mantido pela Ordem Beneditina (295) alunos destina-se à instrução de menores e adultos empregados exclusivamente em vender jornais, varrer as ruas, engraxar botinas, fazer carretos etc.” (PEREIRA,1996, p.73).

O Instituto Eduardo Prado estava em acordo com o assistencialismo praticado pela igreja. Essas ações justificaram o recebimento de verbas e a busca por privilégios governamentais para o amparo aos menos favorecidos – a pobreza era conveniente, sem ela instituição perderia sua função social. João Baptista explicou que esse projeto terminou em 1920, mas por volta de 1930, ex-alunos, junto com Dom Macário Schmitt, decidiram investir na educação das crianças carentes e fundaram o Instituto Macário.

Em 1910, com o projeto do arquiteto Richard Berndl, o Colégio de São Bento, bem como o mosteiro e a igreja, passou por reformas e se transformam em um conjunto monástico.

Fig. 29 Frente do Ginásio e mosteiro de São Bento, SP



Fonte: Arquivo do Mosteiro

A foto do desenho elaborado na época, apresenta essa nova configuração,

considerando a fachada imponente comparada às outras construções em um espaço central que ainda não havia sido totalmente urbanizado, apesar do acesso ao transporte coletivo como se observa através dos postes para condução elétrica dos bondes sobre o viaduto no lado direito da imagem.

A restauração, que só foi finalizada em 1930, acompanhou o intenso processo de urbanização pelo qual passava a cidade, mas manteve-se firme em sua ideologia, dentro de sua sólida estrutura, a fim de não perder o prestígio ameaçado pelo racionalismo moderno. O objetivo da educação era manter em vigor a doutrina católica, valendo-se para tanto das regras de São Bento. Ao considerar essa questão, Manoel (2007, p.121) comenta:

Continuando a tradição teocêntrica e teológica, a doutrina reforçada pelo catolicismo ultramontano não via com bons olhos a preocupação, considerada excessiva, com assuntos demasiadamente humanos que frequentavam o pensamento moderno.

Transtornando ainda mais o ambiente intelectual, a moderna teoria do conhecimento transbordou os limites das teorias e especulações e penetrou no próprio âmbito da pedagogia, e passou a exigir uma transformação no sistema educacional para torná-lo leigo, público, gratuito e solidamente alicerçado no racionalismo e no empirismo e livre do controle doutrinário da Igreja.

A igreja, que já havia reconquistado algum privilégio na Constituição de 1934, como o ensino religioso em escolas públicas (art.153), na ansiedade de retomar seu lugar junto ao estado, organizou um discurso voltado à necessidade de uma sociedade com valores morais que visassem obediência e respeito para que houvesse ordem no país, o que condisse com o autoritarismo de Vargas. Passou, então, a receber apoio do governo através de suas propostas assistencialistas, em um momento vantajoso para a popularidade de tal governo, assim como para a instituição religiosa, que buscava restaurar seu poder político diante das reformas republicanas.

Governo e igreja alinharam-se contra ideologias esquerdistas, principalmente comunistas. Ambos defendiam a família como base essencial da sociedade, que deveria transmitir valores que garantissem controle e subordinação às regras estabelecidas. Rosa (2011, p.26) explica que

No ambiente político, em 1930 ocorreu um fator relevante na esfera nacional: a subida ao poder de Getúlio Vargas e as mudanças político-

institucionais resultantes dessa ascensão. Nesta fase, a Igreja concretizou alguns dos projetos que acalentava desde 1889, resultando numa ação conjunta entre os dois organismos, a Santa Sé e o governo brasileiro, em prol da implantação de uma sociedade cristã, extirpada do perigocomunista, tema que será foco de análise no quinto capítulo, onde será discutida a estratégia da Santa Sé em relação ao avanço do comunismo do Brasil

Foi um período em que os colégios confessionais se consolidaram principalmente atendendo a classe privilegiada, visto que a igreja alimentava ideais elitistas, preparando seus descendentes ao governo do país, fato esse nítido nas imagens de personalidades significativas espalhadas nos quadros de alunos do colégio de São Bento. Um exemplo foi a permanência do latim, língua oficial da igreja até por volta de 1960, em um currículo que privilegiava as humanidades, principalmente com o estudo de várias línguas. Para Rosa Fátima de Souza, essa era uma manifestação de distinção social.

A Igreja buscou usar a educação para recuperar sua hegemonia, vários postos no Ministério da Educação e Saúde foram ocupados por intelectuais católicos, que autorizaram a inserção do ensino religioso no currículo escolar como forma de divulgar valores que garantissem a fé católica nas escolas públicas de ensino básico – momento em que a criança está no princípio de seu desenvolvimento moral, forma essa de manter, pela educação, fiéis doutrinados a aceitar sem contestar a condição de submissão.

Desta maneira, a instituição católica usou diversas estratégias para inculcar seus princípios, ação essa que Bourdieu (1989) traduz como “violência simbólica”. Para o sociólogo, quando se força, com pena de punição, um grupo a aceitar valores pré-determinados os quais se julga serem o ideal, está se cometendo violência simbólica, sendo essa uma forma de impor dominação não percebida pelo dominado.

Uma vez parte de um conjunto monástico, o Colégio de São Bento tem incorporada uma simbologia responsável por manter os valores católicos. Na arquitetura, ainda que eclética, predomina o estilo neorromânico, modelo esse que já era usado na Bélgica, principalmente em instituições públicas, assim como na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A influência e os valores católicos ainda são notados mesmo nas escolas que se dizem laicas, uma vez que a sociedade em geral segue princípios condizentes como cristianismo, desde a conduta passiva diante de conflitos à concordância de

segmentos hierárquicos e diferença de classes, valores esses que influenciam o povo e norteiam suas ações.

Dessa forma, grupos escolares laicos construídos no início do século XX também apresentavam no estilo arquitetônico usado pela igreja a sobriedade e imponência que deveria representar a escola idealizada pelos republicanos. Buffa e Pinto (2002) contam que Francisco de Paula Ramos de Azevedo, arquiteto formado na Bélgica, foi um dos que buscou basear-se no modelo belga para projetar grupos escolares. Souza, R.F. (1998, p.285) exemplifica esse universo de valor simbólico ao citar as escolas construídas no período republicano:

A começar pela monumentalidade arquitetônica dos edifícios dos primeiros grupos escolares construídos no Estado de São Paulo, símbolo do valor da educação e da ação pública em seu benefício, podem-se assinalar outros símbolos sociais e morais: o nome da instituição, o mastro da bandeira nacional, o estandarte, o relógio, o quadro de honra.

Corrêa (1991) complementa observando que mesmo laicas, essas escolas apresentam características medievais, neorromânicas, neogóticas e neoclássicas, sendo o modelo em uso na Europa. Um exemplo foi o colégio Caetano de Campos, instituição pública fundada em 1894, que até 1977 funcionou como escola e atualmente abriga a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo,

Apesar de seguir o modelo neoclássico, e participar das inovações atribuídas às instituições laicas, a estrutura dessa escola é semelhante à de um mosteiro:

Fig. 30 1940- Colégio Caetano Campos

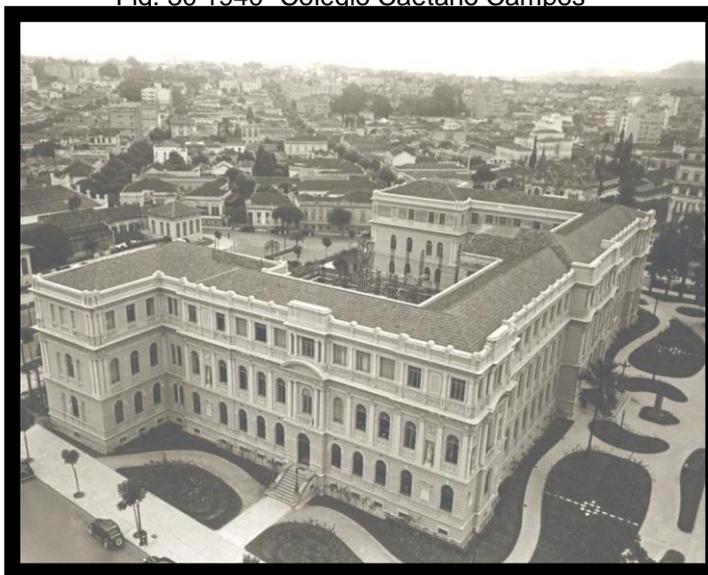
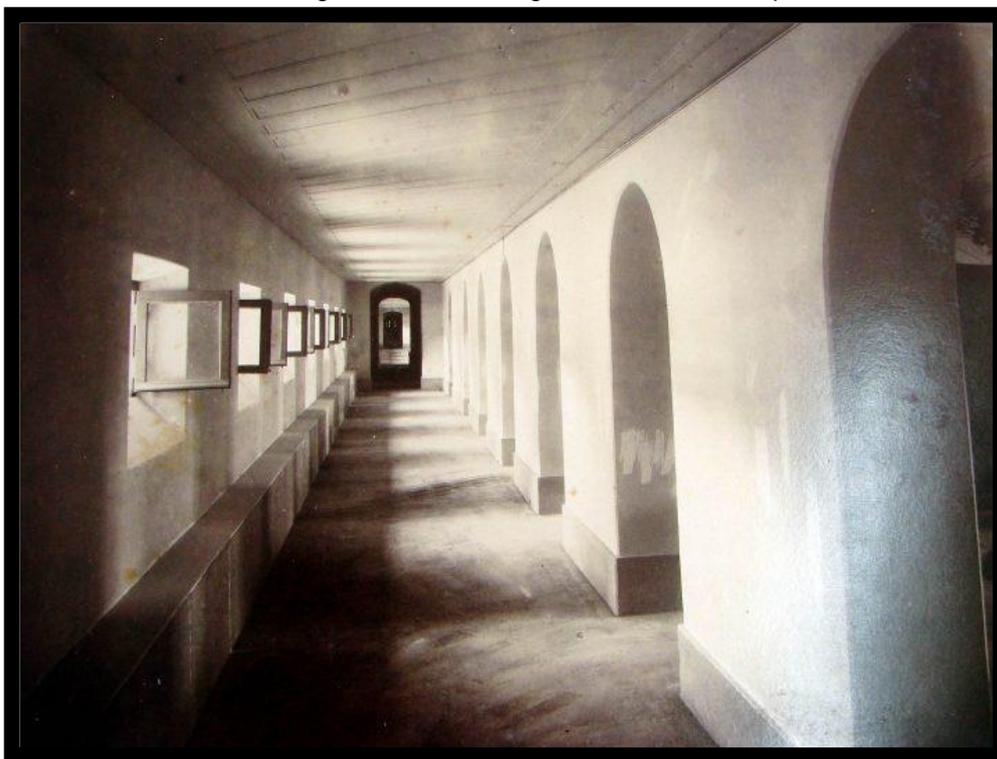


Foto: Patrícia Golombek

Fig. 31 Interior Colégio Caetano de Campos



Disponível: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

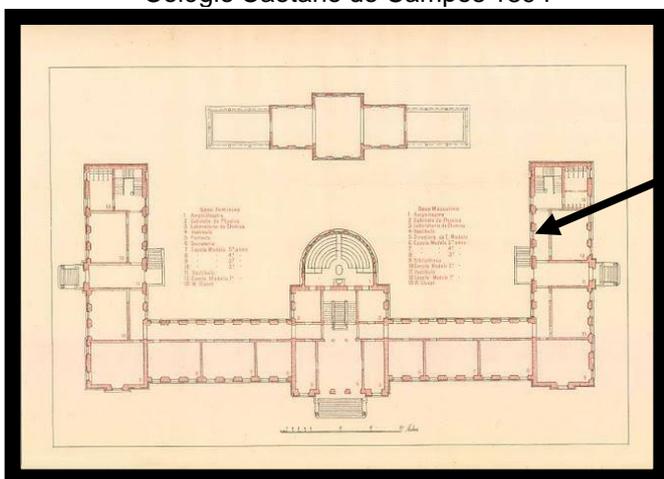
Fig.32 Planta original em forma de "U"
Colégio Caetano de Campos 1894

Foto: Patrícia Golombek.

Fig. 33 Planta da abadia de Cluny

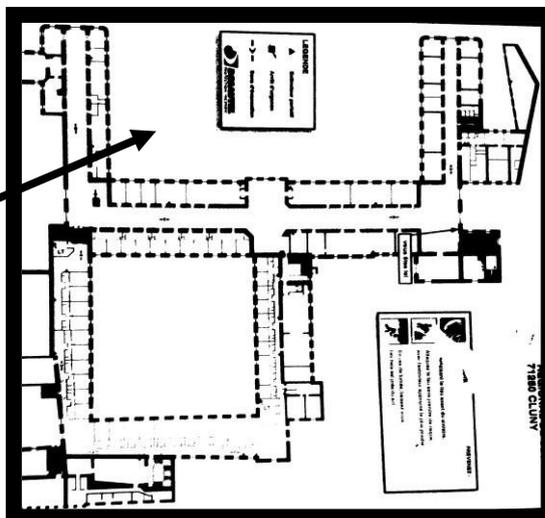


Foto da autora. Outubro, 2018

Com o colégio de São Bento acoplado ao mosteiro não foi diferente. O conjunto buscou acompanhar o que de mais notável havia em questões arquitetônicas, além de indicar a influência alemã e seu auxílio prestado à Ordem.

A pintura em estilo beuronense efetuada na capela do colégio é um exemplo que procura, através de painéis, narrar fatos bíblicos como a parábola do Filho

Pródigo, como era costume nas sociedades medievais. Noutras palavras, mesmo os que estariam distantes dos principais valores sociais e religiosos (no caso católicos), poderiam a eles retornar:

Fig. 34 Capela do Colégio de São Bento, SP

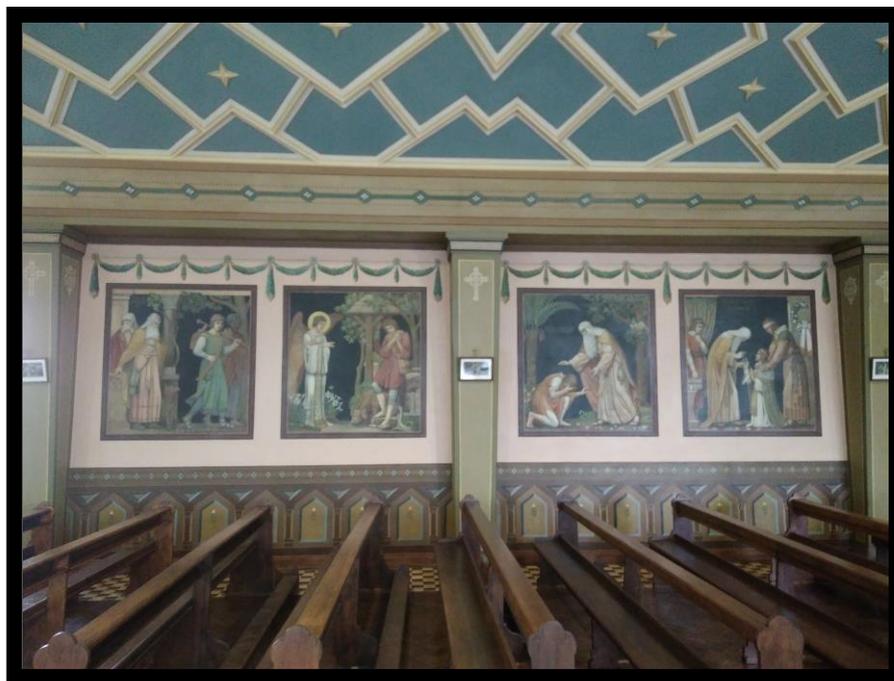


Foto da autora, 2018

O ginásio de São Bento manteve-se fiel diante de uma educação tradicional, firmada na família e em preceitos patrióticos e em 1946 mudou sua categoria – Colégio de São Bento –, apesar de já ter sido autorizado ao novo status três anos antes, conforme aponta o Artigo 1 do regimento escolar de 2014:

O COLÉGIO DE SÃO BENTO, cuja denominação anterior era Ginásio de São Bento, instituído para prestação de serviços educacionais, encontra-se inscrito no CNPJ sob o nº 61.018.750/0002-66, com sede no Largo São Bento, s/nº, Centro, nesta Capital, autorizado a funcionar como Colégio pelo decreto nº 11.211 de 04/01/1943. Tem como seu mantenedor o MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ sob nº 61.018.750/0001-85, sediado no mesmo endereço acima especificado, registrado no Cartório de Registro Sizenando Silveira (2º Ofício), sob nº 1625, Livro A nº 3 em 15/05/1951. (DEL VALLE, 2014, n.p.)

No ano de 1947, um novo reitor tomou posse da administração da escola. Barbosa Neto (2013, n. p.) explica:

O jovem monge Dom Candido Padin torna-se reitor do Colégio, dando nova

impressão decorrente de um pensamento intelectualizado e sintonizado com as discussões práticas pedagógicas mais arrojadas para a época. André Franco Montoro está no quadro de professores.

Na época o colégio era constituído por meninos, o que enfatizava a ótica de Tomás de Aquino, que entendia a mulher como ser imperfeito e voltado à sexualidade, em contraposição ao homem, que pelo poder do intelecto transcendia à condição carnal. Portanto somente professores lecionavam para uma clientela masculina:

Fig. 35 Professor com alunos. Colégio de São Bento, SP.



Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento, SP

A postura dos professores sentados com pernas e mãos cruzadas e a localização centralizada do professor, no caso um eclesiástico, na primeira fileira, assim como dos alunos em pé expressam relação hierárquica e sobriedade. Quanto aos trajés, parece haver certa liberdade quanto ao uso de gravatas para os alunos que ainda não usavam uniforme.

Em 1971 professoras foram aceitas para ministrar as aulas e diante do processo de transformações sociais, em 1977 a escola passou a ampliar seu espaço oferecendo vagas para meninas em classes mistas, apesar de não haver quadros de alunos em que apareçam.

Alguns ex-alunos, ao postarem recordações sobre o colégio em redes sociais, indicaram a rara presença de uma mulher em meio às personalidades masculinas significativas na sociedade: “ Uma celebridade da nossa geração que era da minha

época é a Andrea Barata Ribeiro, é produtora dos filmes Cidade de Deus e Cidade dos Homens [...]” Segundo os relatos, Luciana Carnieli, atriz, também estudou no colégio.

No entanto, a incorporação das jovens não afetou a tradição do colégio, que se manteve de modo a favorecer não só seu contingente discente, mas expandir os princípios beneditinos e solidificá-los através de uma construção fechada com expressão de progresso, cultura, força, tradição e beleza.

Autorizado pela portaria COGSP de 26/12/1979, o colégio abriu o ensino médio e em 1987, segundo Diário Oficial de 24 de março do mesmo ano, tem início a educação infantil.

Logo o atual regime de funcionamento, segundo regimento escolar, Artigo 7 mantém:

- I- Educação Infantil- na modalidade Creche para crianças até 3 anos de idade e Pré-Escola, para crianças de 4 a 5 anos de idade.
- II- Ensino Fundamental de nove anos, organizado em dois ciclos, sendo:
 - a) Do 1º ao 5º ano;
 - b) Do 6º ao 9º ano.
- III- Ensino Médio

Conforme censo escolar 2018, o colégio atendia a 371 alunos: ensino infantil: 51 alunos; ensino fundamental I: 154 alunos; ensino fundamental II: 130 alunos; ensino médio: 36 alunos.

O prédio do colégio e toda sua estrutura, apesar de se adequar às normas exigidas pela legislação, e as mudanças intrínsecas ao seu tempo, não se deixou descaracterizar, pois manteve em seu cotidiano ações que reforçaram os conceitos católicos, prática essa que Julia (2001, p.10) decifra como cultura escolar, ou seja

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Registrado na Diretoria de Ensino do Centro, em São Paulo, com o Código de Informação Escolar (CIE) 106999, em 2004, mesmo passando por novas reformas a edificação manteve marcas monásticas que podem ser observadas em sua estrutura, conforme exposto adiante.

Quando a educação infantil passou a funcionar e o prédio necessitou de adaptação para atender essa modalidade de ensino com espaços lúdicos, as ações pedagógicas à medida do possível, buscaram adequar a metodologia atual aos princípios beneditinos, integrando-os, como observa Dom João Batista, aos hábitos patrióticos com orações às segundas-feiras, dirigidas pelo Prior D. Camilo de Jesus Dantas, da Ordem de São Bento, o hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional, em que todos os alunos devem participar, independente da religião. O Artigo 3, cap. III do regimento escolar estabelece

O COLÉGIO DE SÃO BENTO se norteará pelos princípios e fins estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e pela Doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana. Buscará favorecer o crescimento pessoal de seus alunos, e sua capacitação para o convívio em sociedade, a cidadania plena, e a qualificação para o trabalho [...] (DEL VALLE, 2014, n.p.).

Visto esta pesquisa abordar a simbologia religiosa como forma de transmissão de conhecimento e valores, é relevante observar na construção do colégio de São Bento e em sua cultura educacional o significado dos elementos que o compõem e que apresentem os princípios católicos segundo São Bento, assim como sua influência na sociedade.

4.1 Ocupação urbana do prédio escolar

Falar em “espaço” remete a inúmeras interpretações, principalmente ao se considerar o significado apresentado em dicionários como “área mais ou menos bem delimitada”, ou “lugar, recinto, dependência”. Mas em caráter social a palavra se expande, porque espaços sociais são aqueles em que relações entre pessoas acontecem, onde estas interagem.

Boschetti (2004, p.19) esclarece que

O espaço é uma base territorial historicamente determinada e deve ser considerado como um conjunto de forças representativas das relações sociais ao longo do tempo, e, existindo objetivamente a partir de um conteúdo social.

Para entender o significado das instituições na construção de uma escola, não há como ignorar a importância do espaço no qual se insere tal edifício. Viñao

Frago e Escolano (2001, p.62) concordam com esse posicionamento e notam: “A escola pois, enquanto instituição, ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado”.

O complexo monástico de São Bento, ocupa um dos locais privilegiados de São Paulo na região central, onde historicamente a cidade “nasceu”. No momento da construção do colégio, meados do século XX, esse local passava por grande valorização devido à especulação imobiliária. No centro de São Paulo, conhecido como Triângulo – Largo São Bento, Pátio do Colégio e Largo São Francisco –, conforme Rolnik (1997, p.116), o preço do metro quadrado chegava a 1000\$000, um dos mais altos valores da cidade, o que significava, segundo autora “um ano de trabalho de uma tecelã, ou de um servente de pedreiro”. Ela explica que

Evidentemente, não havia a menor possibilidade de essas áreas representarem uma alternativa massiva de localização para os trabalhadores assalariados, nem mesmo os mais qualificados, cujas diárias chegavam, no máximo, a 12\$000.

Para Boschetti (2004), problemas sociais agudos foram reforçados pelas novas formas de exploração do solo, pela especulação imobiliária amparada por políticas governamentais estimuladoras de investimentos nas cidades e metrópoles, pela expansão das empresas de construção civil condicionadas às propostas de seus projetos, os altos custos da moradia.

As medidas definidas pela legislação da época quanto à urbanização do centro paulistano impediam que a classe menos abastada frequentasse o local, fato esse que confirma a intenção do colégio em atender à elite.

A revolução industrial teve que organizar o espaço onde as pessoas iriam morar. Em decorrência o mercado imobiliário veio junto levando aos conceitos de funcionalidade do urbano, de cidades novas e às propostas das cidades jardins (BOSCHETTI, 2004, p.19).

Rolnik (1997, p.106) esclarece que desde 1886 não era permitido a construção de cortiços na área central da cidade. Tal área deveria passar por processos de remodelação: “Essas obras significaram a expulsão de certos grupos sociais”. A autora acrescenta que para que fosse construída a Praça da Sé, dois quarteirões de sobrados encortiçados foram demolidos. O centro, realmente, atendia

os ricos, dificultando até a oportunidade de acesso às pessoas de baixa renda.

Em 19 de outubro de 1904 é publicada uma lei que proibia a circulação no perímetro central, de carros de tração animal com eixo móvel – carroças -, com a justificativa de preservar o macadame, revestimento de superfície mais regular do que os paralelepípedos, porém de baixa resistência, que foram adotados nas ruas de maior tráfego. A proibição, que objetivava preservar o piso para veículos de transporte mais sofisticados – os tálburisde rodas de borracha e automóveis –, asseguraria um aspecto mais civilizado para as ruas da cidade. Os carroções com rodas de madeira e bandas de rodagem reforçadas com chapas de ferro, instrumento de trabalho de chacareiros e artesãos, brasileiros e imigrantes de poucos recursos, ficaram assim excluídos da nova paisagem (ROLNIK, 1997, p.106).

O Largo de São Bento é composto por área calçada, inúmeras linhas de transportes coletivos e estação do metrô com destinos aos mais distantes pontos da cidade.

Atualmente trata-se de lugar constituído por estruturas culturais, históricas, comerciais, assim como de fácil acessibilidade, estando próximo (700m) do marco zero da cidade, localizado na Praça da Sé, de acordo com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. (EMPLASA).

Apesar do processo de extensão urbana, das redes de shoppings e da especulação imobiliária que dispersou a população do centro da capital, expandindo a zona residencial para outros bairros, ainda se vê um grande número de pessoas circulando pelo local, seja de passagem, ou mesmo pelo intenso movimento gerado pelo comércio de lojas e ambulantes, concentração de bancos, faculdade de Direito do Largo São Francisco, Teatro Municipal, Centro Cultural do Banco do Brasil, Igreja de São Bento e da Sé e também do turismo, o que amplia ainda mais a popularidade do colégio.

O território e o lugar são, pois, duas realidades individuais e grupalmente construídas. São, tanto num quanto no outro caso, uma construção social. Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. O espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo. Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder – , mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas –, à sua hierarquia e relações. (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 2001, p.64)

O curioso é que aparentemente o centro paulistano parece não segregar sua população, uma vez que sujeitos de diferentes condições financeiras, etnias e atividades unem-se nesse espaço central, mas essa separação torna-se nítida nas construções e um exemplo é o próprio colégio, que sempre atendeu a elite paulistana, apesar de ter mantido no decorrer do tempo programas que atendem à população carente fora do complexo monástico.

Se por um lado o local centralizado pode parecer privilegiado, por outro apresentou ao colégio algumas complicações. No momento em que se deram as obras do metrô, por exemplo, os transtornos de locomoção provocaram diminuição dos alunos, que buscaram escolas em outras regiões. Também a questão da expansão do comércio, que diminuiu o número de residências no centro paulistano em favor de outros bairros, baixou o número de matrículas do Colégio de São Bento.

Apesar de aparentar forte estrutura educacional, o reitor monge Hildebrando Miranda chegou a expressar, em entrevista para o jornal o Estado de São Paulo, em 2003, sua grande preocupação quanto à qualidade de ensino que poderia ser abalada, devido não só às condições financeiras precárias, como também às alterações no espaço urbano.

Em outra ocasião, para a Folha de São Paulo (2003), comentou a influência do crescimento da cidade como outro fator que comprometia o funcionamento da escola, exemplificando os grandes centros financeiros como o Banco do Brasil e a Bolsa de Valores que passaram a cercar o local: “Uma das hipóteses é pensar em formar uma elite, por exemplo, com os preceitos cristãos e de vocação social”.

Dom Hildebrando ainda chegou a informar ao jornal O Estado de S. Paulo, em 2003, que “fecharia as portas” justamente por não possuir mais que 240 alunos, sendo 30% inadimplentes, e ainda arcar com bolsistas. O colégio já vinha sendo economicamente abalado desde 2000, chegando a funcionar com cinco alunos por sala.

O Mosteiro de São Bento, mantenedor do colégio, não tendo mais como auxiliar a instituição, decidiu por fim às atividades. Porém, apesar da crise econômica pela qual passava o estado, com ajuda da iniciativa privada, a escola conseguiu se equilibrar, conforme entrevista de Dom Hildebrando à Folha de São Paulo, um mês depois de anunciar seu fechamento, pois a igreja como instituição religiosa sempre esteve envolvida com entidades lucrativas como bancos, seja para investimentos, seja para empréstimos em momentos de crise como guerras, por

exemplo.

Essa recuperação apresentada sob perspectiva simbólica também sugere o significado do colégio para os paulistanos em geral. Mesmo sendo destinado a uma classe privilegiada, como monumento a instituição é também a representação da história de um povo, logo, as reformas e alterações estruturais caminham de forma a se complementarem com os aspectos relativos à educação oferecida. Esse fato parece mais claro pela exposição de Dom Eduardo Uchoa, reitor do colégio de 2004 a 2010, quando explana a relação da reforma física com a política pedagógica

consequimos fazer toda a restauração do prédio, da faculdade e do colégio, pensando nesse grande projeto pedagógico de educação integral da pessoa que passa pela formação intelectual, pela afetividade, sociabilidade, criatividade, liberdade e cidadania.

Algumas alterações espaciais também foram necessárias para que o colégio voltasse a funcionar com eficiência, como a possibilidade de tráfego de veículos para melhorar o acesso ao colégio, já que o local não permite carros no calçadão em que milhares de pedestres transitam.

Com muito esforço, os monges conseguiram que esse espaço fosse aberto e permitido somente para os integrantes do mosteiro e da escola, o que também foi relevante para sustentar a instituição. Boschetti, (2004, p.52) observa que “a cidade é uma realidade dinâmica onde os problemas de reorganização interna do espaço, sua renovação, remodelação e reabilitação estão sempre presentes”.

Ao se considerar esse aspecto, pode-se dizer que, simbolicamente, o fato de os alunos permanecerem em uma escola no centro comercial de uma metrópole já apresenta a relação da aprendizagem ao universo do trabalho. O envolvimento com a diversidade de comportamentos considerando a violência urbana, as diferentes formas de comércio e de sobrevivência, estimulam a entrada ao paraíso, à paz, à proteção, a considerar Eliade (2001, p.19) “No interior do recinto sagrado, o mundo profano é transcendido”. Diel (2017, p.412) esclarece que

(...) como as escolas monacais a escola moderna é uma instituição retirada do mundo, cercada por muros que a protegem da sociedade instável, dinâmica e crítica que ameaça sua estabilidade e segurança. Assim, como os monges se retiravam do mundo para se dedicar a Deus e a oração, hoje o aluno se retira para estudar na escola. Portanto, ele sai do seu ambiente familiar e social para aprender aquilo que a escola decidiu lhe ensinar.

Dom Hildebrando acrescentou ainda acrescentou na entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que o aumento dos alunos também fez parte do projeto de reestruturação do São Bento, que almejava quase triplicar os 240 discentes matriculados, com classes para 26 alunos ou mais. Essas ações foram de extrema importância para que a escola continuasse em funcionamento.

No entanto, o comércio local, formado em grande parte pela comunidade chinesa, também auxiliou para a inserção desse grupo no colégio desde 2006. Em entrevista, João Baptista Barbosa Neto afirmou que atualmente 25% dos alunos são chineses, filhos de lojistas cujos estabelecimentos situam-se na Rua 25 de Março, local de atividade comercial intensa, próximo ao conjunto monástico. Isso fez com que o colégio ampliasse seu repertório pedagógico, uma vez que esses alunos costumam chegar ao Brasil sem ter consciência de onde estão.

Alguns confundem o país com outras nações americanas, como os Estados Unidos, por exemplo, declarou João Baptista, o que faz com que a instrução destinada a eles vise à socialização e ao reconhecimento da cultura brasileira, assim como a língua portuguesa. Nesse sentido, há uma estrutura específica de atendimento a essa clientela, como uma secretaria que funciona especificamente para eles e metodologias singulares efetuadas por professores que dominam mandarim e os costumes da China, explicou o monge.

Além dos chineses, outros comerciantes e funcionários de empresas situadas na região também matriculam seus filhos no São Bento, pelo fato de poderem conciliar o horário do trabalho com o regime de educação integral oferecido pela instituição.

Na Regra de São Bento, o capítulo 53 trata do apoio ao povo “Todos os hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos como o Cristo, pois Ele próprio irá dizer: ‘Fui hóspede e me recebestes’. E se dispense a todos a devida honra, principalmente aos irmãos na fé e aos peregrinos”.

Assim, o colégio aceita alunos de qualquer nacionalidade e religião. Apesar das orações efetuadas às segundas-feiras, antes do início das aulas, em que todos participam, aqueles que não quiserem integrar-se ao que envolve a religião católica poderão ocupar-se com outras atividades.

Ainda em respeito à localização, outra questão relacionada é a segurança. Devido à densidade de transeuntes que perpassa o Largo de São Bento, esse fator passa a ter relevância, o que também reflete na estrutura física da escola. Costa,

F.R. (1995, p.32) alerta que

A questão da segurança patrimonial e individual é uma das mais importantes abordagens para a recuperação do Centro Velho, por representar, segundo parecer técnico do ProCentro, um dos problemas mais graves da região.

Talvez essa medida de resguardo justifique o isolamento que as “muralhas contemporâneas” proporcionam ao monastério e, de maneira implícita, configure-o aos tradicionais presbitérios beneditinos medievais e, como já observado, a preservação dos princípios católicos.

4.2 Entre muros

O colégio somente pode ser identificado pela fachada que leva sua identidade ainda que margeie o calçadão, pois está ocluso em uma estrutura sólida com grades de proteção.

Fig. 36 Prédio do Colégio (complexo monástico)



Foto da autora. Fevereiro, 2018.

São diversas as escolas que seguem esse modelo. “Os muros da escola funcionam como verdadeiras muralhas a encastelá-la, protegendo aquele espaço sagrado de possíveis profanações advindas de seu entorno” (BARROS, 2008, p.249).

Vinão Frago e Escolano (2001, p. 39) esclarecem:

A muralha, por exemplo, que é um símbolo de *civitas*, pode indicar como muro ou cerco institucional a delimitação de uma coletividade escolar, além de desempenhar outros objetivos técnicos. A torre, elemento que costuma fazer parte de muitos centros educativos do século XIX, tudo daqueles de filiação religiosa, é um signo de poder e de domínio (como se sabe, está também presente em prefeituras, igrejas e castelos). A simetria e separação arquitetônica das salas de aula de meninos e meninas reflete as tradições de uma sociologia e de uma pedagogia sexista.

Rolnik (2005, p.41) comenta: “as meninas pulando corda e jogando amarelinha, fechadas no pátio da escola, se separam da rua por uma muralha de verdade, alta, inexpugnável [...]”. Viñao Frago e Escolano (2001, p.79) complementam e provocam inquietação desse sistema de “confinamento” ao citarem o conceito foucaultiano

Uma determinada leitura de Foucault — sobretudo em *Vigiar e Punir* — caracteriza a escola, limitada a um espaço fechado, junto a outras instituições disciplinares, de dominação e de controle, tais como quartéis, hospitais ou cárceres. Seu modelo prévio seriam os conventos. Independentemente da sua maior ou menor adequação a cada caso concreto — é óbvio, por exemplo, que nos internatos uma caracterização desse tipo seria mais adequada -, essa concepção de espaço escolar, por si só, é insuficiente. Tal concepção esquece as diferentes funções que esse espaço desempenha ou deve desempenhar.

No que diz respeito à mística religiosa Eliade (2002, p.39) elucida:

Mesmo muito mais tarde na história, na Idade Média, por exemplo, os muros das cidades eram consagrados ritualmente como uma defesa contra o Demónio, a doença e a morte. Além do mais, o simbolismo arcaico não encontra qualquer dificuldade em assimilar o inimigo humano ao Demónio ou à Morte. Afinal o resultado dos seus ataques, quer sejam demoníacos, quer militares, é sempre o mesmo: a ruína, a desintegração, a morte.

Deil (2017, p.411) recorda que nos mosteiros medievais

não havia espaço para brincadeiras e são raros os casos narrados em que os mosteiros permitiam aos noviços as brincadeiras. Elas eram perigosas, desnecessárias e um espaço de ação do demônio. Tudo que desse prazer devia ser controlado.

A arquitetura também apresenta características históricas. Com a proibição dos clérigos, por exemplo, extraiu-se das construções marcas relativas às igrejas portuguesas, pois havia monges que, como arquitetos, desenhavam os projetos para

construção de seus mosteiros.

As escolas adaptadas aos mosteiros, portanto, adotam uma construção caracterizada pelos princípios da ordem a que pertencem. Desta forma, não é apenas uma questão econômica unir a escola ao monastério, mas uma forma de manter a ideologia por via de uma educação fechada em um espaço destinado à liturgia.

No caso do colégio de São Bento, sendo ele parte do conjunto monástico, segue a estrutura física eclético-germânica vislumbrada por Dom Kruse, e mantém, como consequência, características dos mosteiros medievais.

As imagens mostram que, assim como no mosteiro, há um espaço semelhante ao claustro na área interna do colégio e a capela.

Fig. 37 Visão panorâmica do complexo monástico de São Bento

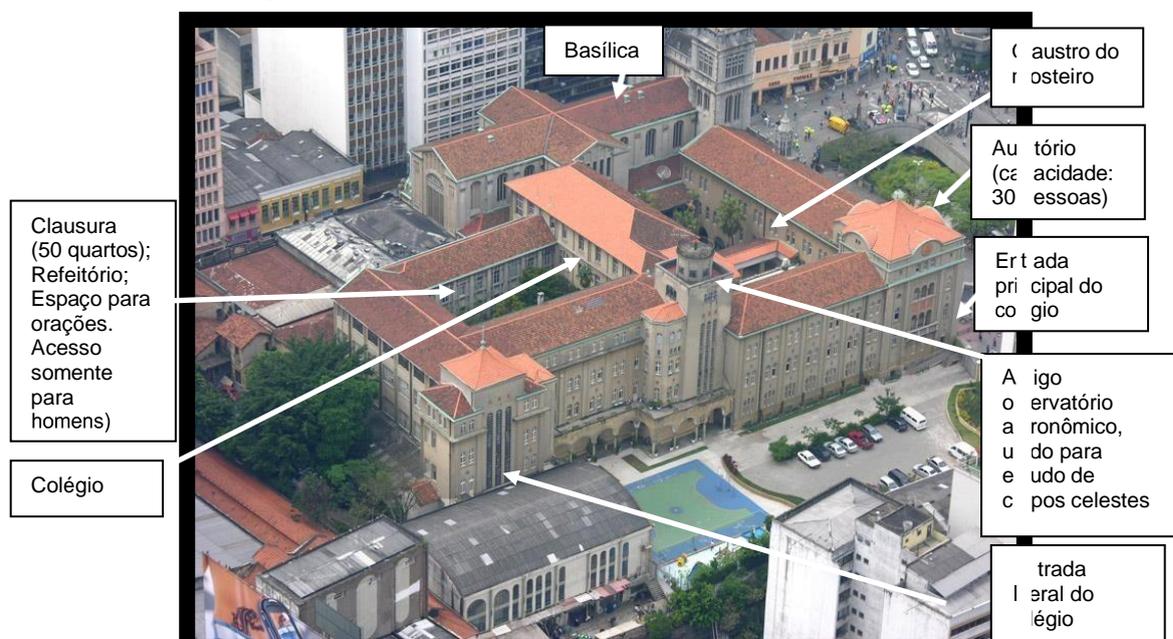


Foto: Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo.

A estrutura de uma instituição escolar participa do ato de assimilação; essa ação comprova-se na própria construção do lugar destinado a esse processo: espaço interno das salas, iluminação, cor de paredes, mobiliários, localização do prédio. Conclui-se, então, que a disposição da construção é intencional e busca uma forma eficaz de transmitir informações, ou mesmo de controlar, inculcar juízos.

A materialidade dos colégios está estreitamente ligada ao conceito de educação exigido pela sociedade:

[...] para que o prédio escolar traga ganhos simbólicos para a instituição de ensino, é preciso que sua arquitetura não fuja dos padrões de escola historicamente aceitos pela sociedade. Segundo esses padrões, para que um prédio escolar seja valorizado socialmente, ele deve apresentar estrutura física grande, área de lazer, conforto, segurança, boa aparência, sinais de modernidade ou de tradicionalidade, bem como apresentar, em sua fachada, signos que lembrem as escolas confessionais; não devendo ser edificado em espaços geográficos desvalorizados (periferias, bairros pobres, por exemplo), nem ser construído com materiais pouco valorizados socialmente, como taipa, palha e sobras de madeira ou outros, materiais esses muito associados aos segmentos sociais mais pobres da população (SALES, 2002, p.341).

Sob esse prisma, no que diz respeito à educação, Buffa e Pinto (2002) explicam a importância existente na relação do prédio escolar com a educação, ao observarem sua representação em determinado período e afirmarem que toda construção arquitetônica tem uma intenção materializada. Sales (2002, p. 340) complementa: “os prédios escolares transmitem mensagens semióticas cujo conteúdo é resultante de um processo sócio-histórico de utilização de determinados elementos arquitetônicos ou signos semióticos por algumas instituições de ensino”.

A autora (2002, p.341) esclarece que estes são importantes monumentos que detêm a representação de classes e poder:

as formas arquitetônicas dos prédios escolares mais valorizadas são aquelas que estão associadas às “escolas mais valorizadas” e que são frequentadas pelos grupos de maior nível econômico e prestígio social. Esses grupos, ao legitimarem as escolas que seus filhos frequentam, legitimam também as formas arquitetônicas e atributos a elas associadas.

Escolano (1998, p.26) complementa:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

No caso da educação católica, esta buscou firmar seus princípios de várias maneiras, principalmente focando na educação. Mesmo considerando a mudanças que ocorreram, assim como os problemas que fragilizaram a instituição, esta nunca deixou que sua essência se abalasse o que manteve sua cultura solidificada em várias partes do mundo, principalmente no ocidente. Esse sistema apresenta-se estampado na estrutura concreta de seus monumentos.

Em suas escolas, façam essas parte ou não de um conjunto monástico, suas paredes sólidas perpetuam mensagens seguindo o modelo dos mosteiros medievais. As imagens dos colégios beneditinos abaixo, construídos em data, locais e estilos arquitetônicos diferentes evidenciam essas características:

Fig. 38 École Du Sacré-Coeur. Cluny, França – 1850



Foto da autora. 16 outubro, 2018.

Fig. 39 Instituto S. Bernardo
Mosteiro de Casamari, Itália – 1898



Foto da autora. 16 outubro, 2018

Fig. 40 Colégio e mosteiro de São Bento
São Paulo, Brasil, -1903



Foto da autora. Fevereiro, 2018.

Essas escolas seguem um padrão que transmite informações da mesma forma. Seus monumentos são semelhantes, ainda que os conceitos cheguem a ser contraditórios. Colégios com base monástica perpetuam essas características através do simbólico.

Segundo guia local do Colégio Padres Escolápios, em Monforte de Lemos, Espanha, que foi dirigido pelos jesuítas, por exemplo, os alunos, atualmente, não são obrigados a manter a fé cristã, mas estão sempre diante do claustro, pois as salas de aula têm suas portas voltadas a esse ambiente. É um local onde brasões

expostos nas quatro paredes e a simetria das janelas introduz o aluno ao neoclássico, sem que este perca de vista os elementos católicos. Os murais com trabalhos dos estudantes são expostos nos corredores, não nas salas de aula.

Fig. 41 Acesso às classes - Colégio Padres Escolápios

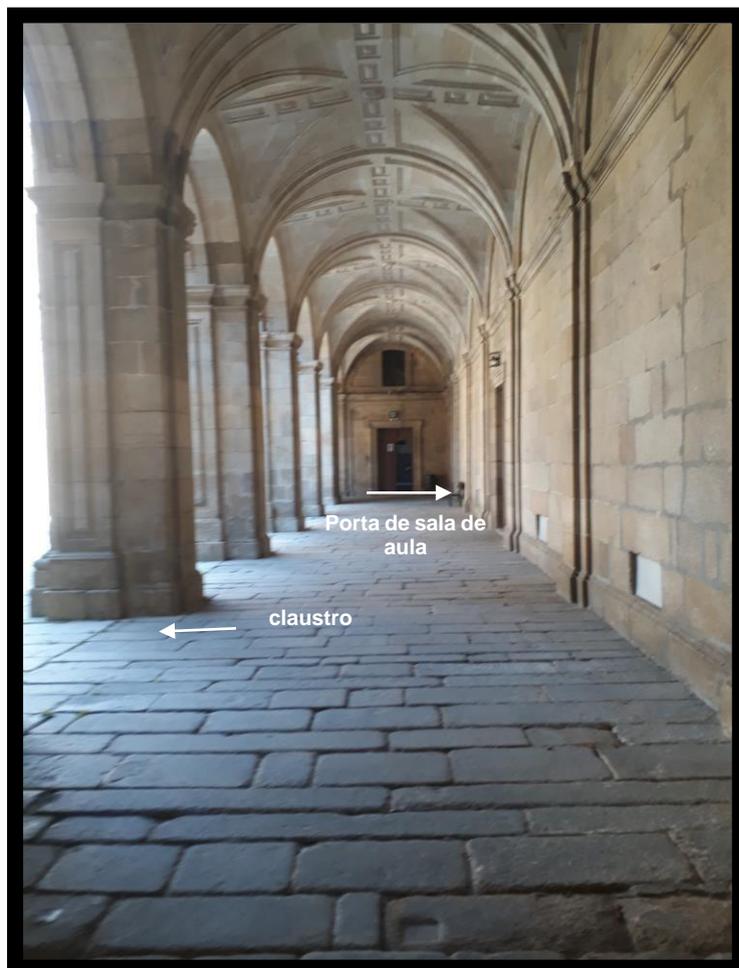


Foto da autora. Julho 2019

Fig.42 Simetria exata como identificação do Neoclássico



Foto da autora. Julho 2019.

Fig.43 Colégio Padres Escolápios



Foto da autora. Julho, 2019.

Em Santiago de Compostela o prédio da Escola Infantil San Pelayo, situada no monastério de mesmo nome, também segue esse modelo

Fig. 44 Corredor da Escola Infantil San Pelayo – Santiago de Compostela

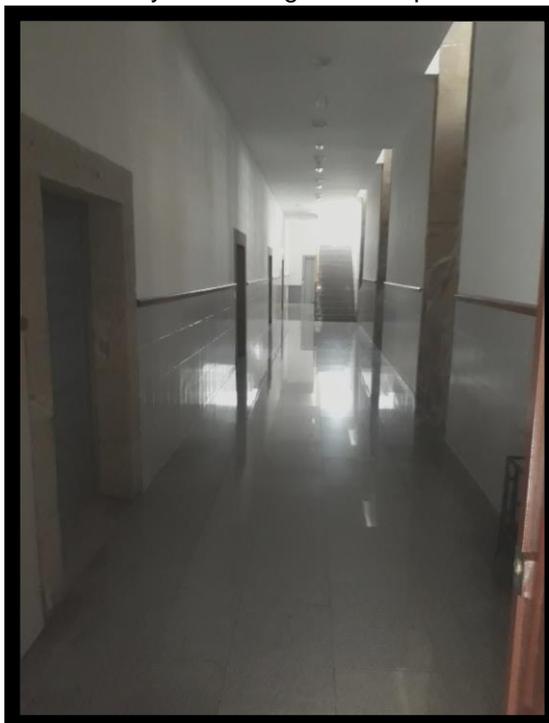


Foto da autora. Julho, 2019.

Com isso, compreende-se que a forma de ensinar não se apresenta somente

em um conteúdo programático específico, mas vinculada às diversas formas de se inculcar dogmas e valores. São numerosas as pesquisas relativas à interferência do prédio escolar, sua estrutura e seus aparatos no processo de aprendizagem. O ambiente em que se dá o processo de ensinar/aprender é de relevância para a eficiência educacional aos olhos da sociedade.

Conforme depoimento de Dom João Batista Barbosa Neto, em 2018 monge do monastério de São Bento, SP, a escola é uma adaptação do mosteiro. As salas de aula eram quartos de internos e, dado que esses espaços se mantêm dentro da regulamentação para a organização da escola, puderam ser utilizados para esse fim. Sendo vários os fatores que importam para a eficiência da edificação escolar como auxílio ao desenvolvimento cognitivo, para que este ocorra de maneira satisfatória, algumas providências quanto ao local de estudo são necessárias. “O ambiente físico, como iluminação, ruídos, temperatura, ventilação, e uso de cores influenciam no conforto físico e psicológico e, portanto, no rendimento do ensino”, comenta Luz (2005, p.6), que ainda observa

[...] a iluminação e ventilação, que segundo recomendação da NBR 5413 em ambiente de sala de aula é de 300 lux. A falta e a quantidade excessiva de luz pode ocasionar ofuscamento e fadiga visual. Ofuscamento é produzido pela presença de luzes, janelas ou áreas excessivamente brilhantes em relação ao nível do ambiente, ao qual o olho foi acostumado. Este pode ocasionar cegueira, desconforto, irritação e distração visual. A má ventilação pode ocasionar fadiga, calor, stress, irritação e distração, fazendo com que estes fatores influenciem diretamente no desempenho escolar.

O Manual para Adequação em Prédios Escolares também considera os aspectos observados no exposto por Luz (2005), pois explica a necessidade de se adequar o prédio escolar para o bem-estar dos que ali permanecem:

(...) a adoção de alguns cuidados poderão minimizar as condições desfavoráveis de conforto que existirem: ¼ altura mínima de 2,60m, para o pé-direito. Recomenda-se nas regiões mais quentes, ou quando for possível, o pé-direito de 3,00m. ¼ isolamento térmico da cobertura; ¼ execução de abertura para entrada e saída de ar, em alturas adequadas, que proporcione renovação e movimentos do ar nos ambientes da escola; 2. Diretrizes Básicas para o Atendimento dos Padrões Construtivos Mínimos 9 ¼ arborização corretamente posicionada para proteção das fachadas; ¼ utilização de quebra-sol, para proteção de aberturas, se a situação o recomendar; ¼ renovação da camada de ar entre o telhado e o forro (MANUAL PARA A DEQUAÇÃO EM PRÉDIOS ESCOLARES, 2006, p.8-9).

No colégio de São Bento as paredes dos corredores são brancas, apesar de em alguns espaços haver quadros com representações históricas e fotografias de ex-alunos. Boa parte da iluminação é natural, embora haja lâmpadas nos corredores. Essa técnica de luminosidade e paredes claras já foi mencionada quando se abordou a respeito da ideologia dos cistercienses, que evitavam distração com imagens nas paredes dos mosteiros.

Antes da reforma, as salas de aula além de serem muito mais amplas, tinham quadros nas paredes relativos aos feitos históricos e à religião:

Fig. 45 Sala de aula do colégio de São Bento antes de 1920



Fonte: Prospecto do Gymnásio de São Bento de S. Paulo

Fig.46 Imagem de quadro exposto em classe



Fonte: Prospecto do Gymnásio de São Bento de S. Paulo

Essas salas foram divididas e conforme D. João Batista “*deram origem a três salas de aula*”.

Atualmente, não se vê nas salas de aula a presença de murais ou trabalhos de alunos fixados nas paredes, somente o crucifixo que todas têm acima da lousa, de frente para os alunos. Esses ambientes são pintados em tom pastel, recebem luz natural das janelas que se abrem para o corredor e das que existem nas classes, quanto das portas, que contam com espaços envidraçados, além das luminárias artificiais

Fig. 47 Colégio de São Bento, SP - Corredor entre classes

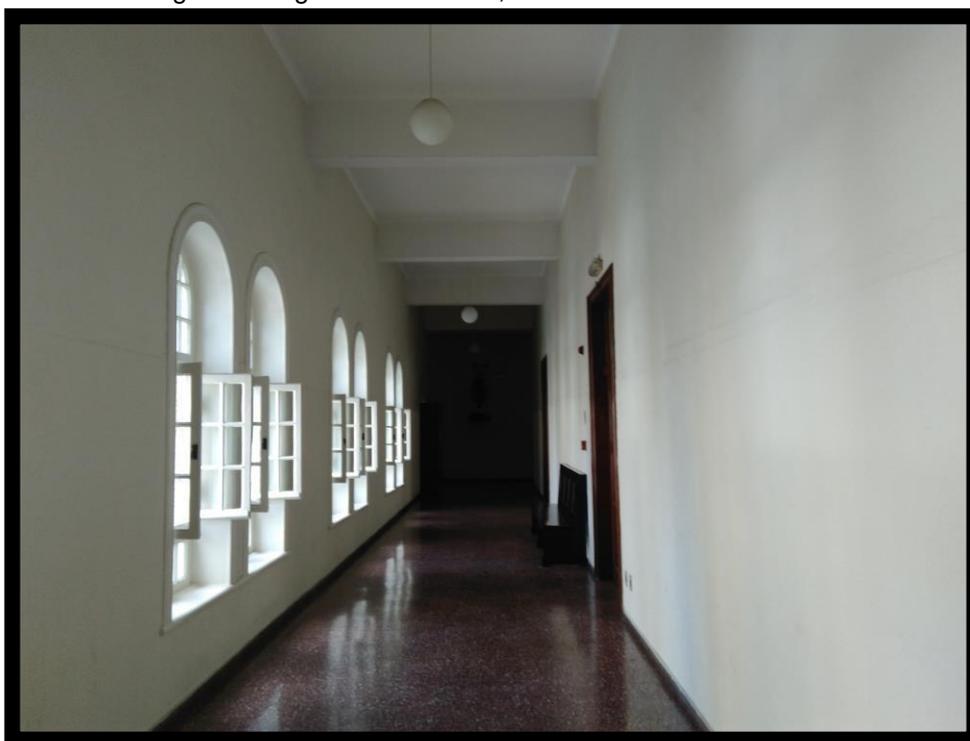


Foto da autora. Fevereiro, 2018.

4.3 O espaço interno: princípios educacionais beneditinos

Viñao Frago e Escolano (2001, p.121) atribuem ao espaço interno da escola a responsabilidade de também apresentar seus fundamentos: “é no âmbito da sala de aula, o núcleo por excelência da atividade instrutiva, onde a análise histórica mostra essa relação entre a disposição no espaço, das pessoas e objetos que nela estão, e o sistema ou método de ensino seguido”.

É pelas vias da prática pedagógica que se entende como se dá o processo ensino-aprendizagem, bem como por intermédio da análise de sua estrutura física

como um todo. Faria Filho (1998, p.68) expõe

Ao mesmo tempo em que se define o espaço escolar, buscando inclusive regulamentar seu “preenchimento” e “ocupação” pelos utensílios escolares que cada vez mais passam a fazer, real ou imaginariamente, parte da ação educativa escolar, há uma pretensão também de disciplinar os próprios movimentos nestes espaços, através da imposição de formas “autorizadas” de sua apropriação. Também isto se reflete na sala de aula e nos “caminhos” de acesso à mesma.

A disposição das salas de aula apresenta a série em que o aluno se encontra marcada nas portas. Nesse sistema, o educando avança conforme a efetivação da aprendizagem dos conteúdos exigidos na série anterior de maneira satisfatória. É uma metodologia tradicional que visa esforço, concentração, percepção para se adquirir conhecimento estabelecido por um currículo predeterminado.

As séries em sequência crescente apresentam o avanço a ser alcançado ano a ano, até que se chegue à porta da faculdade, no caso, de Filosofia, que também se encontra no mesmo prédio. É o caminho que se deve seguir.

Fig.48 Sala aula do colégio



Foto da autora. Fevereiro, 2018.

Essa prática tem como objetivo principal a formação moral e intelectual e

busca impelir o aluno à aceitação e segmentação social, sem inquirição, muito semelhante ao que acontecia na educação monástica medieval e que se reproduz hoje não só nas escolas confessionais como nas laicas.

Souza R.F. (1998, p. 281) observa como esse sistema confirma a segregação da clientela das escolas em que o Colégio de São Bento estava e está inserido

A classificação dos alunos, outro aspecto constitutivo do ensino em classe, ratificou a seletividade do ensino e a emergência de uma cultura da seleção fundada em critérios de excelência escolar pautadas no mérito individual. Repetência, fracasso escolar e rígido sistema disciplinar são algumas das consequências dessa estrutura organizacional.

Diel (2017, p. 411) expõe que nos mosteiros as aulas eram monótonas, em que os alunos deveriam decorar textos em maioria litúrgicos, os quais mal compreendiam:

A sala de aula era dominada pelo professor que era visto não como mestre, ou sábio, mas sim como salvador de almas. Os alunos sentavam ao seu redor, diretamente no chão ou num tamborete e eram divididos em grupos de acordo com os seus conhecimentos. Os mais velhos ajudavam o professor na orientação e no ensino dos mais novos, enquanto este se ocupava das instruções de um grupo. Os alunos colocavam sobre seus joelhos o quadro de cera, no qual desenvolviam suas atividades, escrevendo sobre eles com um estilete. O aprendizado se dava pela repetição. O professor ou o aluno mais velho escrevia sobre seu quadrouma frase que era copiada repetidas vezes pelos alunos. Nessas frases era comum a escolha de textos bíblicos ou litúrgicos usados no cotidiano dos monges durante a liturgia das horas.

Apesar da tecnologia e dos diversos meios de comunicação atuais auxiliarem para a diversidade de atividades, estímulo da criatividade e reflexão, o modelo tradicional vigora em muitas instituições, principalmente religiosas, em que ainda se considera o docente um mestre do saber, aquele que tem autoridade para determinar o que deve ser feito. Procedo reiterando conteúdos através da memorização, ou por inúmeros exercícios, recapitulação de temas estudados e explicados em aulas expositivas, em que o silêncio e a disciplina são fundamentais.

Ao se relacionar esse molde pedagógico com a educação monástica, é possível entender que essa ação deveria acontecer sob os princípios da regra, portanto as atitudes relativas à quietação, disciplina deveriam efetivamente fazer parte da dinâmica instrucional. De um modo geral, essa prática era comum em uma sociedade já estabelecida, em que se deveria preservar a ordem e a organização

política e religiosa, sendo um meio hábil de se alcançar esse intento, herdado pela escola atual.

Os alunos eram preparados para obedecer na escola e para serem obedientes a qualquer tipo de autoridade e as regras. Para manter a ordem, os professores usavam um instrumento, a vara. O aluno vivia com medo da vara (sub virga degere). Este ditado, sub virga degere, era tão popular que era sinônimo de ir à escola. (DIEL, 2017, p.412).

Incluindo à arquitetura, outra estratégia de ensino que compromete questões relativas à aprendizagem ocorre, também, pela via dos símbolos e ícones, a saber, imagens, estátuas, entre outros artefatos que participam da cultura escolar. Destarte, considerar o simbólico como forma de transmitir conhecimento, seja ou não manifesto, leva ao reconhecimento de juízos.

É possível observar divergências entre o espaço fechado e a proposta educacional de uma instituição se houver conhecimento de sua ideologia inserida em seu sistema, logo é relevante considerar os ideais católicos expressos pelo método tradicional seguido pelo colégio.

Um exemplo da simbologia contida no conservadorismo da metodologia tradicional pode ser observado atualmente, nas carteiras pertencentes às salas de aula do Colégio de São Bento, pois são expostas de forma individual, enfileiradas, voltadas para o quadro e local onde o professor deverá permanecer em maior parte do tempo.

Fig. 49 Disposição de carteiras



Foto da autora. Fevereiro. 2018

Fig.50 Organização de sala de aula

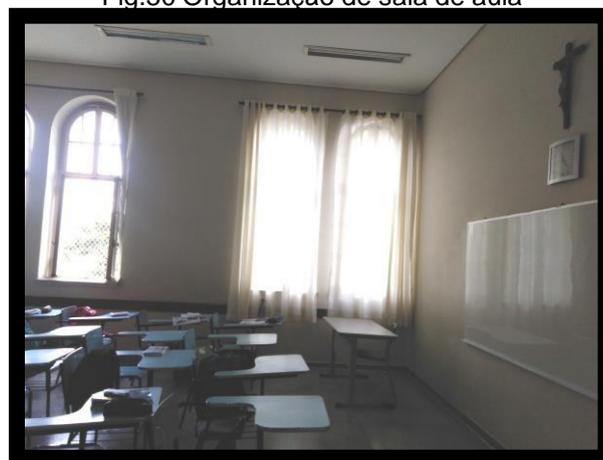


Foto da autora. Fevereiro, 2018.

É uma forma que facilita o controle de conversas e atitudes de dispersão

entre os alunos; uma maneira de se valorizar o individual, evitar questionamentos, estimular a aceitação das palavras do professor como verdade, em acordo com a Regra de São Bento (L3C2): “falar e ensinar compete ao mestre; ao discípulo convém calar e ouvir”.

Esse conceito foi implantado de tal forma na metodologia educacional brasileira que mesmo com todas as alterações e propostas fundamentadas por especialistas em educação, ainda vigora em boa parte das escolas e na prática de muitos professores das escolas públicas, além de acordar com as avaliações externas organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura e vestibulares.

Cursos pré-vestibulares utilizam a memorização e a metodologia tradicional para auxiliar que seus clientes sejam bem-sucedidos nas provas de acesso à universidade.

Um ex-estagiário do colégio que participava das aulas de história afirmou que o silêncio e respeito dos alunos às regras é inquestionável: “Não existe bagunça”.

Conforme o plano pedagógico do colégio, o diálogo é um fator importante, mas não se pode perder de vista ações disciplinares: “Da parte dos alunos, exige recíproco respeito, responsabilidade e disciplina, valores sem os quais nenhum empreendimento humano pode prosperar”. O item I do Artigo 78 do regimento do colégio reitera: “São deveres do aluno: acatar a autoridade dos superiores, dos professores e dos funcionários do estabelecimento e tratá-los com urbanidade e respeito”. Segundo a Regra de São Bento, Cap. V, Vers.15 “a obediência prestada aos superiores é tributada a Deus”.

Quanto aos docentes, entre as demais funções, este deve “zelar pela disciplina geral do estabelecimento e particularmente pela disciplina de sua classe” (Item II, Artigo 81). Voltando à Regra de São Bento, é missão de quem dirige manter disciplina e obediência: “E saiba o Abade que é atribuído à culpa do pastor tudo aquilo que o Pai de família puder encontrar de menos no progresso das ovelhas” (RB, Cap.2, vs.7,8).

Com a finalidade de garantir que as normas disciplinares sejam seguidas, a estrutura funcional do colégio, além dos setores de apoio didático-pedagógico, direção e coordenação pedagógica, conta com um Setor de Disciplinas, que segundo Subseção VII do regimento escolar, Artigo 31

é constituído por profissionais qualificados para:

- 4.3.1 – fazer cumprir as normas disciplinares do Colégio, decididas pela Direção para o corpo discente;
- 4.3.2 – subsidiar a Coordenação Pedagógica com informações diárias sobre a conduta dos alunos;
- 4.3.3 – organizar e executar os registros diários das ocorrências dos alunos: faltas, atrasos, advertências etc.;
- 4.3.4 – atender aos alunos em suas necessidades de dispensa, primeiros socorros etc.

As normas pedagógicas são discutidas não apenas pelos docentes como também pelos monges do mosteiro. Conforme o próprio site do colégio “As participações dos educadores são decisivas para as orientações adotadas pelo colégio, contando com o apoio e amor determinado do atual abade do mosteiro, Dom Matthias Tolentino Braga e de seus monges”.

As avaliações seguem critérios diversificados, é processual, com o uso de diferentes instrumentos para “observar os avanços dos alunos e considerar os conhecimentos que trazem, respeitando a diversidade que é uma das riquezas da escola”, a promoção ocorre mediante parecer do conselho de classe, conforme Artigo 57 do regimento escolar:

A promoção do aluno será o resultado de seu rendimento escolar durante o ano letivo, acrescido da Recuperação Paralela, quando necessária, a Avaliação Final e análise de seus atos escolares pelo Conselho de Classe.

Pela observação de um local para facilitar a compra de livros didáticos durante os primeiros meses de aula foi possível identificar que a instituição não trabalha com apostilas específicas, mas com livros didáticos de disciplinas diversas, além dos paradidáticos que podem ser encontrados na biblioteca do colégio, uma vez que na do mosteiro, o acesso se restringe aos alunos da faculdade, monges e, em alguns casos, pesquisadores

Os princípios beneditinos também aparecem quando se trata de valores culturais e atividades físicas. A Regra de São Bento, capítulo 57, apoia atividades artísticas, apesar de não especificar quanto ao tipo: “Se há artistas no mosteiro, que executem suas artes com toda a humildade, se o Abade o permitir”. Uma vez que muitos mosteiros medievais conservam pinturas e afrescos, a forma de comunicação ocorria principalmente através de imagens, assim como a música e o canto ainda permanecem na prática monástica, é de se supor que havia diversidade artística entre os monges.

O colégio, desde sua fundação, incentiva o estudo da música e o teatro, um

espaço que sempre foi bastante utilizado, uma vez que nele se realizam apresentações artísticas e outros eventos, como ocorria outrora. Muitos de seus alunos seguiram carreira artística, como Oswald de Andrade, Sérgio Cardoso, Raul Cortez, Tarcísio Meira, Augusto Luís Brown de Campos, Guilherme de Andrade de Almeida entre outros.

De acordo com Dom Eduardo, “Para formar pessoas inteiras o Colégio de São Bento traz a exigente qualidade científica e humanística, aliada às práticas das artes, esportes e projetos especiais, onde é caracterizado o aprendizado como autodescoberta dialógica”.

Diante da ideia de que nenhuma construção se isenta de significados, os objetos ou acessórios que fazem parte de uma residência, de um local comercial, de um consultório médico e principalmente de uma instituição de ensino também transmitem mensagens. A disposição da poltrona de um diretor de escola diante da cadeira da clientela, por exemplo, exhibe a relação existente entre ambos. As fotografias e imagens expostas em murais apresentam informações que podem ter como objetivo perpetuar um cenário, ou modernizá-lo, exigindo a ampliação do espaço, alterações na organização do mobiliário, criação de novas áreas entre outros fatores que, como consequência, interferem tanto na estrutura física como pedagógica da escola.

A maneira com a qual são arrumados os objetos nas classes para facilitar ou inibir o toque, letras garrafais, cores chamativas nos murais, outdoors contendo imagens que aparecem nas propagandas e identificação de instituições também têm seus dogmas implícitos e participam da cultura escolar, apresentando inclusive o método de ensino adotado pela instituição. Viñao Frago e Escolano (2001) entendem esses objetos como uma forma de apresentar um sistema doutrinário, ordem, disciplina, ou seja, concepções representadas pela via simbólica.

No colégio de São Bento alguns corredores possuem armários individuais para alunos. As paredes, como já dito, são decoradas com quadros que apresentam as fotografias de ex-alunos como Batista Pereira, Tobias de Aguiar, Miguel Ferreira, Alfredo Pacheco Ademar de Melo Franco, Albert Levy e o historiador Affonso d'Escragnoille Taunay entre outras personalidades tanto paulistanas como provenientes de outras localidades, de acordo com as imagens:

Fig.51 Coroação de D. Pedro II.

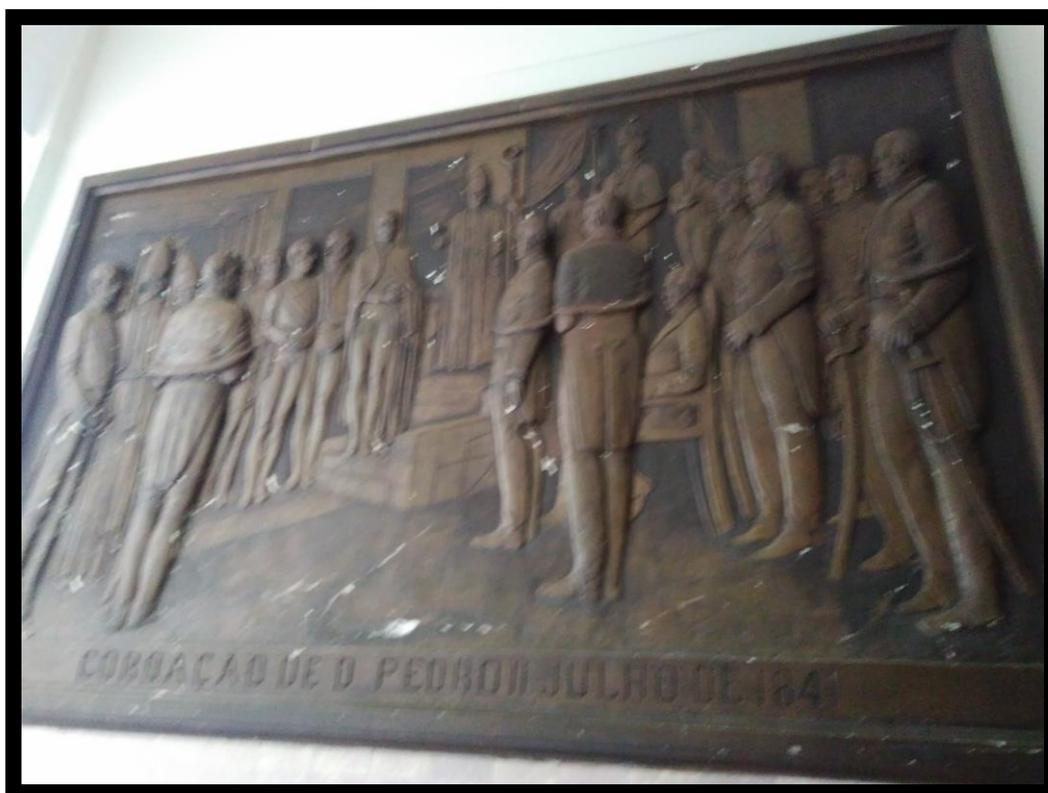


Foto da autora. Fevereiro, 2018.

Fig. 52 Fernão Dias junto ao quadro de ex-alunos

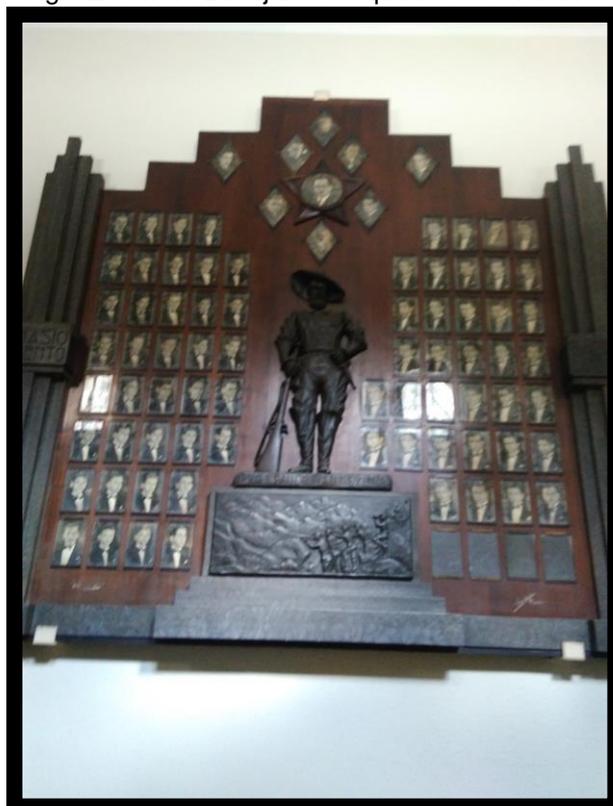


Foto da autora. Fevereiro 2018.

Essas fotos de alunos que se tornaram participantes do quadro político, ou ocuparam funções de destaque na sociedade, aparecem junto com personagens que marcaram a história de São Paulo e que também estavam ligados ao mosteiro, como Fernão Dias ou Raposo Tavares.

De acordo com o quadro de estudantes, vê-se reflexo da imagem de portas, que no caso são de uma das salas de aula. Exposto nesse local os alunos visualizam-no constantemente.

Tais figuras narram fatos históricos importantes. A coroação de D. Pedro II é um exemplo e também uma estratégia usada para adequar os alunos aos objetivos e princípios da igreja, ou melhor, esperar que se tornassem os futuros dirigentes da sociedade.

E.D. que estudou no colégio entre os anos de 1970-1980, comentou em entrevista por rede social em julho de 2019, que essa simbologia, para ele “era impactante, impunha um certo respeito e reverência”.

As ilustrações simbolizam os futuros heróis que deixariam suas contribuições para a sociedade paulista, como declara Barbosa Neto (2013, n. p.)

Sempre com participação ativa na sociedade paulistana, as instituições educacionais do Mosteiro de São Bento de São Paulo tiveram alunos e professores que se destacaram nos meios políticos, intelectuais e artísticos do Brasil. (...) Frequentaram seus bancos escolares personalidades como o Governador do Estado de São Paulo André Franco Montoro – que também se tornou professor do gymnásio –, o Prefeito da cidade de São Paulo Francisco Prestes Maia, o médico Antonio Prudente Meireles de Moraes (neto do presidente da República Prudente José de Moraes e Barros), o poeta e tradutor Haroldo de Campos, os escritores Oswald de Andrade e Guilherme de Almeida, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o ator Raul Cortez, dentre muitos outros.

A imagem de Nossa Senhora, símbolo da castidade, modelo feminino determinado pela igreja, também está presente nesse ambiente, caracterizando não só a formação católica, como a importância da tradição, assim como em todos os ambientes pertencentes à escola, que têm ao menos um crucifixo na parede, além das salas de aula.

Notam-se, ao lado da imagem de Nossa Sra. das Graças, fotografias de algumas personalidades que estudaram no colégio dispostas em cruz, rodeadas pelo louro em expressão de vitória.

Fig. 53 Nossa Sra. Das Graças e quadro de alunos.



Foto da autora. Fevereiro, 2018.

Tais características seguem o que se vê em mosteiros medievais, que perpetuam seus homens ilustres através de seus perfis expostos em locais de destaque, como papas, imperadores e personalidades influentes, cujos perfis foram pintados e expostos em quadros. Um exemplo pode ser visto no mosteiro de Tibães, que tem na sala do capítulo quadros com perfis de reis e representantes do clero, além de passagens da vida de São Bento gravadas em azulejos.

Fig. 54. Mosteiro de Tibães



Foto da autora. Outubro, 2018.

A separação e distância das classes e de corredores para os outros ambientes que compõem a escola, como diretoria, sala de professores estão relacionados com a hierarquia e divisão do trabalho. Souza R.F. (1998, p. 282) observa

a divisão do trabalho docente e a distribuição do poder dentro da escola mediante o estabelecimento de hierarquias de competências entre inspetor, diretor, professores, funcionários e alunos, condicionaram a estrutura e o funcionamento destas novas instituições educativas.

Em situações normais os alunos não têm acesso direto a esses recintos, salvo por alguma necessidade singular. Mesmo nas próprias salas de aula só se entra ou sai com a permissão do professor, conforme Artigo 79 do regimento escolar.

O refeitório do colégio também representa elementos da ordem beneditina. Um crucifixo está afixado acima das portas de entrada. São oito mesas de madeira ao lado direito de quem entra e sete ao lado esquerdo, com doze cadeiras, cinco a cada lado da mesa e uma em cada ponta, em referência aos apóstolos de Jesus apresentados no quadro da última ceia, acima da parede da cozinha. Do lado externo, em um terraço, há mais duas mesas com doze cadeiras na mesma disposição:

Fig. 55 Refeitório do Colégio de São Bento, SP

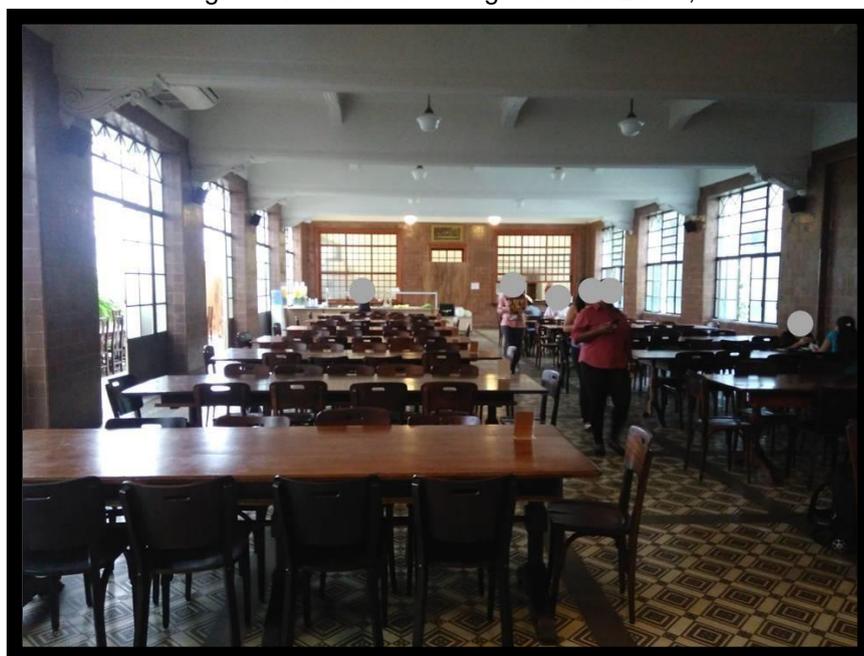


Foto da autora. Fevereiro, 2018

A mesma organização de cadeiras também aparece na abadia de Casamari, embora no colégio as cadeiras sejam arranjadas ao redor da mesa, de onde se entende que não se trata de uma ação aleatória na organização de um refeitório, mas usada de forma intencional em outros setores dos mosteiros medievais.

Fig.56 Refeitório do mosteiro de Casamari, 5 cadeiras por mesa



Foto da autora. Outubro,2018

Fig.57 Refeitório mosteiro de Casamari
disposição de mesas



Foto da autora. Outubro,2018.

Esse local era um dos ambientes mais importantes dos mosteiros beneditinos, conforme a Regra de São Bento, pois não só a alimentação do corpo como a da alma acontecia durante as refeições feitas em silêncio absoluto, enquanto um monge fazia a leitura da palavra e não deveria ser interrompido. No refeitório também ocorria a relação hierárquica, tendo o abade um lugar privilegiado.

De um modo geral, mesmo em instituições públicas ou outras empresas onde a alimentação é oferecida aos participantes, a estrutura se repete. É comum se deparar com esse sistema, apesar de que nas escolas públicas de São Paulo em particular, ainda que haja certa preocupação com a procedência dos alimentos e a forma com que são preparados, poucas são as que oferecem um local apropriado para que os alunos façam a refeição.

Diante disso, as novas construções de escolas públicas paulistas que seguem a arquitetura brutalista, resgatam o espaço apropriado para refeitório:

Nesse espaço cotidianamente ocorre uma ritualização relativa ao alimento. Esse ritual em torno do alimento começa com bastante antecedência, desde a definição do cardápio a ser servido, passando pela preparação da comida, até o momento em que a comida é servida e consumida. Para se servir a merenda exige-se disciplina. Os alunos e as alunas fazem filas e são servidos pela merendeira. A merenda serve ainda como um tempo de integração e confraternização entre os alunos, os professores, e os funcionários que também participam e muitas vezes se servem daquele alimento. A esse respeito é importante destacar o papel que a comida e a bebida desempenham nos rituais religiosos (BARROS, 2008, p.254).

Pode-se ver que o ato de se alimentar, fosse com bebidas ou sólidos, era parte de um ritual prescrito na própria Regra de São Bento, capítulo 40, que estipulava o que se deveria ou não ingerir: “[1] Cada um recebe de Deus um dom particular, este de um modo, aquele de outro; [2] por isso, é com algum escrúpulo que estabelecemos nós a medida para a alimentação de outros (...)”.

A alimentação está relacionada à força física, vitalidade do corpo e da mente. No entanto, o tempo que se tem para fazer as refeições em uma escola é demasiado curto, não ultrapassando 20 minutos. Barros (2008, p.255) observa que

Alimentar o corpo para poder depois alimentar o espírito, o intelecto, com os sagrados ensinamentos oferecidos na sala de aula é a função do ritual da merenda. Parece então que a escola divide o tempo que deve ser dedicado ao corpo, por sinal o tempo mais reduzido do recreio e da merenda, e o tempo que deve ser destinado ao espírito, às atividades intelectuais na sala de aula.

No caso do colégio de São Bento, o alimento é servido em um bufê em horários separados para a pré-escola e as outras séries do ensino fundamental e médio.

Ademais, as mensagens e valores católicos não estão presentes apenas na arquitetura, ornamentos, pinturas e artefatos, mas em todos os segmentos que caracterizam a cultura escolar. A vestimenta é um dos mais significativos, pois de uma maneira simbólica, é a roupa que cobre a nudez, que protege o corpo, que o esconde ou que o iguala. De forma perceptível ou não, o traje exterioriza o que quem o veste deseja transmitir, ainda que de forma arbitrária.

4.4 O uniforme

O uniforme sempre foi um meio de igualar as pessoas e apresentar uma insígnia, mas muito além disso, uma forma de demonstração de aceitação de valores e regras. Quem usa o uniforme de uma instituição mostra que está inserido num grupo, é identificado como participante de uma empresa, ou reconhecido dentro do exercício de uma função específica. O uniforme ultrapassa a identidade do sujeito, que assume aquela que lhe é designada pela participação em algum ambiente relacionado: “O homem do gás”, “o carteiro”, “o aluno da escola x” e assim por diante.

Na Idade Média, por volta do século XV, o uniforme começou a ser usado por soldados. Posteriormente foi implantado para definir outras áreas de trabalho, inclusive nas escolas. Os monges cistercienses usam branco, os cluniacenses, preto e não por acaso, mas para apresentar conceitos implícitos nas cores.

Igualar é uma forma de controlar, padronizar comportamentos através de um vestuário modelo, logotipo e outras marcas que definem que todos devem agir de acordo com normas específicas. Ao estar uniformizado, o sujeito assume a responsabilidade de representar tais dogmas, levando a própria empresa no corpo.

Para Eco (1989, p.15) a vestimenta é uma forma de comunicação social: “a indumentária assenta sobre códigos e convenções, muitos dos quais são fortes, intocáveis, defendidos por sistemas de sanções ou incentivos”.

No Brasil, os uniformes escolares começaram a ser usados no século XIX. Com o movimento republicano que investiu e buscou alterações nos conceitos

educacionais do país, o uso do uniforme passou a transmitir a diferença entre os escolarizados e os que não frequentavam a instituição escolar. Percília (2022) observa que no Brasil, o uniforme escolar passou a fazer parte da vestimenta das estudantes normalistas por volta de 1890. Posteriormente, na década de 20, segundo a autora, outras escolas além das que ofereciam o curso Normal para a formação de professoras, aderiram ao uso do uniforme.

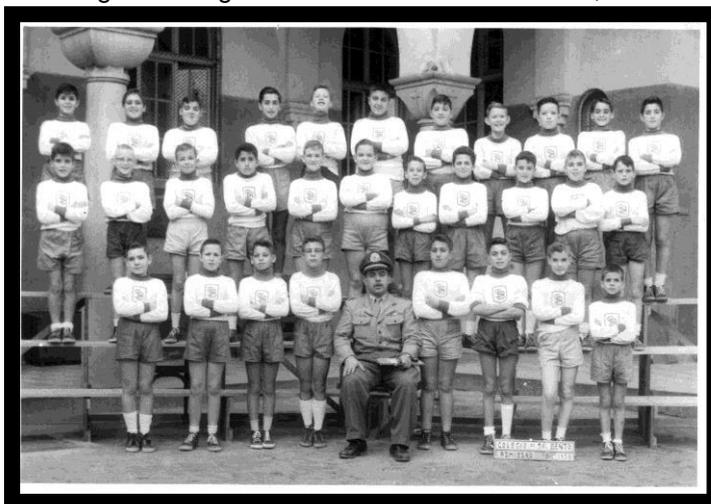
Quanto maior o número de crianças e jovens uniformizados, mais se percebia a ideia da expansão da educação para todos, ideal republicano.

Por outro lado, pelo uso do uniforme era possível saber qual classe social a escola atendia. Os colégios particulares apresentavam uniformes muito diferentes dos adotados por escolas públicas; mesmo dentro das escolas públicas havia certa distinção de classe.

No Colégio de São Bento o terno foi usado por mais de duas décadas. Posteriormente, por volta de 1930 foi desenhado seu uniforme de modo a mostrar integridade entre os alunos, com as iniciais de São Bento e depois com o próprio emblema da Ordem de São Bento. Usar o uniforme do colégio era motivo de status, era apresentar uma condição econômica, uma diferença social.

Com o tempo, a sobriedade dos uniformes passou a ser modificada junto com os conceitos educacionais que iam se adequando aos costumes modernos, o que apresenta um caráter de praticidade, mas não desvincula o propósito específico de igualar, reconhecer e responsabilizar diante da conduta imposta pelo uso do uniforme.

Fig. 58 Colégio de São Bento – Admissão B, 1958



Fonte: Arquivo do Mosteiro de S. Bento, SP.

4.5 Logotipo

O logotipo do Colégio de São Bento de São Paulo é composto por alguns dos elementos que identificam a Ordem Beneditina, como mostram as imagens. O significado desses itens é assim interpretado:

O leão representa a força e a perseverança dos monges, e o báculo na sua mão simboliza a autoridade do abade. O castelo faz referência à vida nos mosteiros, e o sol representa o fundador, São Bento. Outra significação do leão e do castelo é referente aos dois primeiros monges que iniciaram a ordem em Portugal – eram oriundos do reino espanhol de Leão e Castela. O rio que corre a partir da torre simboliza a expansão da ordem (MOSTEIRO DE TIBÃES, PORTUGAL).

Fig. 59 Brasão da Ordem de São Bento Mosteiro de São Bento, SP.

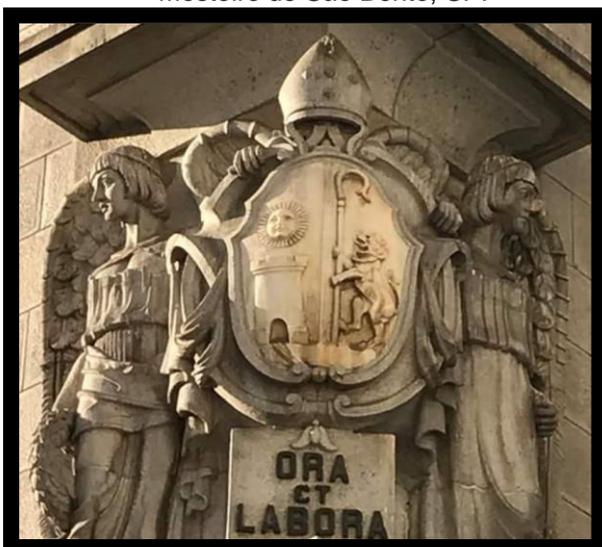


Foto: João Rossi

Fig.60 Logotipo do Colégio de



Imagem: Colégio de São Bento.

Nota-se que o que permanece no logotipo do colégio são as imagens do sol, ou seja, a identificação da Ordem de São Bento; o leão, como mensagem de dedicação e estímulo, e o báculo como referência de obediência ao abade.

Por meio dessa marca estampada no uniforme dos alunos do colégio é possível identificar a ideologia da Ordem Monástica, perpetuando a ligação com o passado, ou seja, o conceito que se tinha sobre as cores no período medieval.

O vermelho chama a atenção por ser uma cor quente e aparece de forma centralizada, enfatizando o leão com o báculo. O branco traz a paz e a pureza em seu significado, o verde, a jovialidade, conforme explica Le Goff (1989, p.28).

4.6 Ícones medievais

A recepção do colégio de São Bento apresenta uma filosofia que remete aos ensinamentos apresentados pela Astronomia (umas das quatro artes liberais do quadrivium) e da simbologia bíblica. É um dos poucos lugares em que se vê quadro de avisos e outros informativos. Tanto funcionários como alunos costumam passar por esse local para terem acesso ao interior do colégio, ainda que haja entrada pelo estacionamento, portanto, estão sempre em contato com tais ícones.

Em visita ao colégio, João Batista Barbosa Neto explicou que a luz proveniente das lâmpadas do lustre central, que se firma na cruz, representa a encarnação de Cristo. É a iluminação que sai da cruz e clareia a humanidade desde o início do mundo.

Fig.61 Lustre da recepção.



Foto da autora. Julho, 2019.

Imagens dos doze signos do zodíaco em sua respectiva ordem, a começar por Áries, que sugere o início do ciclo cronológico, são fixadas nas paredes que compõem a sala como representação do tempo que gira em torno de Deus, enfatizando os valores espirituais, mas também a ciência diante da astrologia, que junto com a astronomia, fazia parte da 7ª arte liberal.

Esse ensinamento é bem explorado por Tomás de Aquino, um dos principais representantes da escolástica, que aproximava o homem do universo divino, mantendo o micro uma relação de subordinação ao macro, no caso, a disposição dos astros, os quais Aquino acreditava influenciarem todos os seres terrenos, exceto o intelecto, que propiciava o livre-arbítrio, conforme se pode observar na figura anterior.

Fig. 62 Paredes da recepção do colégio com signos do zodíaco

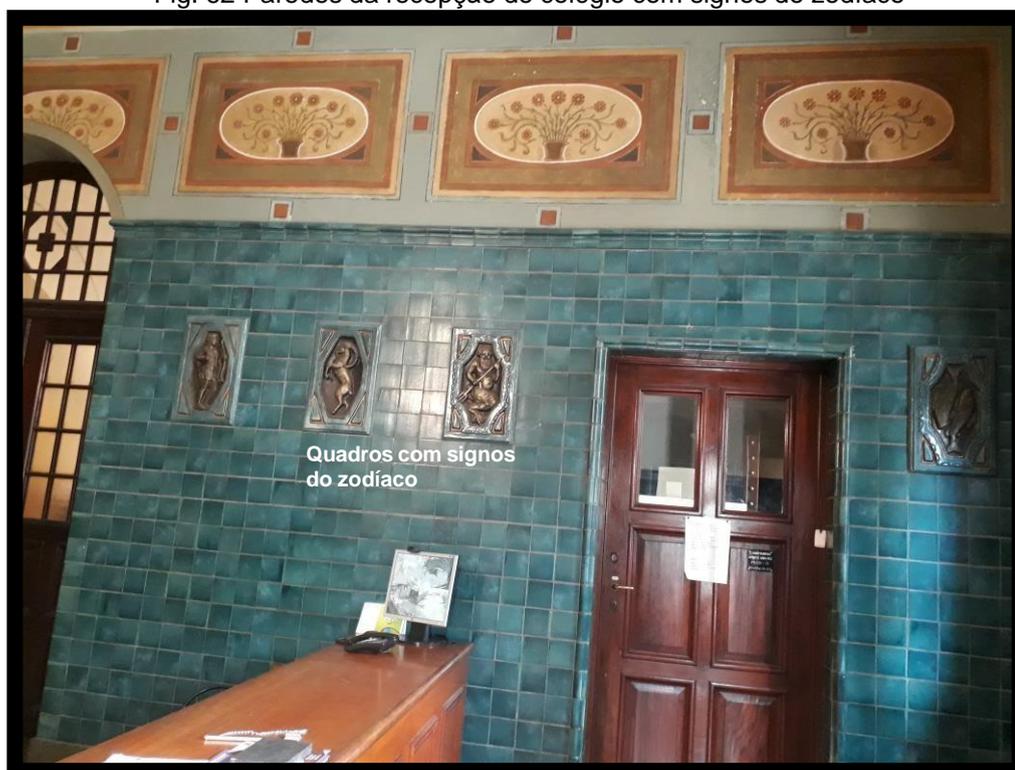


Foto da autora. Julho, 2019.

Em suma, a simbologia do hall de entrada do colégio define que iluminação divina está presente na vida e segue em sua eternidade, muitas vezes não percebida pelos alunos: “Não sei dizer se foi ou não, posso dizer da impressão que me causava” relata E.D. “sempre achei estranho signos do zodíaco num colégio católico. Depois, bem depois que saí de lá, é que soube dessa história de

astronomia”.

Jung (1978, p.78) menciona essa cruz de “braços iguais (dita cruz grega) encerrada no círculo, ao Christo triunfante” como marca proveniente da igreja primitiva, assim como o zodíaco, na expressão da passagem do tempo: “a imagem nos recorda imediatamente as representações medievais do mundo sob a forma de um círculo ou na figura do *Rex Gloriae* (Rei da Glória), com os quatro evangelistas ou a *melotesia*, nas quais o horizonte era formado pelo zodíaco” (p.71).

No alto da fachada do colégio, ao lado exterior, está estampado o busto de Nossa Senhora com o Menino, simbolizando um convite para a escola, “causa da nossa alegria”, mais uma vez confirmando a presença do pensamento de Tomás de Aquino a respeito da importância do desenvolvimento intelectual para a conquista da liberdade de escolha; para o filósofo, a única forma de se adquirir conhecimento e controle do instinto seria, então, através da educação, sem a qual o homem estaria condenado a viver em uma sociedade caótica.

Fig.63 Fachada do Colégio de São Bento, SP



Foto da autora. 11 maio 2019.

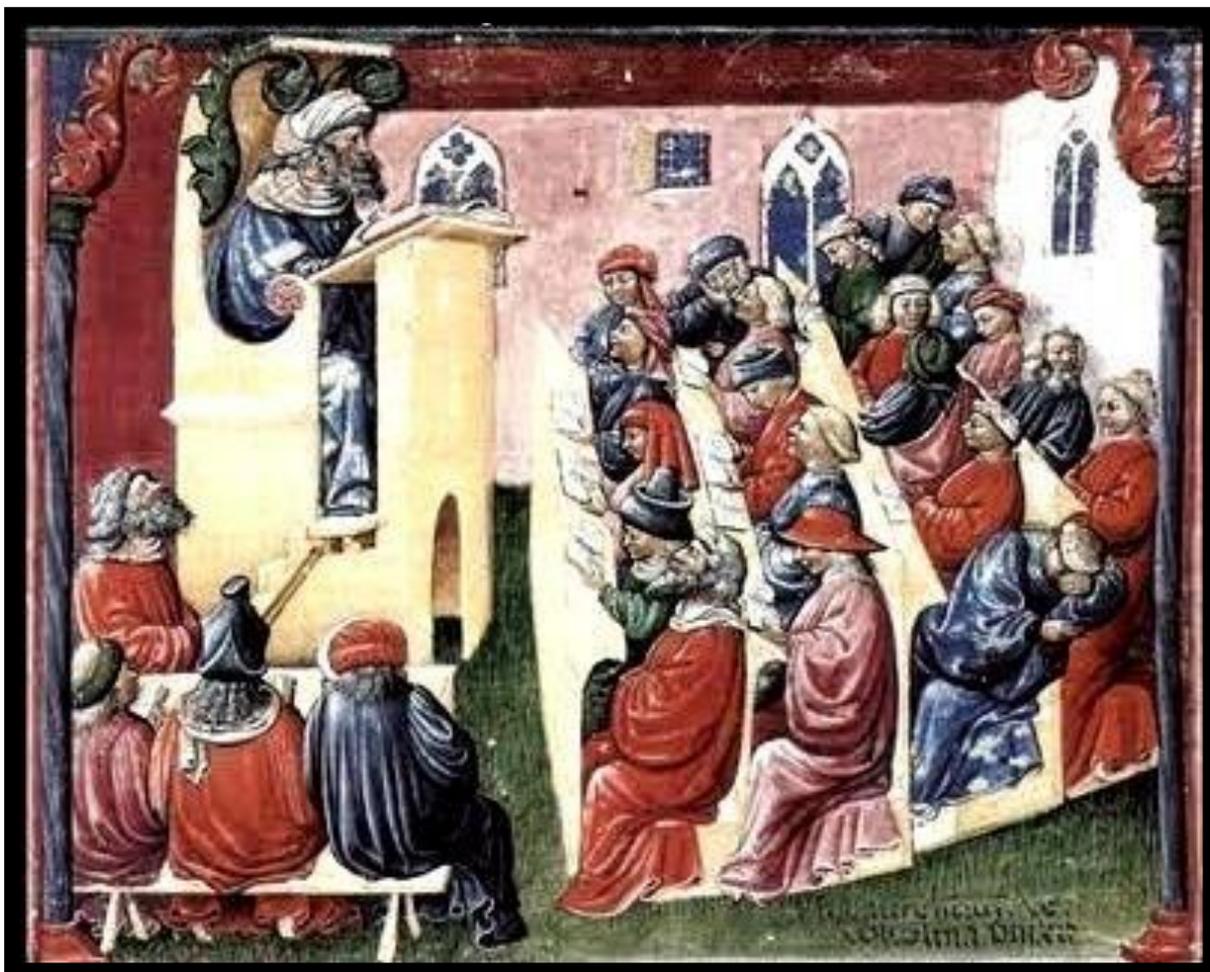
Fig.64 Imagem sobre fachada.
“Causa da nossa alegria”



Foto da autora. 11 maio 2019

Portanto, para Aquino o intelecto seria a base da libertação do homem aos seus impulsos físicos. A memória fazia parte dessa concretude, logo, seria influenciável. Uma vez que esta seria imprescindível para a aprendizagem, deveria ser controlada, pois poderia ser influenciada pelas indisposições corpóreas, o que explica a disciplina rigorosa a que os monges aderiram, e os monumentos uma forma de recordar as regras que levariam a tal elevação espiritual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/universidades-medievais.htm>

DE TODAS AS MANIFESTAÇÕES DE PRINCÍPIOS, A IGREJA CATÓLICA SE SOBRESSAI ATRAVÉS DAS INÚMERAS FORMAS DE TRANSMISSÃO DE SEUS VALORES PRINCIPALMENTE POR MEIO DE SEUS MONUMENTOS. EXPLICITA SUAS MARCAS ATRAVÉS DO TEMPO USANDO UMA ESPÉCIE DE “VERBO ILUSTRADO” EM QUE A PALAVRA QUE TRADUZ VALORES SE CONCRETIZA NAS FORMAS, NAS CORES, NAS PEDRAS QUE SE MOLDAM DE ACORDO COM O CONCEITO QUE SE QUER TRANSMITIR.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta da igreja contra concepções distintas e laicas manifesta-se no modo com que, ao mesmo tempo que acompanha a modernidade, perpetua sua base, mantendo e recriando suas características na arte e arquitetura de seus templos, que, por oferecerem deleite artístico, são admiradas e assimiladas.

Essa estratégia com o uso da simbologia é estendida para o universo da educação escolar e incorpora no emocional do corpo escolar, principalmente nos alunos, o ideal católico-cristão.

Com a análise do complexo monástico de São Bento foi possível identificar como a religião católica tem sido inculcada pela educação, não apenas devido ao discurso verbal, mas ao uso de símbolos e ícones, constituídos na Idade Média, em que grande parte da sociedade, via de regra, não era alfabetizada e era facilmente influenciável.

Esses ícones participam de uma estratégia educacional que não se desvincula de momentos históricos relativos a um período em que teve seus princípios determinantes. A perenidade da instituição atravessando séculos consolida tal posicionamento.

As práticas medievais ainda se fazem presentes e trazem em si informações que dialogam com os alunos e todos que participam da instituição beneditina na atualidade. Dessa forma, pode-se entender esse sistema semiótico como um “currículo oculto” que acentua uma ideologia e a reproduz.

No decorrer da história, a igreja católica centralizou a educação e a cultura do país a ponto de superar todas as propostas educacionais posteriores, parte das inovações progressistas diante da pedagogia tradicional estabelecida nos antigos mosteiros, haja visto que tal metodologia não só é mantida em escolas confessionais na atualidade, como em colégios que seguem a proposta tradicional.

A arquitetura escolar – arcos, jardins internos, disposição de salas, portas e janelas, assim como a organização de seus espaços e seus monumentos, tem em si índices de informações que direcionam o comportamento do educando. Enaltecer elementos sacros de certa forma é incentivar que estes adquiram valor e seus significados sejam perpetuados.

Vê-se no primeiro capítulo que a estrutura de um monumento está intimamente ligada ao ato de aprender e essa ação evidencia-se na própria

construção do lugar destinado a esse processo, desde o espaço interno das salas, iluminação, cor de paredes, mobiliários até a localização do prédio. Assim, a disposição de toda essa estrutura busca uma forma eficaz de transmitir informações, mecanismos de controle, ideário.

Completando à arquitetura, imagens, estátuas, quadros e outros artefatos colaboram para considerar o simbólico como transmissor de conhecimento, latente ou manifesto, mas com intenções ideológicas.

Esses elementos de análise devem ser considerados sob prisma político, econômico, dialético e principalmente para a compreensão de fatores relacionados à história da educação.

Compreendeu-se assim que a forma de ensinar não se apresenta somente em um conteúdo programático específico, mas vinculada às diversas formas de se impor valores. São diversos os estudos relativos à interferência do prédio escolar, sua estrutura e seus aparatos no processo de aprendizagem. O ambiente em que sedá o processo de ensinar/aprender é de relevância para a eficiência educacional aos olhos da sociedade.

No segundo capítulo, ao se tratar dos dogmas de São Bento e de como estes foram explorados no período medieval, principalmente na construção de prédios escolares que seguiam tal ordem, a escassez literária é significativa. Por isso com a análise física de mosteiros edificadas na época pode-se concluir, mediante imagens que representam esse sistema, que muitos dos princípios beneditinos estão presentes na atualidade.

Pela comparação dos mosteiros medievais com o monastério paulistano foi possível identificar o que foi alterado e se essa modificação influenciou tal ideologia, pois a observação desses elementos materializados funciona como forma de reprodução desses fatores.

Ao considerar todos esses componentes, não seria possível ignorar a importância da análise de toda a estrutura, que engloba questões históricas, sociais, educacionais expressas nos monumentos medievais. São estes ícones que indicam pistas dos ideais da igreja católica que resultaram na compreensão da importância do colégio São Bento na cidade de São Paulo, através de sua arquitetura e monumentos.

Nesse ambiente encontram-se elementos diversos que induzem, de forma tanto explícita como implícita, o comportamento que um indivíduo deve manter. Em

outras palavras, ainda que de forma diferenciada, que acompanhe avanços decorrentes da época, nesses fatores existe uma intenção educacional que se espera incorporar ao contexto social.

A análise desse complexo monástico beneditino pôde auxiliar no esclarecimento dessa questão, posto também servir como instituição educacional. Seus monumentos são fontes de representação do modelo de cidadão que neles se insere, como ilustração da relação e principalmente econômica, ali resguardadas, que se estendem, de certa forma, da Alta Idade Média - 476 e 1000 d.C.- até o momento atual e por séculos vem reproduzindo políticas que mantêm desigualdades sociais também subentendidas nessa instituição escolar.

O estudo do colégio, no terceiro capítulo, auxiliou no esclarecimento de como princípios religiosos podem ser expressos através de uma simbologia incrustada em monumentos, já que estes ainda vigoram em outras instituições de ensino criadas sob essa norma. O estudo dessa instituição de ensino, assim como de seus pertences, colaborou para a compreensão semântica relativa à educação e integração entre simbologia e intencionalidade.

Diante da comparação com outras escolas confessionais católicas solidificadas por uma ordem monástica, características semelhantes puderam ser constatadas tanto na estrutura física como em elementos internos presentes na cultura escolar.

Se as estruturas política, econômica e social se mantêm em movimento metamórfico, os signos retêm valores de origem, mesmo que possam ser reinterpretados ou readequados à medida que as mudanças ocorram. Pela interação com objetos do mundo físico, conceitos que se manifestam em condutas desenvolvem-se.

Em entrevista feita com ex-alunos e com um dos monges do colégio foi possível perceber que estes não compreendem a representação dessa simbologia, conforme relato de E.D., que estudou no colégio entre os anos de 1970-80. Muitas vezes, chegaram a pôr em dúvida certas representações simbólicas, como a interpretação do observatório astronômico, que segundo o aluno, poderia indicar certa relação da escola com a maçonaria ou princípios semelhantes: “os beneditinos têm uma ligação tipo maçonaria... isso todo ex-aluno se identifica com essa fidelidade”.

Geralmente eles não reconhecem os monumentos que os cercam como elementos que configuram a igreja católica medieval, ao menos de forma consciente. Há alunos não católicos que fazem parte dessa escola, mas somente os que frequentam as aulas de religião têm informações explícitas desses ícones de valor, o que não isenta os outros de estarem em permanente contato com tais elementos.

Também existem outros fatores que favorecem a procura pelo colégio, além da tradição e religião. Um deles é o atendimento à comunidade chinesa, que garante boa parte das matrículas. Esses estrangeiros provenientes de realidade bastante distinta encontraram ali uma possibilidade de compreender melhor a cultura brasileira e a aprendizagem da língua portuguesa, sem se isentar dos princípios católicos que as cercam em cada ambiente da instituição.

Além do mais, sua localização é motivo de interesse, pois o colégio atende uma porcentagem significativa de estudantes cujos pais ou familiares têm suas ocupações na região central, no comércio. Isso significa que o fato de ser uma instituição tradicional não é razão fundamental para os paulistanos matricularem seus filhos ali, mesmo porque atualmente há inúmeros colégios da rede privada na cidade, alguns também católicos.

Se conforme depoimento dos alunos, nas décadas de 70 e 80, a maioria deu continuidade aos estudos em universidades públicas, inclusive atuando na criação de departamentos médicos na faculdade de medicina de Ribeirão Preto (USP), por mais que a qualidade de ensino seja considerada de boa qualidade, os números relativos ao desempenho dos 19 alunos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio de 2018, não mostraram aproveitamento tão significativo. A escola obteve 586 pontos no resultado geral 53.6 pontos a mais que a média municipal.

Ainda assim, a instituição tem valor histórico relevante para a sociedade paulistana, fato esse evidenciado pela mobilização que resultou em imediata intervenção de entidade externa, quando anunciado que o colégio deixaria de funcionar, o que não deixa dúvida da visão elitista paulistana, lembrando que o colégio atende a uma classe social privilegiada e tem registrada a tradição católica em sua estrutura.

O complexo monástico de São Bento é um dos monumentos que funciona como armazém de memórias. Na suntuosidade de sua igreja, atende a um público que ao menos por alguns instantes, durante a liturgia, sente-se como privilegiado. É

um local que aposta na didática de manter relação dialógica da religião entre passado e presente.

Pela construção do colégio foi possível avaliar a evolução do desenvolvimento de técnicas usadas na arquitetura para representar as necessidades e intenções de uma época em que a igreja católica necessitava firmar-se diante do laicismo pregado por uma elite intelectual republicana; no que se desejou alterar, ou intensificar, ainda que sob programas imutáveis já determinados pela igreja.

Com todas as inovações e modificações causadas pelo processo de modernização, foi possível perceber que características monásticas, princípios definidos na Regra de São Bento e seus valores católicos permanecem na prática pedagógica definida para o colégio, expressos não só em seu regimento, como em sua materialidade, por meio de ícones que, mesmo subtraídos de seu contexto sociocultural medieval, ainda que de forma implícita, transmitem mensagens, compartilham experiências herdadas da humanidade, “contam e perpetuam a história”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares; BOSCHETTI, Vania Regina **A Educação feminina e propostas coeducativas (séculos XIX/XX):** A Igreja Católica como mediadora educacional. Rev. Revista Historia de la Educación Latinoamericana - Vol. 20 No. 31, julio - diciembre 2018 - ISSN: 0122-7238 - pp. 143 – 163. Universidad Pedagógica de Colombia - UPTC Disponível: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86958798009>. Acesso: 10 out.2019.

ALMEIDA, Néri de Barros. **A Idade Média entre o “poder público” e a “centralização política” itinerários de uma construção historiográfica.** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.49-70, jan/jun 2010.

AMARAL, Emanuel d’Able do. **Papel e função do claustro na arte monástica de construir.** Disponível: <http://sacroespaco.blogspot.com.br/2017/03/papel-e-funcao-do-claustro-na-arte.html>. Acesso: 6 mai.2017.

AQUINO, Maurício. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil:** as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930) Dossiê: Igreja e Estado. Rev. Brasileira de História. vol.32 n.63, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, André. **Dos livros e da leitura no Claustro:** elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII), Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 343f

ARRUDA, Valdir. **Tradição e renovação:** a arquitetura dos mosteiros beneditinos contemporâneos no Brasil. São Paulo. 2007. Dissertação de Mestrado. Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira:** Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2 ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional.1944.

BARBOSA NETO, João Baptista. **Livro 110 anos do Colégio de São Bento (1903-2013).** Mosteiro de São Bento de São Paulo, 2013. Disponível:<http://colegiodesaobento.com.br/professores/livro-110-anos-do-colegio-de-sao-bento/>. Acesso: 10 fev.2018

BARROS, João de Deus Vieira (org.) **Imaginário e Educação:** pesquisas e reflexões. São Luís: EDUFMA, 2008.Coleção Diálogos Contemporâneos.

BEZERRO I. **Capítulos Gerais 1570-1611.** Arquivo do Mosteiro de Singeverga. Tibães.

Apocalipse 21:19. In: Bíblia. Português. BÍBLIA . Sagrada Online Falada. Capítulo 21, Versículo 12-19. Disponível: https://biblia.gospelmais.com.br/Apocalipse_21:19/. Acesso: 6 Jan. 2018.

BOSCHETTI, Vania Regina. **Da cidade e dos espaços de segregação da cidade –**

o Programa Social da Mangueira no Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Inês. Augusto. **Educação e Personalidade: A dimensão sócio-histórica da educação cristã**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Memória e Sociedade. Ed. Bertrand Brasil S.A., RJ, 1989.

BRASIL. Constituição. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11690993/artigo-33-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso: 9 abr.2017.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson Almeida. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893 – 1971)**. São Carlos/Brasília: EdUfscar/ Inep, 2002.

CARVALHO, Cristina Toledo de. **A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598 – 1792)** REVISTA DE TEOLOGIA (RevEleTeo) nº2, 2007.
Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveletheo/article/view/6752/4883>. Acesso: 7 jul 2018.

CASTELNUOVO, Enrico. O artista. In LE GOFF, Jacques (org.) **O homem medieval**. TRAD. Editorial Presença, Lisboa, 1989. P.145-163.

CERRI, Luís Fernando. **Non ducor, duco: A ideologia da paulistanidade e a escola**. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

CHENEY, Sheldon. **História da Arte**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Rideel, 1995.

CONDE, Antônio Linage (O.S.B). Os Beneditinos e sua História. p.27-36 in: ARAÚJO, André de. **Dos livros à leitura no Claustro: Elementos de história monástica, de história cultural e bibliografia histórica para estudo da Biblioteca- Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Secs. XVI a XVIII)** . Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, *São Paulo*, 2008. 343p.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO Mirela Geiger de; NEVES, Helia Maria Vendramini **“Arquitetura escolar paulista:1890-1920”**. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

COSTA, Flávia Roberta. **Recuperação do Centro da Cidade de São Paulo e sua Importância para o Turismo e Lazer Urbano**. Turismo em análise. São Paulo, v.6. 1 de maio 1995. Universidade de São Paulo / Escola de Comunicações e Artes Disponível: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/download/63166/65954>

COSTA, Ricardo da. **Cluny, Jerusalém celeste encarnada (séculos. X-XII)** Revista Mediaevalia. Textos e Estudos 21. Publicação do Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2002, p. 115-137. Disponível: <http://www.ricardocosta.com/artigo/cluny-jerusalem-celeste-encarnada-seculos-x-xii>. Acesso: 01 out. 2017.

DEL NEGRO, Paulo Sérgio Barbaro. **O Mosteiro de São Bento de Sorocaba e a Arquitetura Beneditina do Litoral Brasileiro e do Planalto Paulista nos Séculos XVII, XVIII, XIX** Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, 2000.

DEL VALLE, Elena Esteban. **Regimento Escolar 2014**. Disponível: <http://colegiodesaobento.com.br/>. Acesso: 20 jun. 2019.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. **Quando os Monges eram uma Civilização...** Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo. Porto, Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda. 2011.

DIEL, Pulo Fernando. **As escolas dos mosteiros medievais: dinâmica social, didática e pedagogia**. Educação Unisinos., setembro/dezembro 2017. Disponível: revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2017.213.14/6343. Acesso: 13 jul. 2018.

DUBY, Georges. **São Bernardo e a Arte Cisterciense**. Lisboa: Edições ASA, 1997. p.17.

ECO, Umberto. O hábito fala pelo monge. In: **Psicologia do Vestir**. 3. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989, p. 3-20.

ECO, Umberto. **Idade Média – Bárbaros, cristãos e muçulmanos**. 2010. Encyclomedia Publishers s.r.l., Milão e Publicações Dom Quixote. Material Iconográfico.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 5ed. SP: Martins Fontes. 2001.

ESCOLANO, Agustin, (1998). **Arquitetura como programa**. Espaço, escola e currículo. In: ESCOLANO, A. e VIÑAO Frago, A. Currículo, espaço e subjetividade. A arquitetura como programa.

FARIA FILHO Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo. UPF, 2000.

FARIA FILHO Luciano Mendes de. **O espaço escolar como objeto da história da**

educação: algumas reflexões *in* Revista da Faculdade de Educação 24(1). January 1998. Disponível: https://www.researchgate.net/journal/0102-2555_Revista_da_Faculdade_de_Educacao. Acesso: 1 jun 2019.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1989.

FOLHA DE S. PAULO. **Crise financeira faz Colégio S. Bento fechar as portas** São Paulo, quinta-feira, 25 de setembro de 2003. Folha de S. Paulo. Cotidiano. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2509200311.htm>. Acesso: 30 Jan. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

FRADE, Gabriel dos Santos. **Arquitetura e liturgia:** contribuições do movimento litúrgico à arquitetura católica paulistana (1933-1962). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, 2012.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média:** nascimento do ocidente. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FUNARI, Pedro P. Abreu. **A Antiguidade Clássica: A História e a cultura a partir dos documentos**. Campinas, Editora da UNICAMP. 1995.

História da Cidade de Sorocaba

Disponível: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/sitecamara/historiasorocaba.html>. Acesso: 1 mai. 2017.

GIBSON, Clare. **Como compreender símbolos:** Guia rápido sobre simbologia nas artes. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: SENAC, 2012.

GOMES, Calil de Siqueira. **O catolicismo ultramontano e o “Colégio Santa Escolástica de Sorocaba” com seu projeto educacional religioso**. In: ALMEIDA, Jane Soares (Org.); BOSCHETTI, Vania Regina. Horizontes Abertos: percursos e caminhos da História da Educação paulista. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. v. 1.

GUIMARÃES, Carlos Alberto Araújo; TRAJANO, Cláudia Maria Videres; VITÓRIO, Erinaldo; COSTA, Rodolfo Oliveira; DIAS, Willamy Mamede da Silva. **Manual para Adequação de Prédios Escolares**. 5ª Ed. Brasília: Fundescola/DIPRO/FNDE/MEC, 2005. 50 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Livro dos prefácios**. 2 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mosteiro de São Bento:** Nossa Senhora do Rosário: São Paulo, SP. Disponível: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=439425>. Acesso: 16 jun. 2017.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista brasileira de história da educação 10 nº1 jan./jun. 2001

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia e religião**. Trad. Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis. Vozes, 1978.

KAPLAN, Nancy Ridel. **Mosteiro de São Bento de Sorocaba** – Catálogo do Acervo. São Paulo, Laserprint, 2007.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

LE GOFF, Jacques. (ORG.) **O homem medieval**. Editorial Presença. Porto I . A edição, Lisboa, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Reinaldo Leitão. 5ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2003.

LELOUP, Jean Yves. **O ícone**: uma escola do olhar. Tradução: Martha Gouveia da Cruz. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. **O impacto da teoria das Representações Sociais**. In: SPINK, Mary Jane P.(Org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.p. 46-57.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LINS, Eugênio de Ávila. **O pórtico do mosteiro de São Sebastião da Bahia**. Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO Porto, 2003. I Série vol. 2, pp. 245-266.

LUCHINI, Maria Oliveira; MERLIN, José Roberto. **Rugosidades reveladoras da história de um lugar**. Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – n. 33– São Paulo, 2014. p.149-164.

LUZ, Maria de Lourdes Santiago (org.); MAZIA, Carla Regina de Oliveira; KACHBA, Yslene Rocha; OKOSHI, Cleina Yayoe. **A influência da estrutura e ambientes ergonômicos no desempenho educacional**. XII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 07 a 09 de Novembro de 2005.

MACEDO, José Rivair. **Movimentos populares na Idade Média**. São Paulo: Moderna, 1993.

SHIGUNOV Neto, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro**: algumas discussões. PDF 443kb.

Educar em Revista.2008.

MAINKA, Peter Johann. **As visitasões eclesiásticas do século xvi e as suas fontes.** In COSTA, Célio Juvenal; MELO Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. Fontes e métodos em história da educação. Dourados, MS:Ed.UFGD, 2010.350p.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. Trad. Gaetano Lo Monaco. 3 ed. São Paulo:Cortez:Autores Associados, 1992.Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação.

MANOEL, Ivan Ap. **O pêndulo da história – tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960).** Maringá, Eduem, 2004.

MANOEL, Ivan Ap. **História, religião e religiosidade.** Revista de Cultura Teológica - v. 15 - n. 59 - abr/jun 2007

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, Pe. Inácio. **História da Igreja na América Latina: A Lei do Padroado.** 20 de Dezembro de 2014. Disponível: <http://www.a12.com/formacao/detalhes/historia-da-igreja-na-america-latina>. Acesso: 7 mai.2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, R.J. Vozes, 1994. Série:Manuais Acadêmicos.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

O ESTADO DE S. PAULO **Colégio de São Bento faz 100 anos e fecha as portas.** Disponível: < <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,colegio-de-sao-bento-faz-100-anos-e-fecha-as-portas,20030925p58815>>. Acesso: 30 jan. 2017.

O MOSTEIRO de São Bento no Coração de São Paulo. Disponível: <http://mosteiro.org.br/o-mosteiro/>. Acesso 7 mai.2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PANOFSKY, Erwin. **A arquitetura gótica e escolástica:** sobre analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média. Saõ Paulo:Martins Fontes,1991.

PEREIRA, Maria Ap. Franco. **Santos nos caminhos da educação popular (1870-1920).** São Paulo: Loyola1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PREVIATELLI, Marcelo Donizette. **Evangelização e Propriedade fundiária: Os**

Monges Beneditinos na cidade de Salvador. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível:
http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/33_88.htm?Time=23/03/2017%2017:15:5. Acesso: 3 jul.2017.

PERCÍLIA, Eliene. **Uniforme Escolar**. Brasil Escola. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/volta-as-aulas/uniforme-escolar.htm>. Acesso em 06 de março de 2022.

REGRA do glorioso Patriarca São Bento. Tradução: Dom João Evangelista Enout, Disponível: http://www.asg.org.br/imagens/Regra_de_Sao_Bento.pdf. Acesso: 01.out.2017.

RODRÍGUEZ, Margarita Victória. **Pesquisa Histórica**: O trabalho com fontes documentais. COSTA; Célio Juvenal ; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. Fontes e métodos em história da educação. – Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010. 350p.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro**: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937 / Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa. –Franca : [s.n.], 2011. 286 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

ROSSI, João; ASSUNÇÃO, Paulo de. **São Paulo, cidade imperial**. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo – MAS/SP, instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, 2020

RUGIU, Antônio Santoni. **Nostalgia do mestre artesão**. Trad. Maria de Lourdes menon. Campinas,SP: Autores associados, 1998.

SALES, Luis Carlos. **Prédios escolares**: representações sociais das escolas. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, p.333-342, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 1988.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/autores associados, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. In LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, M.I.M (org.) Fontes, História e Historiografia da Educação. Campinas, SP. Autores Associados, 2004

(Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei. SANFELICE, José Luís. (orgs.). **História e História da Educação**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados. HISTEDBR, 2006 – (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Demerval (org.). **Estado e políticas educacionais na educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011.

SOUZA, Jorge Vitor Araujo. **Territorialização e reciprocidades na expansão de uma Ordem**: o patrimônio fundiário dos beneditinos na Bahia e em São Paulo, notas de pesquisa. Associação Nacional de História. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Disponível: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276169469_ARQUIVO_Territorializacaoerreciprocidades.pdf. Acesso: 12 jan.2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo, Fundação editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Editora da UNICAMP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **A história da cidade de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 376 p. (Edições do Senado Federal; v. 23)

TAVARES, Cristiane. **Os beneditinos e a sociedade colonial (1580-1611)**. Dezembro/2004 Curitiba/PR.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Padroado**. Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm.

TOMMASO, Wilma Steagall de. **O Pantocrator de Cláudio Pastro**: Importância e atualidade. Wilma Steagall Tommaso. São Paulo. 2013. 306 p. Tese (doutorado em ciência da religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VAUCHEZ, André. O Santo, In. Le Goff, Jacques (Org.) **O homem medieval**. Trad. Editorial Presença, Lisboa, 1989.p.211-223.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papyrus, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Trad. Alfredo Veiga Neto).

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones.** Revista Brasileira de Educação, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995

VOEGELIN, Eric. **História das Ideias Políticas.** (vol. II). São Paulo: É Realizações, 2012. p. 75.

WERNET, Augustin. **Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX.** Ver. Inst. Est. Bras. SP,42:115-131, 1997

XIMENES, José Marcelo Tonini (2007): **A planta da arquitetura monástica e a regra dos beneditinos: séculos VI a XII.** São Paulo. (2004) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) FAU-USP.

YANG, Klency Kakazu de Brito. **A arte mediando a construção de um novo tempo: a presença da escola de arte de Beuron em São Paulo.** XI EHA – Encontro de História da Arte – UNICAMP, 2015. Disponível: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2015/Klency%20Kakazu%20de%20Brito%20Yang.pdf>. Acesso: 13 jan.2019.

FIGURAS

AZEVEDO, Militão. **Mosteiro de São Bento, São Paulo, 1860.** Biblioteca Mário de Andrade. Disponível: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mosteiro_de_S%C3%A3o_Bento_\(SP,_1860\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mosteiro_de_S%C3%A3o_Bento_(SP,_1860).jpg). Acesso:29 jun.2019.

BIBLIOTECA do Mosteiro de São Bento de São Paulo. **Visão panorâmica do complexo monástico de São Bento.** Cultura Geral Diálogo com a contemporaneidade. Disponível: <http://www.encontracentrosaopaulo.com.br/centro-sp/mosteiro-de-sao-bento-nocentro.shtml>. Acesso: 25 jul.2018.

CERIS. **Anuários católicos 1965-2000.** Curia Metropolitana de SP. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882012000100007>. Acesso:26 maio 2019.

COLÉGIO de São Bento. **Logotipo do Colégio de São Bento, SP.** Disponível: <http://colegiodesaobento.com.br/>. Acesso: 29 jun.2019.

GOLOMBEK, Patrícia. **Planta original em forma de "U".** Acervo Benedito Lima de Toledo. CAETANO DE CAMPOS: A escola que mudou o Brasil. Disponível: <http://www.caetanodecampos.com.br/buscar/223/reformas-arquitetonicas-no-iecc>. Acesso:26 maio 2019.

GOLOMBEK, Patrícia. **1940- Fachada com 3 andares e tapumes para a construção do auditório.** Acervo Benedito Lima de Toledo.

CAETANO DE CAMPOS: Disponível

<http://www.caetanodecampos.com.br/buscar/223/reformas-arquiteticas-no-iecc>.

Acesso: 29 jun. 2019.

LEITE, Luiz Eugênio Teixeira. **Brasão da Ordem de São Bento**: frontão da igreja de Olinda. Disponível: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Detalhe_do_bras%C3%A3o_da_Ordem_de_S%C3%A3o_Bento_no_front%C3%A3o_da_Igreja_de_S%C3%A3o_Bento_Olinda_PE.jpg. Acesso: 31 dez. 2017.

REVISTA Paulista. **São Paulo, 1560**. Disponível: revistapaulista.com.br. Acesso 25 maio, 2019.

ROSSI, João; ASSUNÇÃO, Paulo. **São Paulo, cidade imperial**. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2020.

SECRETARIA da Educação do Estado de São Paulo. **Colégio Caetano de Campos**. Disponível: <https://www.educacao.sp.gov.br/institucional/a-secretaria/escola-caetano-de-campos/>. Acesso: 29 jun. 2019.